

DEBATES #1

**romper
com a
austeridade**



**PAZ
PÃO
HABITAÇÃO
SAÚDE
EDUCAÇÃO**

IX CONVENÇÃO BLOCO DE ESQUERDA | LISBOA | 22 E 23 NOVEMBRO 2014

PAZ, PÃO, HABITAÇÃO, SAÚDE, EDUCAÇÃO. ROMPER COM A AUSTERIDADE

A IX Convenção Nacional do Bloco de Esquerda foi convocada pela Mesa Nacional, no passado dia 6 de setembro, com a aprovação do Regulamento e da composição da Comissão Organizadora da Convenção (COC). Desde esse dia que o processo está em marcha, envolvendo todos/as os/as aderentes e organizações do Bloco por todo o país.

A sessão final da IX Convenção Nacional será nos dias 22 e 23 de novembro, reunirá mais de 600 delegadas/os em representação do universo de aderentes de todos os distritos, regiões autónomas e emigração. Até lá, o caminho implica ampla informação e participação das diversas organizações bloquistas, como acontece em todas as convenções, ao mesmo tempo que o Bloco continuará envolvido nas mobilizações de luta contra o governo e a política de austeridade.

Com a saída deste deBatEs #1, estão criadas todas as condições para que as cinco Moções validadas para debate no processo convencional promovam sessões de apresentação e de controvérsia por todo o país, que decorrerão entre 1 e 9 de novembro. Encerrada esta primeira fase, terão início as assembleias para eleição dos/as delegados/as à Convenção que terminarão a 16 de novembro.

As Coordenadoras Distritais e Regionais devem ter em atenção que as listas para delegados/as terão de dar entrada até 24 de outubro.

Os dias seguintes após a eleição de delegados/as constituirão a reta final dedicada à preparação da deslocação das delegações até Lisboa, onde decorrerá a Convenção.

Entretanto, muito mais haverá a fazer. É preciso envolver os/as aderentes no processo da Convenção, garantindo informação e possibilidade de participação. Todos/as os/as aderentes deverão proceder ao pagamento da sua quota de 2014, como condição indispensável para votar e/ou ser eleito.

Até 14 de outubro, qualquer aderente pode propor adendas e alterações às Moções de Orientação. O prazo para envio de textos de debate/contributos, bem como para entrega à COC das propostas de alteração aos Estatutos, termina, por sua vez, a 24 de outubro.

Com cinco propostas de Moção de Orientação em debate, o Bloco demonstra a sua vitalidade, assume o seu carácter plural e afirma de modo ímpar a sua democracia interna. O próximo boletim deBatEs sairá no dia 28 de outubro e será enviado para os/as aderentes via email. Esse boletim contará com os contributos, opiniões e propostas de quem queira apresentar e divulgar as suas próprias ideias, propor alterações às Moções e aos Estatutos.

É assim que estamos a construir o Bloco, com a tua participação, e será também nesse sentido que todos os números do deBatEs, assim como todos os documentos relativos à Convenção, estarão disponíveis na internet, no site do bloco.org.

Resta informar que a COC é composta pelos/as camaradas Teodósio Alcobia, Dina Nunes, Fabian Figueiredo, Ricardo Moreira e Mariana Carneiro, eleitas/os na Mesa Nacional para esse efeito, e pelos/as representantes das moções A, B, E, R e U, respetivamente, os camaradas Luís Louro, Helena Figueiredo, Nelson Peralta, Alex Gomes e José Gusmão. A comunicação com a COC deverá ser feita através do e-mail coc.2014@bloco.org ou pelo telefone da sede nacional (+351 213510510).

Bons debates!

A Comissão Organizadora da Convenção

REGULAMENTO DO PROCESSO PREPARATÓRIO DA IX CONVENÇÃO NACIONAL DO BLOCO DE ESQUERDA

Nos termos do n.º 2 do artigo 8º dos Estatutos do Bloco de Esquerda, a Mesa Nacional aprova o seguinte Regulamento do Processo Preparatório da IX Convenção Nacional do Bloco.

I - CONVOCAÇÃO

1. O processo preparatório da Convenção Nacional inicia-se com a sua convocação pela Mesa Nacional, a **06 de setembro de 2014**.

2. A IX Convenção Nacional é convocada para os dias **22 e 23 de novembro de 2014**, em Lisboa, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

P.1 - Eleição da mesa da Mesa da Convenção Nacional

P.2- Discussão e votação das propostas de alteração aos Estatutos em vigor;

P.3 - Discussão e votação das Moções de Orientação Política;

P.4 - Eleição da Mesa Nacional e da Comissão de Direitos.

3. A convocatória e Regulamento são publicados no site do Bloco no dia seguinte ao da sua aprovação e enviados via CTT para todas/os os aderentes durante essa semana.

II - COMISSÃO ORGANIZADORA DA CONVENÇÃO

4. A Mesa Nacional elege uma Comissão Organizadora

da Convenção (COC) com a seguinte composição: Dina Nunes, Fabian Figueiredo, Mariana Carneiro, Ricardo Moreira e Teodósio Alcobia. Cada Moção de Orientação apresentada à Convenção Nacional indicará um(a) representante para integrar a COC.

5. Compete à COC a responsabilidade pelo processo preparatório da IX Convenção Nacional do Bloco de Esquerda. Constituem atribuições específicas da COC, entre outras, a logística, informação e finanças da Convenção; o cumprimento a nível nacional das datas e prazos estabelecidos no presente regulamento; a receção e edição dos documentos preparatórios através do boletim deBatEs, bem como a coordenação das discussões preparatórias, a sistematização da informação sobre os debates preparatórios e sobre a eleição dos delegados.

6. O boletim deBatEs é publicado no site do Bloco até às datas indicadas neste Regulamento e enviado de imediato por correio eletrónico para todas/os as/os aderentes inscritos e com endereço eletrónico disponível. Os boletins deBatEs #1 e #2 apenas são entregues em suporte papel aos aderentes que o solicitarem à Sede Nacional e o #3 é distribuído na Convenção.

7. A Comissão Organizadora da Convenção inicia funções a partir da sua designação pela Mesa Nacional e cessa funções imediatamente após a eleição da Mesa da Convenção.

III - PRAZOS E PROCESSO DE DISCUSSÃO DAS MOÇÕES DE ORIENTAÇÃO

8. Qualquer grupo de 20 aderentes no pleno uso dos seus direitos pode apresentar à Convenção Nacional

uma Moção de Orientação. Estas moções deverão ser entregues à COC até às 17h do dia **30 de setembro**, sendo publicadas no deBatEs #1 **até 07 de outubro**. As moções são entregues em **suporte informático, não podem ultrapassar os 30 mil caracteres** (incluindo espaços) e **devem incluir uma lista de subscritores**, com indicação dos respetivos números de aderente e distrito/região de filiação, bem como a indicação dos subscritores que são promotores da moção e cuja decisão a vincula no processo de discussão das moções.

9. Cada Moção indica a respetiva letra por que será designada. No caso de duas ou mais listas escolherem a mesma letra a designação dessas listas será encontrada por sorteio na ausência de acordo entre elas.

10. De modo a disponibilizar e promover toda a informação e esclarecimento necessários aos aderentes, **compete em exclusivo aos promotores das Moções de Orientação a realização de sessões de apresentação e debate das respectivas propostas, no período compreendido entre os dias 01 e 09 de novembro**. A COC garante os apoios necessários à convocação de uma sessão de cada moção por distrito/região, que também pode ser realizada em conjunto por acordo entre moções, bem como à respetiva deslocação dos/as representantes das moções para esse efeito. Os promotores das Moções de Orientação poderão tomar outras iniciativas de divulgação e discussão interna das suas posições, sendo previamente comunicadas à COC que delibera sobre qualquer dúvida acerca da compatibilidade entre estas ações e o quadro regulamentar estabelecido.

11. Os textos de debate/contributos a publicar no deBatEs #2 **deverão ser enviados à COC até dia 24 de outubro** em suporte informático e não podem ultrapassar os 5 mil caracteres (incluindo espaços).

12. Até **14 de outubro**, qualquer aderente pode propor adendas e alterações às Moções de Orientação.

13. Os promotores de cada uma das moções dispõem **até dia 21 de outubro** para decidirem sobre a inclusão das propostas mencionadas no parágrafo anterior e informarem a COC.

14. Os promotores podem decidir, **até dia 21 de outubro**, sobre a fusão das respetivas moções e informar desse facto a COC.

15. No boletim deBatEs #2, a publicar **até 28 de outubro**, é dada informação sobre as alterações produzidas nas moções iniciais no âmbito dos anteriores parágrafos 12 e 13.

16. Os promotores de cada Moção enviam à COC, **até dia 21 de outubro**, o texto final da respetiva Moção já com as alterações aceites.

17. As propostas não incluídas pelas Moções poderão ser apresentadas para votação na Convenção, desde que subscritas por um mínimo de 5 delegados/as. Na sua forma de proposta final, as Moções de Orientação serão distribuídas aos delegados/as no início da Convenção no deBatEs #3.

18. **Só serão admitidas a votação as moções subscritas por 15 delegados/as**. O Regimento dos trabalhos, a ser proposto pela MN cessante e a ser debatido e votado no início da Convenção, estipulará as condições do debate das diferentes propostas.

IV - PRAZOS E PROCESSO DE DISCUSSÃO DAS ALTERAÇÕES AOS ESTATUTOS

19. Qualquer aderente poderá, **até 29 de setembro**, apresentar à Mesa Nacional propostas de alteração dos Estatutos.

20. A Mesa Nacional cessante, tendo em conta essas propostas e o balanço que faça do funcionamento do Bloco à luz dos actuais Estatutos, discutirá e aprovará uma proposta de alteração aos Estatutos no dia **04 de outubro**.

21. Essa proposta de Estatutos será divulgada no deBatEs #1, a publicar no **dia 07 de outubro**, em conjunto com as Moções de Orientação e ainda o relatório de actividades da Mesa Nacional cessante, que constitui a sua prestação de contas pelo mandato exercido desde a última Convenção.

22. Qualquer aderente poderá, em função da proposta da Mesa Nacional cessante, apresentar à COC outras propostas de alteração aos Estatutos, até **24 de outubro**, de modo a serem incluídas no deBatEs #2. Cada proposta terá de ser enviada em suporte informático e não deverá exceder os 2000 caracteres (incluindo espaços) de fundamentação.

23. Em Convenção, serão discutidas, nos termos do Regimento dos trabalhos, **as propostas de revisão de Estatutos subscritas por, pelo menos, 15 delegadas/os.**

V - PRAZOS E PROCESSO DE DISCUSSÃO DAS LISTAS

24. As listas candidatas à Mesa Nacional e à Comissão de Direitos deverão ser apresentadas pelas/os delegadas/os, **no mínimo de 15**, e estão vinculadas à apresentação de Moções de Orientação admitidas a votação na Convenção.

25. Essas listas devem ser entregues à Mesa da Convenção até ao limite temporal a estabelecer pelo Regimento da Convenção, podendo apresentar um número de candidatas/os inferior ao definido pelo Regimento para cada um dos órgãos. Todavia, devem respeitar, no seu alinhamento interno, uma mulher e um homem em cada ordenação sequencial de dois candidatas/os, de modo a assegurar um resultado final de acordo com critérios de paridade absoluta.

26. Os órgãos eleitos respeitarão o princípio da atribuição de mandatos pelo método da proporcionalidade direta.

VI - ELEIÇÃO DE DELEGADAS/OS

27. As/os delegados são eleitos pelos aderentes inscritos no Bloco de Esquerda e com capacidade eleitoral activa. Ou seja, cujas inscrições constem dos registos centrais até ao dia **07 de setembro**, e que tenham regularizado, até ao momento da votação, o pagamento da quota estatutária referente ao ano de 2014.

28. A eleição de delegados/as é realizada por listas e por voto secreto em um dos dias **14, 15 ou 16 de novembro**, em assembleias convocadas especialmente para o efeito pelas Comissões Coordenadoras Distritais/Regionais (CCD/R) e regidas pelo modelo nacional de Regulamento em anexo.

29. As e os delegadas/os são eleitos na proporção de **1 delegado para 15 aderentes**, tendo por base o apuramento dos inscritos até **07 de setembro de 2014**.

30. As listas de candidatos/as a delegadas/os podem, em alternativa:

a) Estar associadas a uma Moção de Orientação;

b) Estar associadas a uma plataforma política publicada.

31. As listas não precisam de apresentar nomes para a totalidade dos candidatos/as elegíveis por cada Assembleia Eleitoral.

32. As Comissões Coordenadoras Distritais/Regionais (CCD/R) organizam o processo eleitoral nas respetivas áreas e decidem sobre a constituição de assembleias eleitorais, sabendo que o âmbito das assembleias para a eleição de delegados é definido pelos seguintes critérios, cumprindo as regras definidas pelos Estatutos e por este Regulamento:

a) Constitui-se uma assembleia eleitoral em cada concelho com 100 ou mais aderentes;

b) Os restantes concelhos de um distrito/região com menos de 100 aderentes cada, agregam-se em agrupamentos concelhios que somem 100 ou mais aderentes;

c) Na impossibilidade de se cumprir a alínea anterior, os concelhos com menos de 100 aderentes cada juntam-se a concelhos geograficamente mais próximos e do mesmo distrito com mais de 100 aderentes.

33. Cada assembleia eleitoral pode repartir-se por mais do que uma mesa eleitoral.

34. As Comissões Coordenadoras Distritais/Regionais (CCD/R) enviam à COC, **até ao dia 30 de setembro**, o

respetivo Regulamento Eleitoral dos/as delegados/as à Convenção, utilizando, para o efeito, o modelo que é anexo a este Regulamento.

35. Às Comissões Coordenadoras Distritais/Regionais (CCD/R) competirá organizar o processo eleitoral observando os seguintes aspetos:

a) As listas de candidato/as deverão ser entregues às coordenadoras distritais/regionais **até 24 de outubro e enviadas aos aderentes até dia 28 de outubro;**

b) O voto por correspondência será validado para escrutínio se estiver colocado num envelope sem qualquer sinal identificativo que, por sua vez, é inserido num segundo envelope exterior que contém uma declaração de exercício de voto por correspondência, devidamente preenchida e assinada;

c) Os envelopes com o voto por correspondência devem chegar à sede distrital/regional até à véspera do dia da respetiva assembleia eleitoral e entregues nas mesas de voto a tempo de serem escrutinados juntamente com os votos presenciais;

d) As mesas eleitorais são indicadas pelas respetivas Comissões Coordenadoras Distritais/Regionais (CCD/R), tendo cada Moção de Orientação ou Plataforma direito a indicar um(a) representante para cada mesa eleitoral constituída.

36. A eleição dos delegado/as respeitará a proporção directa dos votos obtidos por cada lista.

37. A MAE deve, terminada a votação, elaborar a acta com o registo dos resultados e a lista de delegadas/os eleitas/os, de acordo com o modelo em anexo, e enviá-las, juntamente com os cadernos eleitorais com os votos descarregados, de imediato à COC, que verificará a legitimidade do processo de eleição. A Comissão Coordenadora Distrital/Regional (CCD/R) decidirá até 48 horas após as respetivas assembleias eleitorais sobre eventuais impugnações, cabendo à COC deliberar sobre recursos dessa decisão que venham a ser apresentados nas 72 horas subsequentes à realização da respetiva Assembleia Eleitoral.

PROPOSTA DE REGIMENTO PARA A IX CONVENÇÃO NACIONAL DO BLOCO DE ESQUERDA

Data, lugar e lema

1. A IX Convenção Nacional do Bloco de Esquerda (Convenção) tem lugar nos dias 22 e 23 de Novembro de 2014, no Complexo Desportivo Municipal do Casal Vistoso - Areeiro, em Lisboa, sob o lema "Paz, pão, habitação, saúde, educação. Romper com a austeridade..

Composição

2. A Convenção é aberta a todas/os os aderentes e constituída pelos delegadas/os que tenham sido eleitos em assembleias eleitorais especialmente convocadas para o efeito, nos termos do Regulamento do Processo Preparatório da Convenção aprovado pela Mesa Nacional cessante.

3. Não existem delegadas/os por inerência.

4. Para além dos delegados/as, podem assistir aos trabalhos da Convenção na qualidade de convidados/as todas/os aderentes do Bloco de Esquerda, as cidadãs e os cidadãos convidados pelas estruturas do Bloco, bem como representantes credenciados da Comunicação Social.

5. Representantes de outros partidos, organizações ou instituições podem ser convidados pela COC a assistir à Convenção.

6. Compete à Mesa da Convenção decidir sobre a possibilidade de intervenção dos convidados.

Direcção dos Trabalhos

7. A IX Convenção inicia-se com a credenciação das/os delegadas/os a partir das 09h30m de sábado, apresentação do relatório da COC sobre o processo da Convenção e eleição da Mesa da Convenção, ainda sob responsabilidade da COC.

a) O período de trabalho no primeiro dia pode decorrer até às 23h00m de modo a assegurar o maior número possível de intervenções.

8. Os trabalhos da Convenção são dirigidos pela Mesa, logo que eleita, composta por um mínimo de cinco e um máximo de nove delegadas/os. Compete-lhe, em particular, assegurar – no respeito pelos Estatutos e pelo presente Regimento – o bom andamento dos trabalhos e o carácter democrático dos debates, das votações e do processo eleitoral.

9. A Mesa dirige os trabalhos de acordo com a Ordem de Trabalhos aprovada.

10. É da exclusiva responsabilidade da Mesa dar a palavra a delegadas/os e convidadas/os, anunciar as votações e proclamar os resultados da eleição dos órgãos nacionais.

11. Compete à Mesa da Convenção a elaboração da Acta da Convenção.

12. A Mesa da Convenção assegura e decide sobre a coordenação dos serviços de apoio, a distribuição de todos os documentos sujeitos a votação e os contactos com a Comunicação Social, competindo-lhe resolver qualquer questão relativa ao funcionamento da Convenção, designadamente as não previstas neste Regimento.

Intervenções, propostas e debates

13. As/os delegados podem tomar a palavra nos debates sobre as moções de orientação e estatutos, nos termos deste Regimento, devendo inscrever-se para o fazer em impresso próprio junto dos serviços de apoio.

14. O debate relativo às moções de orientação é introduzido por um representante de cada proposta validada, por ordem decrescente do número de de-

legadas/os que elegeram, sendo assegurada igualmente a oportunidade de intervir na conclusão do debate, por ordem inversa e, em ambos os casos, em tempos iguais para cada moção.

15. Cada moção de orientação ou plataforma publicada (alínea b) do n.º 30 do Regulamento do Processo Preparatório da Convenção) tem direito a um tempo global para intervenções das/os seus delegados, incluindo apresentação e conclusão, proporcional ao número total de eleitos/as para a Convenção.

a) A Mesa garante, como limiar mínimo para qualquer moção ou plataforma, o direito ao tempo de uma intervenção;

b) Nenhuma moção poderá totalizar um tempo de intervenção superior a 67% do tempo global de debate;

c) Os/as delegados indicam no boletim de inscrição a moção ou plataforma a que se associaram na eleição para delegados à Convenção.

16. Na Convenção apenas são debatidas e votadas propostas apresentadas durante o processo preparatório, com exceção das listas de candidatura aos órgãos nacionais, nos termos do respetivo Regulamento. As/os delegados só podem dirigir, sempre por escrito, à Mesa:

Requerimentos sobre o funcionamento dos debates e votações, que terão de ser votados pela Convenção;

Reclamações sobre o cumprimento dos Estatutos e Regimento, que devem ser decididas pela Mesa, com direito de recurso da/o reclamante para a Convenção;

Declarações de voto que ficarão anexas à acta da Convenção.

17. Compete à Mesa definir os períodos de inscrição, gerir os tempos de intervenção e conceder ou retirar o uso da palavra.

18. As propostas de alteração aos Estatutos, incluídas no deBatEs#2, devem ser subscritas por um mínimo de 15 delegados de modo a poderem ser consideradas para votação, devendo dar entrada na Mesa até ao início do respectivo ponto da Ordem de Trabalhos.

19. As/os proponentes de proposta(s) de alteração

aos Estatutos considerada(s) para votação, podem intervir no início exclusivamente para as respectivas apresentações.

20. As propostas globais de moção de orientação, incluídas no deBatEs#2, são validadas e submetidas a votação quando subscritas por um mínimo de 15 delegados/as, devendo as listas dos delegados subscritores dar entrada na Mesa até ao início do respectivo ponto da Ordem de Trabalhos.

21. As propostas de adenda, de alteração e de votação na especialidade relativas às moções de orientação apresentadas durante o processo preparatório e incluídas no deBatEs#2, mas cuja inclusão foi recusada pelos redactores da moção a que se destinavam, podem ser mantidas e submetidas a votação quando subscritas por um mínimo de 5 delegados/as, devendo dar entrada na Mesa até ao início do respectivo ponto da Ordem de Trabalhos.

Votações

22. As votações para apuramento de maioria simples realizam-se de braço no ar, exibindo o cartão de delegada/o.

a) as votações em alternativa permitem o voto de abstenção.

23. As votações das propostas de moção de orientação e de alteração aos Estatutos decorrem no final dos respectivos pontos da Ordem de Trabalhos.

a) a votação final das moções terá início às 12h00m de domingo.

24. Todas as propostas de alteração aos Estatutos são sujeitas a votação, não havendo lugar a votação geral e final dos Estatutos.

25. As moções de orientação são votadas na generalidade e em alternativa, passando-se em seguida à votação das propostas de alteração relativas à moção que obteve maioria de votos na generalidade, desde que publicadas no Debates#2 e entretanto validadas nos termos do presente Regimento.

26. Compete à Mesa contar os votos, anunciar os resultados e apreciar eventuais impugnações.

Eleição dos Órgãos Nacionais

27. As eleições para os órgãos nacionais – Comissão de Direitos e Mesa Nacional – decorrem em sistema de listas, por voto secreto e em urnas fechadas, de acordo com os Estatutos.

28. Compete à Mesa da Convenção organizar o processo eleitoral, proceder ao escrutínio e apreciar eventuais impugnações.

29. A eleição dos órgãos nacionais decorrerá a partir das 17h00m do primeiro dia de trabalhos até às 11h00m da manhã seguinte, com interrupção no período entre o encerramento dos trabalhos no primeiro dia e a abertura no segundo, sendo precedida da distribuição das listas de candidatura.

30. Cada lista de candidatura indicará um delegado efectivo e um suplente por cada urna de voto constituída, para poderem acompanhar a votação e assistir à respectiva contagem dos votos.

31. As listas candidatas aos órgãos nacionais devem ser validadas por um mínimo de 15 delegados/as, têm de obrigatoriamente subscrever uma das moções de orientação apresentadas a votação, assegurar o critério da paridade absoluta – em cada sequência de 2 nomes terão de estar representados ambos os sexos, e indicar de forma legível o nome de cada um dos candidatos/as, n.º de aderente, distrito/região de recenseamento, idade e profissão.

32. As listas devem ser entregues na Mesa até às 15h00m do primeiro dia dos trabalhos da Convenção, cabendo à Mesa aceitar ou rejeitar as candidaturas por verificação da sua conformidade com as normas regimentais e estatutárias.

33. Havendo mais do que uma lista candidata, a composição desses órgãos é determinada pela proporção directa dos votos recolhidos por cada lista, sendo o número de lugares definido pelo número de candidatos da lista mais numerosa, até ao máximo de 80 no caso da Mesa Nacional e de 7 no caso da Comissão de Direitos.

34. A Mesa distribui as actas de apuramento eleitoral e anuncia à Convenção a composição completa dos órgãos nacionais eleitos.

35. A Mesa convida a lista mais votada para a Mesa

Nacional a intervir no final dos trabalhos e procede, posteriormente, ao encerramento da Convenção.

Ordem de Trabalhos

Início dos trabalhos, apresentação e votação do Regimento da Convenção, instalação da Convenção Nacional (Sábado 11h00m);

Eleição da Mesa(11h15m);

Alocação de abertura da Convenção (11h30m);

Estatutos – discussão e votação de propostas de alteração (11h50m);

Moções de Orientação Política – apresentações, debate, conclusões e votação (início 15h00m sábado, votação final 12h00m domingo);

Eleição dos Órgãos Nacionais: Mesa Nacional e Comissão de Direitos (abertura das urnas às 17h00m sábado, encerramento às 11h00m domingo);

Sessão de Encerramento (domingo 12h30m).

RELATÓRIO DA MESA NACIONAL SOBRE O SEU MANDATO (2012-2014)

Ao chegar ao final do mandato conferido pela VIII Convenção Nacional, realizada em novembro de 2012, a Mesa Nacional apresenta um relatório sobre a atividade do Bloco de Esquerda durante este período.

1. O ciclo da troika inaugurou a austeridade permanente

As consequências de três anos da política de austeridade da troika e do governo de Passos Coelho e Paulo Portas são hoje claras: o défice mantém-se descontrolado, a dívida externa apresenta valores históricos, a dívida pública atingiu valores recorde, acima dos 130%, o sistema bancário está fragilizado, a economia está dilacerada com o PIB a recuar quase 6%, o nível de emprego recuou 17 anos, o desemprego real atinge mais de um milhão de trabalhadores/as, a precariedade aumentou por via das alterações laborais, o risco de pobreza atinge mais de dois milhões, os salários regrediram aos níveis de há 20 anos, há quase 500 mil jovens que não estudam nem trabalham e já mais de 350 mil pessoas já emigraram, superando as taxas de emigração dos anos 60. O país está pior e as pessoas vivem pior.

A austeridade permitiu avançar com uma agenda de décadas, que se materializou no ataque ao Estado Social, (1) reduzindo a Escola Pública - com o encerramento de centenas de escolas, milhares de professores expulsos da profissão e desorçamentação do Ensino Superior, (2) enfraquecendo o Serviço Nacional de Saúde - com cortes orçamentais e esclerosamento dos serviços onde hoje faltam milhares de profissionais; (3) retirando meios à Segurança Social - com cortes nos apoios sociais, no subsídio de desemprego e no rendimento social de inserção; e realizando cortes sucessivos nos salários e no emprego público.

A reforma da administração local, realizada de costas voltadas para as populações, contribuiu para o isolamento do interior, com o encerramento de diversos

serviços públicos e, mais recentemente, a reforma do mapa do judiciário e o crash do Citius provaram que para o governo tudo o que interessa é a manutenção do garrote.

A fúria privatizadora foi a outra marca de água deste ciclo, com a entrega aos privados de empresas estratégicas, como a EGF, os CTT, a REN, a Caixa Seguros, a EDP, os ENVC, a ANA, a TAP e, agora, as empresas de transporte de passageiros.

A política da troika teve oposição popular em manifestações de massas inéditas desde o 1º de maio de 1975 que obrigaram o governo e a troika a recuar. Quando a 15 de setembro de 2012 um milhão de pessoas tomaram as ruas de mais de 30 cidades contra as alterações à TSU o governo foi forçado a retirar a proposta. O movimento anti austeridade nacional e internacional ganhou força e apoios e a 14 de novembro de 2012 as greves gerais em Portugal e em Espanha inseriram-se num dia de ação europeia promovida pela Confederação Europeia de Sindicatos. A 2 de março de 2013 o movimento “Que se lixe a troika” organizou uma nova manifestação nacional contra a “reforma do Estado” e o corte de 4.000 milhões de euros nas funções sociais do Estado. A 13 de outubro de 2013 assistimos, em simultâneo, a uma marcha da CGTP e a protestos culturais na Praça de Espanha em Lisboa e em mais 20 cidades do país. No entanto, a conflitualidade social não se esgotou apenas nas mega-manifestações, tendo aumentado muito o número de greves e protestos sectoriais, sendo de destacar neste período a luta dos professores e dos professores contratados, dos médicos e dos enfermeiros, dos trabalhadores dos transportes públicos, dos funcionários públicos e dos estivadores. O Bloco e os/as seus/suas ativistas foram determinantes nestas mobilizações e estiveram sempre na linha da frente destes protestos, participando em igualdade e unidade com dezenas de ativistas de movimentos sociais e do movimento sindical.

Quando em julho de 2013 a crise política aberta pelas demissões de Gaspar e de Portas deixaram o governo

à beira do colapso, foi Cavaco Silva que, de novo, veio salvar o governo com o auxílio do Partido Socialista que negociou longamente com Passos.

Depois desta crise o governo apostou tudo no “pós-troika” e na “saída limpa”, no entanto a propaganda não tinha nenhuma adesão à realidade e hoje já é claro que a austeridade é um projeto perpétuo cuja ferramenta principal é o Tratado Orçamental.

Após o colapso do BES ficou claro que o sistema bancário português está fragilizado. A intervenção no BES, com a criação de um “banco bom” e um “banco mau” e com o posterior abandono no Novo Banco da equipa de Vitor Bento, só pode ser considerada calamitosa. O dinheiro dos contribuintes injetado no Novo Banco nunca será recuperado na totalidade porque a instituição perde valor e credibilidade a cada dia. Para além disso, os riscos de litigância relativamente à parte do “banco mau” trazem incertezas sobre novas faturas a passar aos contribuintes.

1.1 Eleições

Durante o mandato desta Mesa Nacional realizaram-se duas eleições: autárquicas (setembro 2013) e europeias (maio de 2014). Em ambas o Bloco não atingiu os seus objetivos, mas todos os seus/suas ativistas e militantes se envolveram na afirmação do projeto alternativo que preconizamos.

Nas autárquicas de 2013 o Bloco teve um resultado abaixo da eleição anterior, reduzindo de 3,02% para 2,42% o seu resultado nacional. Em Salvaterra de Magos não fomos capazes de manter a Câmara Municipal, reduzindo a sua votação para 27% e descendo de 4 para 2 vereadores. Em Lisboa apresentámos uma subida marginal (4,61% para a CML e 6,91% para a AML) o que nos permitiu a eleição de mais um deputado municipal, mas que não suficiente para a eleição de um vereador, devido à enorme concentração de votos no PS.

Os resultados obtidos na coligação que Bloco ajudou a promover no Funchal Madeira (39,2%) permitiram conquistar a Câmara e impor uma importante derrota ao jardinismo.

Mantivemos vereação nos Seixal, Moita e Entroncamento e recuperámos a vereação em Olhão. Pela primeira vez elegemos vereadores em Torres Novas e em Portimão com fortes subidas de votação, relativa-

mente aos resultados de 2009.

Todas as listas de cidadãos que sustentámos tiveram resultados superiores aos do Bloco em 2009. Foi assim nas listas independentes que apoiámos em Coimbra (9,3%), Soure (7,95%), Braga (5,3%), Fafe (35,1%), Amares (30,4%), Beja (4,38%), Santa Cruz (64,4%) e Belmonte (26,3%).

Nas eleições europeias de 2014, o Bloco apresentou um programa que foi fruto de um debate programático aprofundado e alargado a independentes, que resultou numa conferência nacional em fevereiro. Elegemos Marisa Matias para o parlamento europeu, numa campanha onde estivemos unidos e empenhados. No entanto, não nos foi possível eleger um segundo eurodeputado como pretendíamos. É de assinalar a taxa recorde de abstenção atingida nestas eleições em Portugal (66%).

1.2 Mobilizações sociais

A contestação social à austeridade foi uma marca distintiva deste período, com centenas de greves, protestos sectoriais, vigílias, concentrações e manifestações.

14 de novembro de 2012 - Greve geral ibérica e dia de luta e solidariedade em França, Itália e Grécia. Uma das maiores greves gerais da história recente do país contra a aprovação do OE 2013. Milhares de pessoas participaram na manifestação que aconteceu na tarde desse dia. O dia também ficou marcado por incidentes provocados pela polícia contra os manifestantes, tendo sido cometidas pelas forças de segurança várias detenções ilegais denunciadas pelo Bloco.

22 de novembro de 2012 - milhares de estudantes do Ensino Superior manifestaram-se contra a aprovação do Orçamento de Estado e contra a mercantilização do ensino.

27 de novembro 2012 - manifestação da CGTP na manhã da votação do OE para 2013 com milhares de trabalhadores a concentrarem-se frente ao Parlamento em Lisboa.

16 de fevereiro de 2013 - mobilização convocada pela CGTP em todos os distritos e regiões autónomas

exigindo a demissão do governo e a saída troika de Portugal.

2 de março de 2013 - manifestação "Que se lixe a troika! O povo é quem mais ordena" durante a presença da troika em Portugal e que levou à rua centenas de milhares de pessoas em dezenas de cidades de todo o país e encheu o Terreiro do Paço em Lisboa contra a austeridade e a troika, exigindo a demissão do governo. O Bloco e os seus ativistas de todo o país empenharam-se neste esforço de resistência popular que levava a "Grândola Vila Morena" nas vozes.

25 de abril e 1 de maio de 2013 - muito mais do que manifestações a horas certas, estas mobilizações foram muito grandes quando comparadas com as dos últimos anos. Milhares de pessoas saíram à rua não só para celebrar abril e o dia do trabalhador, mas para afirmarem um futuro sem troika e sem austeridade.

20 de maio - manifestação convocada pelo "Que se lixe a troika!" com a palavra de ordem "Obviamente estão demitidos!" frente ao palácio de Belém aquando do Conselho de Estado convocado por Cavaco Silva.

1 de junho de 2013 - Protesto Internacional: Povos Unidos contra a troika! um protesto internacional contra a austeridade em simultâneo em Portugal, Espanha, França, Itália, Grécia, Chipre, Irlanda, Inglaterra, Escócia, Alemanha, Eslovénia, juntando milhares de pessoas na resposta internacional dos povos à crise.

17 de junho de 2013 - greve dos professores aos exames com adesão acima dos 90%. Nuno Crato, responsável pelo caos que criou ao avançar com um braço de força com os professores, foi obrigado a recuar.

22 de junho de 2013 - Marcha do Orgulho LGBT de Lisboa "Arco-Iris contra a Crise" celebrou a vitória da aprovação da coadopção e fez avançar a agenda dos direitos plenos e de novas conquistas, integrando também o combate à crise e à austeridade nas suas reivindicações.

27 de junho de 2013 - foi um momento de convergência das lutas populares contra a austeridade, num momento crítico em que a oitava avaliação da troika iria aprovar um plano de cortes no Estado Social de 4.700 milhões de euros elaborado por Paulo Portas.

2 de julho - após a demissão de Vítor Gaspar, a saída de Paulo Portas levou centenas de pessoas aos Aliados no Porto e ao Marquês em Lisboa para exigir a saída de Passos Coelho.

19 de outubro de 2013 - a CGTP que tinha anunciado uma manifestação que iria passar a ponte 25 de abril a pé contra ao Orçamento de Estado de 2014. Apesar de não ter atravessado a ponte, centenas de pessoas desfilaram pela demissão do governo.

26 de outubro de 2013 - manifestação "Que se lixe a troika! Não há becos sem saída!" recusando as inevitabilidades da austeridade, exigindo democracia e a demissão do governo.

12 de novembro de 2013 - manifestação convocada pelo movimento "Que se lixe a troika" sob o lema "A Merkel Não Manda Aqui" juntou centenas de pessoas em Lisboa aquando da visita da chanceler alemã a Portugal.

29 de novembro de 2013 - manifestação dos trabalhadores dos CTT em Lisboa contra a privatização da empresa.

5 de dezembro de 2013 - boicote dos professores à prova de avaliação de conhecimentos e capacidades (PACC).

4 de janeiro de 2014 - greve dos enfermeiros e enfermeiras da linha Saúde 24.

27 de janeiro a 10 de fevereiro de 2014 - greve dos Estivadores dos Portos de Lisboa, Setúbal, Sesimbra e Figueira da Foz.

1 de fevereiro de 2014 - concentrações e desfiles convocados pela CGTP nas capitais de distrito por um Dia Nacional de Luta contra a exploração e o empobrecimento.

6 de março de 2014 - manifestação das forças de segurança frente ao Parlamento, onde a polícia foi obrigada a recuar e os manifestantes tomaram a esquadria.

17 a 20 de março de 2014 - greve dos trabalhadores da Valorsul contra a privatização da EGF.

25 de abril de 2014 - celebraram-se os 40 anos da Revolução de Abril com manifestações fortes em todo o

país. Os militares de abril recusaram participar nas cerimónias oficiais no Parlamento, porque a Presidente da Assembleia da República não lhes permitia tomar a palavra, assim, houve uma comemoração alternativa no Largo do Carmo com milhares de pessoas.

1 de maio de 2014 - manifestações do dia do trabalhador em todo o país, com a CGTP a exigir o aumento imediato do salário mínimo e o fim da política de austeridade.

14 de junho de 2014 - manifestação sindical da CGTP no Porto.

21 de junho de 2014 - manifestação da CGTP em Lisboa com milhares de pessoas a exigir a demissão do governo.

21 de junho de 2014 - 15ª marcha do Orgulho LGBT de Lisboa sob o lema "Diversidade contra a Austeridade".

8 e 9 de julho de 2014 - greve dos médicos com manifestação nacional frente ao ministério da saúde em Lisboa.

15 de setembro de 2014 - "meet no MEC", manifestação dos professores contratados frente ao ministério da educação contra os erros na Bolsa de Contratação de Escola (BCE).

24 e 25 de setembro de 2014 - greve dos enfermeiros e manifestação frente ao ministério da saúde.

1.3 Trabalho

A Coordenadora Nacional de Trabalho (CNT), eleita na Mesa Nacional de 22 de Junho de 2013, desenvolveu o seu trabalho no sentido de aprofundar a disputa de influência social no mundo laboral, condição para o enraizamento de um partido de massas.

Em nome da competitividade este governo declarou guerra ao trabalho, com alterações ao código de trabalho que desequilibram profundamente as relações de trabalho, enfraquecem os direitos, liberalizam e embaratecem os despedimentos, impuseram o «banco de horas individual», incentivaram o pagamento do trabalho extraordinário e caminham para a liquidação da contratação coletiva, dos Acordos de

Empresa (AE's) e dos sindicatos.

Aos sucessivos códigos do trabalho, de Bagão Félix a Vieira da Silva passando agora por Passos Coelho, une-os a visão agressiva da destruição dos direitos, do aumento da exploração e da diminuição dos custos do trabalho. A aposta é, claramente, na individualização das relações de trabalho.

Para reforçar o combate ao mundo laboral e defender salários e pensões realizámos as seguintes atividades:

- Acompanhámos o trabalho e as lutas de vários setores, nomeadamente os estivadores contra a liberalização dos portos, os funcionários públicos, os trabalhadores dos resíduos sólidos urbanos, os professores e os professores contratados, os enfermeiros, os médicos, os trabalhadores das empresas de segurança privada, os trabalhadores do setor automóvel e indústrias conexas ou os precários.
- Contribuímos para o trabalho dos camaradas membros do Conselho Nacional da CGTP.
- Apoiámos e acompanhámos a intervenção e as eleições do Sindicato de Professores do Norte (onde uma lista unitária venceu as eleições em maio 2014), da CT do Banco de Portugal, da CT do INCM, da CT dos CTCP, da CT e sub CT dos CTT, e da CT MM.
- Estamos a preparar o apoio às eleições das CT da EFACEC/Engenharia, da REN e da Continental Mabor, que decorrerão nos próximos meses.
- Participámos no 15º Encontro de Sindicalistas do PEE, no dia 9 de Novembro 2013 em Paris.
- Realizámos a 29 de Novembro 2013 um Encontro Nacional sob o lema "Reforma ou Refundação do Estado?" com académicos, sindicalistas e deputados, com um documento base, uma boa participação. Deste encontro saiu o desafio da criação de um grupo de trabalho sobre os problemas específicos da Função Pública, ligado às diferentes funções do Estado.
- Envolveámos os ativistas da CNT na campanha europeia através das seguintes atividades: (1) Encontro Internacional Automóvel - dia 21 de Março

2014 - «O Sector Automóvel Europeu vs Emprego e Direitos» (“The European Automobile Sector vs. Employment and Labor Rights”) que funcionou por painéis, com importantes contributos e comunicações. Ficou-se de reforçar a intervenção quanto às lesões musculoesqueléticas e o desgaste rápido na montagem do setor automóvel; (2) realizámos um Encontro Nacional de Professores que correu de forma satisfatória, num aprofundamento sobre a ofensiva em curso contra a Escola Pública com a presença do deputado Luís Fazenda e membros dos sindicatos de professores do norte e da grande Lisboa; (3) recolhemos o apoio à candidatura de mais de 100 pessoas ligadas ao mundo do trabalho; (4) organizámos uma visita e reunião com os trabalhadores da NAV e com os trabalhadores da Continental; (5) realizámos um debate sobre políticas de pleno emprego à escala europeia com a presença de vários candidatos do Bloco; (6) participámos num encontro laboral em Braga.

- Na luta contra a privatização da EGF a CNT envolveu-se particularmente, articulando as lutas das diversas empresas, participando ativamente na greve da Valorsul e na manifestação de 6 de junho de 2014. Nesta campanha, fizemos cartazes e comunicados à população, entrevistamos em debates públicos e, em conjunto com a Comissão Nacional Autárquica, contribuimos para a intervenção dos autarcas do Bloco contra esta privatização.
- Criámos um grupo de trabalho sobre a temática do desemprego em Lisboa que reúne regularmente e que já propôs aos autarcas do Bloco uma moção sobre os Contratos de Emprego Inserção (CEI). Este grupo está a trabalhar em formas de apoio aos desempregados, para além de uma campanha sobre a falta de dignidade com que os desempregados são tratados e estão a ser realizados contactos com outras distritais a fim de estender esta experiência.
- Promovemos uma reunião do grupo de trabalho dos STCP no dia 6 de junho de 2014 no Porto que projetou e concretizou no dia 4 de Julho uma reunião com a deputada Mariana Mortágua e elementos da CNT com representantes dos trabalhadores dos transportes do Porto.
- Reforçámos o apoio às coordenadoras distritais

do trabalho, nomeadamente ao grupo de trabalho de Portalegre ou do Porto, que tem reunido dezenas de ativistas do Bloco. Temos vindo a melhorar a coordenação e a comunicação para uma maior ligação com as coordenadoras distritais ganhando-as para a importância da criação de grupos de trabalho para as questões laborais e da realização de plenários distritais de ativistas, dando dimensão distrital à nossa intervenção, nas empresas e setores.

- Para uma melhor difusão das propostas do Bloco e dos combates laborais que os bloquistas estão a realizar nas suas empresas e setores para além das atividades da própria CNT, foi criada uma newsletter periodica que divulga textos publicados na área do trabalho do bloco.org, para além da actividade parlamentar. Esta newsletter é enviada aos/às bloquistas ligados ao mundo do trabalho e a todos/as que o solicitem.
- Convocámos o VII Encontro Nacional de Trabalho do BE, procurando-o fazê-lo em novos moldes e procurando dar contributos para a Convenção para a centralidade do trabalho no Bloco de Esquerda, no terreno da atual luta de classes, debatendo: Os Direitos individuais e coletivos e o futuro do sindicalismo (11 e 12 de Outubro 2014, em Lisboa).
- Decidimos realizar em 2015 o encontro nacional de Comissões de Trabalhadores e desenvolver, no próximo ano, as bases de uma rede de ativistas das Comissões de Trabalhadores.

2. Autarquias

Esta Comissão Nacional Autárquica foi eleita em Janeiro de 2013, na reunião da Mesa Nacional realizada após a VIII Convenção do Bloco. De um processo de auscultação bastante participado que envolveu todas as regiões e as sensibilidades representadas na Mesa Nacional, resultou uma lista com 34 nomes, todos eleitos como membros da Comissão Nacional Autárquica.

No início do mandato, em 2 e 3 de Fevereiro, a CN Autárquica realizou as Jornadas Autárquicas 2013, no Porto – com mais de 200 participantes – que aprovaram o anteprojecto de Manifesto Eleitoral Autárqui-

co, ratificado pela Mesa Nacional em Abril.

Em 21 meses de mandato e dois processos eleitorais pelo meio (autárquicas e europeias), a CN Autárquica realizou cinco reuniões, com resumos e conclusões publicadas no Correio da Mesa: Lisboa, a 23/02/2013; Lisboa, a 3/11/2013, que aprofundou o balanço das eleições autárquicas a nível regional; Marinha Grande, a 02/03/2014; Lisboa, 28/06/2014; e está agendada para meados de Outubro 2014 nova reunião, ainda antes da IX Convenção, dedicada às finanças locais: taxas e impostos municipais, FAM e orçamentos que estarão em agenda em Dezembro.

Neste mandato, a actividade da CN Autárquica centrou-se, naturalmente, no apoio político e jurídico à preparação das candidaturas autárquicas do Bloco e nas oito candidaturas de cidadãos que apoiámos. Só as impugnações judiciais dos “dinossauros” que finaram a lei de limitação de mandatos e respectivos recursos até ao Tribunal Constitucional contam-se por largas dezenas.

Como foi reconhecido no balanço aprovado pela Mesa Nacional, o resultado das autárquicas 2013 saldou-se por uma derrota eleitoral do Bloco, apesar de alguns êxitos locais que devem ser valorizados e cuja experiência é fonte de aprendizagem.

Globalmente, registámos uma perda de votos e de mandatos:

- de 9 vereadores em 6 municípios (2009) para 8 vereadores em 7 municípios (2013);
- de 139 membros de Assembleias Municipais em 2009 para 101 em 2013;
- de 235 membros de Assembleias de Freguesia em 2009 para 144 em 2013.

No entanto, fruto de diversos acordos locais, reforçamos a presença em executivos de juntas de freguesia, o que coloca novos desafios e eleva o nível de responsabilidade política dos eleitos do Bloco, ao que a CN Autárquica tem procurado responder com apoio mais próximo e especializado.

Entre diversos pontos de agendas locais e autárquicas diversificadas, o Bloco tem estado na luta.

- Contra a privatização da água em alta e em bai-

xa, inclusive sob a forma de concessões do grupo Águas de Portugal e de diversos municípios a privados, que se têm revelado ruinosos.

- Área Metropolitana de Lisboa – os votos dos eleitos do Bloco foram decisivos para o chumbo da lista do “bloco central”, presidida por António Costa, para a Comissão Executiva, órgão de eleição indireta e com estrutura antidemocrática, só foi eleito à segunda tentativa, depois de o PCP passar a indicar o Presidente (Demétrio Alves) e um vogal – para gerir o “bolo” de 300 milhões de euros de fundos comunitários; em coerência, os eleitos do Bloco mantiveram o voto contra.
- Direito de agendamento de pontos da ordem de trabalhos por parte dos eleitos, seja na Câmara, na Assembleia Municipal, na Assembleia ou Junta de Freguesia.
- Direito de iniciativa e de emenda das propostas dos executivos de Câmara e Junta por parte das respetivas assembleias municipais e de freguesia, com exceção das propostas de Orçamento e dos Relatórios e Contas, que só podem ser aprovados ou chumbados, mas não alterados. Contrariando a vulgata da “tradição autárquica” instituída, o direito de emenda existe e vem sendo exercido por diversas Assembleias Municipais, nomeadamente na fixação do IMI para 2015.
- Regime jurídico das Assembleias Distritais – Lei 36/2004, sobre o processo de transferência de património para os municípios, suas associações e Comunidades Intermunicipais, bem como as suas implicações para os direitos dos trabalhadores.
- 35 horas – Respeito pelos acordos com os sindicatos de trabalhadores da administração local para a reposição deste horário semanal, contra a imposição do banco de horas e da mobilidade, em coerência com o projeto de resolução apresentado pelo Bloco no parlamento.
- Campanha “NÃO FECEM O PAÍS – SEM ESCOLA NÃO HÁ FUTURO” – colocação de faixas, particularmente junto das mais de 300 escolas encerradas este ano letivo.
- FAM – Fundo de Apoio Municipal – Lei 54/2014 que sucede ao PAEL, a nova “troika” que liquida

a autonomia local, colocando os impostos, taxas e tarifas no máximo, viabilizada por acordo com a ANMP, presidida por Manuel Machado (PS). O Bloco foi o único partido que veio a jogo no debate na especialidade com propostas que subvertiam o espírito centralista e antidemocrático desta lei.

- O Bloco foi a jogo na especialidade contra o pacote das novas leis de funcionamento e do regime jurídico das autarquias locais – Lei 75/2013 – e das Finanças Locais – Lei 73/2014.
- Anteprojeto de Lei do Bloco sobre a (re) integração dos trabalhadores do SEL – empresas municipais a extinguir – nos quadros dos municípios.
- Contra a utilização de Contratos de Emprego Inserção e Contratos de Emprego Inserção+ no preenchimento de necessidades permanentes das autarquias – moções em diversas Assembleias.
- Impostos e taxas municipais – criação de taxa reduzida de IMI para habitação própria, repartida em % com o banco detentor do crédito, entre outras medidas.
- Inclusão social – respostas solidárias à crise que ultrapassem o mero assistencialismo, promovam uma cultura de cidadania, combatendo a exclusão, a xenofobia e a “inveja dos mais pobres”.

3. Reuniões e deliberações da Mesa Nacional

Durante este mandato a Mesa Nacional reuniu 11 vezes. Em 2012 realizou-se uma reunião a 24 de novembro. Em 2013 a Mesa Nacional reuniu cinco vezes, nos dias 26 de janeiro, 6 de abril, 22 de junho, 12 de outubro e 30 de novembro. Já em 2014 realizaram-se cinco reuniões a 25 de janeiro, 15 de março, 1 de junho, 7 de setembro e 4 de outubro.

Durante este período manteve-se a publicação do Correio da Mesa, com informação sobre a atividade das estruturas do Bloco, os documentos preparatórios das reuniões da Mesa, as minutas das reuniões anteriores e informação sobre a atividade do Bloco.

Na primeira reunião da Mesa nacional definiu-se como tarefa prioritária do Bloco a mobilização social

e a luta parlamentar contra o Orçamento de Estado para 2013, tal como se verificou no apoio à greve geral de 14 de novembro de 2012.

A segunda reunião, já em 2013, aprovou a resolução “Todos à rua pela demissão do governo” numa altura em que o governo cavalgava “o regresso aos mercados”, apesar de tal só ser possível devido à intervenção do BCE nos mercados secundários; nesta reunião decidiu-se a participação nas mobilizações sociais que estavam a acontecer, como a da CGTP de 16 de fevereiro e a de 2 de março convocada pelo Que se lixe a troika! aquando da presença da troika em Portugal. Ainda nessa reunião, o Bloco manifestou o seu apoio à petição pelo aumento do salário mínimo e à iniciativa legislativa de cidadãos Lei contra a Precariedade, que juntou mais de 40 mil assinaturas.

Já em abril de 2013, a Mesa saudou a decisão do Tribunal Constitucional que julgou inconstitucionais as medidas do Orçamento de Estado que afetavam trabalhadores e pensionistas. O Bloco apresentou um programa de emergência social para responder à crise humanitária vivida no país. Foi declarado a solidariedade com Chipre, onde o salvamento dos bancos tinha como moeda de troca políticas de austeridade draconianas e onde de novo se provaram os problemas da União Económica e Monetária.

A quarta reunião da Mesa debateu o apoio às mobilizações populares como a greve de professores de 17 de junho e a greve geral de 27 de junho que era um momento de convergências populares contra a Reforma do Estado que estava a ser preparada por Paulo Portas e que implicava o corte de 4700 milhões de euros nas funções sociais do Estado, desiderato protegido por Cavaco Silva e pela troika. A Mesa saudou ainda a primavera turca, a resistência do povo grego e a mobilização que se vivia no Brasil. No caminho para as eleições autárquicas de setembro de 2013, aprovou-se uma agenda intensa de campanha durante os meses de verão.

Na reunião de outubro de 2013, o Bloco reconheceu não ter atingido os seus objetivos nas eleições autárquicas de 29 de setembro, com os resultados nacionais a cair de 3,02% para 2,42%. Apesar disso, a campanha para as eleições autárquicas mobilizou toda a organização do Bloco de Esquerda, com um enorme empenho de candidatos e ativistas que foi valorizado. No período pré eleitoral empenhámo-nos na defesa da impugnação de candidaturas autárqui-

cas em conflito com a lei de limitação dos mandatos. Foi decidida uma reflexão profunda sobre a intervenção local do Bloco, nomeadamente a articulação entre os vários planos de ação política, o apoio das estruturas nacionais e distritais aos eleitos e as respostas à pressão do voto útil que se sente de forma particular nestas eleições. Os maus resultados do PSD e do CDS nestas eleições determinou ainda um maior isolamento do governo, mostrando que a política de austeridade já não tinha credibilidade popular.

Na sexta reunião, em janeiro de 2014, a Mesa Nacional exigiu que o Presidente da República enviasse para fiscalização preventiva do Tribunal Constitucional o Orçamento de Estado Retificativo, que agravava a Contribuição Extraordinária de Solidariedade. A operação de propaganda do “pós-troika” avançada pelo governo apenas se materializava em austeridade perpétua. Nesse momento afirmámos que só a convocação de eleições antecipadas poderia oferecer uma saída democrática à crise que vivíamos. Convocou-se para 15 e 16 de fevereiro uma Conferência Nacional para debater as formas de enraizamento e intervenção do Bloco, bem como a orientação do partido para as eleições europeias. Finalmente, a Mesa saudou as mobilizações dos trabalhadores precários da Linha Saúde 24, dos Estivadores dos portos e dos controladores aéreos da NAV.

Na Mesa de março de 2014 debateu-se a necessária clarificação com o fim do programa de ajustamento e o logro da dicotomia “saída limpa”/“programa cautelar”. O Bloco reafirmou que nesse momento se decidia entre a aceitação ou a recusa da austeridade permanente garantida pelo Tratado Orçamental europeu. A subida da dívida para 130% do PIB e o clamor que se criou na sociedade portuguesa e em todos os setores políticos exigindo a renegociação da dívida, provaram que o Bloco tinha razão ao longo dos últimos anos na exigência desta medida, que o governo e o PS se recusaram a aceitar. Expressou-se ainda a preocupação pela evolução da situação na Ucrânia e congratulou-se o grupo parlamentar pela aprovação do projeto-lei que converte a violação em crime público.

Em junho de 2014 a resolução sobre “Portugal, a Europa e o Bloco depois das eleições europeias” assinalava que os resultados tinham sido maus para o Bloco de Esquerda, apesar da força do programa que havia resultado de um aprofundado debate na conferência de fevereiro. A candidatura de Marisa Matias

demonstrou uma orientação forte e uma política alternativa e o Bloco foi uma força presente em todo o território graças aos/às seus/suas ativistas. Essa motivação permitiu-nos manter a representação no parlamento europeu. Os resultados eleitorais na Europa mostraram que os cidadãos estão descontentes com as políticas de austeridade levadas a cabo por um Diretório de uma única potência e que, por isso, muitos procuraram soluções nacionais. Nesta reunião foi convocada a Convenção Nacional para os dias 22 e 23 de novembro em Lisboa.

Na reunião de setembro de 2014 a Mesa denunciou a fragilidade do sistema financeiro que se comprovou cabalmente com o colapso do Espírito Santo. A divisão do BES em “banco bom”/“banco mau” e a propaganda de que os contribuintes não iriam ser lesados foi debatida e o Bloco apresentou a proposta de nacionalização do Novo Banco e o controlo público do sistema bancário, condição para travar os sucessivos colapsos do sistema financeiro e garantia de que existe crédito disponível para investimento que permita a recuperação económica. O ataque sistemático do governo ao Estado social, verificado no encerramento de serviços e desorçamentação do Serviço Nacional de Saúde, do péssimo início do ano judicial e do ano escolar, a par do encerramento das escolas em todo o país, foram alvo de censura. A agressão Israelita em Gaza e a espiral da guerra na Ucrânia foram condenados. O regulamento do processo preparatório da IX Convenção Nacional foi aprovado.

4. Campanhas, Iniciativas Nacional e Agitação de Rua

Durante este mandato o Bloco de Esquerda organizou mais 600 iniciativas, debates, sessões públicas, comícios e ações de agitação.

Ainda em dezembro de 2012 foi realizado o Encontro Autárquico, para além de uma sessão sobre Gaza e várias sessões e plenários.

No início de 2013, em fevereiro, organizamos as Jornadas Nacionais Autárquicas do Bloco no Porto. Em março o grupo Parlamentar realizou as suas jornadas em Aveiro e em Lisboa a concelhia organizou um colóquio sobre pobreza. O Bloco esteve presente com cortejo próprio na manifestação de 2 de março. A iniciativa Inconformação 2013 teve lugar já em abril,

mês em que também se preparou uma homenagem ao Miguel Portas e participámos na manifestação do 25 de abril. Em maio o Bloco teve cortejo na manifestação do dia do Trabalhador. Em junho foi realizada uma conferência em Lisboa sobre o tema do Euro. Ainda em julho de 2013, o Acampamento Liberdade levou centenas de jovens a S. Pedro do Sul.

Durante os meses de maio, junho, julho e agosto o Bloco envolveu-se na pré campanha autárquica, intensificando o número de sessões, arruadas, visitas, comícios, comícios de verão e apresentações de candidaturas por todo o país, num total de 181 iniciativas.

A reentré do Bloco fez-se no Socialismo 2013 em setembro que contou com centenas de ativistas em Lisboa. Devido às eleições autárquicas a atividade central foi abundante, com mais de 90 iniciativas em todo o país de forma a acompanhar as candidaturas nos diversos concelhos.

Já em Outubro o Bloco orientou os seus esforços para a contestação ao Orçamento de Estado para 2014, tendo participado nas manifestações da CGTP e do "Que se lixe a troika!". Em novembro lançámos uma campanha de rua contra o Orçamento que passou pelos vários distritos, tendo ainda sido realizada uma iniciativa sobre a Dívida Pública.

A Convenção Regional dos Açores abriu as iniciativas do ano de 2014, a que se seguiu, no mesmo mês de janeiro, a Convenção Regional da Madeira e as Jornadas Parlamentares em Braga. Em fevereiro apresentámos um Roteiro para a Saúde que percorreu vários concelhos e o Bloco fez a sua II Conferência Nacional em Lisboa. A 28 de fevereiro iniciaram-se um conjunto de jantares-comício de celebração dos 15 anos do Bloco de Esquerda. A Conferência Estudantil teve lugar em março e as jornadas parlamentares de abril foram realizadas no Algarve. Ainda em abril, o Bloco organizou uma mostra de cinema insubmisso, o Desobedoc no Porto, onde também foi realizado um comício com Marisa Matias e Alexis Tsipras (Syriza) no Cinema Batalha.

As eleições europeias de maio ocuparam a agenda do Bloco neste mês, onde mais de 80 arruadas, distribuições, reuniões, visitas, sessões e comícios ocorreram por todo o país.

Em junho de 2014, e tendo em conta os resultados

das eleições europeias no Estado espanhol, o Bloco trouxe a Portugal Teresa Rodríguez, do Podemos, para uma sessão no Largo de S. Pedro de Alcântara. Em julho a atividade central foi o Acampamento Liberdade 2014. Finalmente, em agosto, o reinício das atividades deu-se em Évora, no Socialismo - fórum de ideias à esquerda, que se revelou um dos mais participados de sempre. Em setembro o Bloco empenhou-se nas manifestações dos professores e dos enfermeiros e organizou uma sessão no ISCTE sobre o caso BES com Nicolau Santos, Francisco Louçã e Mariana Mortágua. Finalmente, nos dias 11 e 12 de outubro, a Coordenadora do Trabalho irá organizar o VII Encontro Nacional do Trabalho.

5. Atividade Parlamentar

Nas duas últimas sessões legislativas na Assembleia da República, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda apresentou 99 projetos de lei e 193 projetos de resolução. Para além desta produção legislativa, o BE fez pleno uso dos seus poderes de fiscalização, tendo apresentado 1272 perguntas e 4486 requerimentos.

O Bloco de Esquerda conseguiu aprovar 11 dos seus projetos de lei e 25 dos projetos de resolução apresentados e foi, na última sessão legislativa, o partido da oposição com mais projetos de lei aprovados.

Em todas as áreas de intervenção do Bloco nestas duas últimas sessões legislativas provamos que existem propostas e um programa alternativo ao programa de destruição de quem assinou o memorando da troika.

Foram realizadas jornadas parlamentares nos distritos de Aveiro, Braga e Faro. De entre as várias iniciativas apresentadas nestes momentos, destacam-se as que foram anunciadas nas últimas Jornadas Parlamentares: a exigência de um referendo ao Tratado Orçamental e a exigência de que o cargo de deputado seja desempenhado em exclusividade, como forma de impedir a promiscuidade entre cargos públicos e negócios privados.

Estas propostas revelaram a sua importância na forma como a Direita foi obrigada a reagir e a responder às mesmas. A Direita, com medo de que a população se pronunciasse sobre o Tratado Orçamental veio fa-

lar da inconstitucionalidade de tal Referendo. O Bloco de Esquerda mostrou e provou que esse ato não só não era inconstitucional, como era uma exigência da democracia e fundamental na luta contra a austeridade.

Da mesma forma, o debate em torno da obrigatoriedade de exclusividade de funções por parte dos deputados eleitos à Assembleia da República gelou o arco dos interesses políticos em Portugal, pois pretende acabar com a promiscuidade entre público e privado e com os casos de deputados que estão no Parlamento, não a trabalhar para a população que os elegeu, mas sim para empresas e interesses particulares que os controlam.

O COMBATE AOS ORÇAMENTOS DA AUSTERIDADE

Os Orçamentos de Estado apresentados nos anos de 2012 e 2013 na Assembleia da República tiveram sempre a mais veemente oposição do Bloco de Esquerda. Dessa oposição resultaram pedidos de fiscalização sucessiva da constitucionalidade dos Orçamentos de Estado, o que levou a várias declarações de inconstitucionalidades em medidas de austeridade que o Governo queria aplicar à população.

Em relação ao Orçamento de 2013, foram chumbadas as medidas do Governo que pretendiam cortar o subsídio de férias a funcionários públicos e pensionistas, assim como as medidas que reduziam os subsídios de doença e de desemprego e que previam cortes nos contratos de docência e investigação.

Já em relação ao Orçamento de 2014, o Tribunal Constitucional veio declarar inconstitucionais os cortes salariais, o corte nas pensões de sobrevivência e a redução dos subsídios de doença e de desemprego.

Ao todo, este Governo e a sua maioria parlamentar já foram chumbados 9 vezes pelo Tribunal Constitucional, num total de dezenas de medidas declaradas inconstitucionais.

LUTAR POR UMA ECONOMIA AO SERVIÇO DAS PESSOAS

Batemo-nos contra as privatizações de todo e qualquer bem ou serviço público. Por isso, apresentamos iniciativas legislativas contra a privatização dos transportes urbanos do Porto e de Lisboa, linhas suburbanas da CP, TAP, ANA, Estaleiros Navais de Viana do

Castelo, CTT ou Empresa Geral de Fomento. Apresentamos ainda projetos para que se salvaguardasse a gestão pública da água e dos resíduos sólidos.

Recusamos a receita da austeridade e o garrote da dívida sobre o povo e defendemos sempre que era necessário um programa de desenvolvimento, de valorização do trabalho e de reposição do poder de compra dos portugueses. Por isso apresentamos iniciativas legislativas pela renegociação da dívida e pela denúncia do memorando da troika, apresentando alternativas em defesa das pessoas.

Recusamos o aumento de tarifas nos transportes públicos e propusemos medidas para a sustentabilidade económica e financeira dos mesmos; lutamos contra as portagens nas ex-Scut e contra a introdução de novas portagens na autoestrada transmontana; exigimos que o défice tarifário na eletricidade não fosse pago pelos consumidores e o fim das rendas parasitárias.

Propusemos a reposição do IVA na restauração nos 13% e a fixação do IVA na eletricidade e no gás engarrafado em 6%, aliviando o comércio e sobre bens essenciais para as famílias. Exigimos ainda a fixação de uma taxa travão para acabar com os juros abusivos cobrados pela banca e exigimos que a banca que foi resgatada com dinheiro público fosse obrigada a financiar a economia. Avançamos ainda com propostas no sentido de avançar com um regime de IVA de caixa e de criar regras claras e transparentes na formação dos preços de combustíveis.

Propusemos medidas que facilitem o acesso ao crédito à habitação por parte de cidadãos com deficiência, facilitando o direito à habitação. Combatemos o abuso dos bancos sustentando a gratuitidade no acesso a serviços mínimos bancários, protegendo os cidadãos mais pobres das comissões abusivas cobradas pelos bancos.

LUTAR PELO TRABALHO COM DIREITOS E PELA VALORIZAÇÃO DO SALÁRIO

Apresentamos várias iniciativas legislativas para o aumento do salário mínimo nacional, por um trabalho com um salário digno. Defendemos também iniciativas para impedir o trabalho não remunerado no Estado, restringir o recurso ao trabalho temporário, acabar com os falsos recibos verdes e reduzir o horário de trabalho. Propusemos que para funções perma-

nentes seja obrigatória a existência de um contrato de trabalho, combatendo a precariedade.

Apresentamos um projeto de lei para regulamentação do Fundo de Garantia Salarial, para que este pudesse ser acionado no caso de atraso no pagamento de salários a trabalhadores; apresentamos ainda a facilitação do acesso ao Fundo de Compensação Salarial por parte dos profissionais da pesca.

Exigimos do Governo o aumento de todas as pensões mínimas, assim como a ratificação por Portugal das recomendações da OIT sobre trabalho doméstico, garantindo direito ao salário e a descanso semanal a todos os trabalhadores domésticos.

Da mesma forma, propusemos a semana de trabalho de 35h para todos os trabalhadores e trabalhadoras e exigimos que o Governo publicasse todos os acordos coletivos que consagram as 35 horas na administração pública.

Propusemos ainda o reforço da proteção no desemprego e o combate à pobreza por via da reposição no direito ao acesso a prestações sociais.

Inovamos no combate ao trabalho forçado, com a responsabilização de toda a cadeia de contratação, acabando com o vazio legal que desresponsabiliza os proprietários das obras ou explorações.

DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

Batemo-nos pela liberdade e pelos direitos individuais, combatendo o preconceito, a discriminação e a violência. Nesse sentido apresentamos projetos de lei para reforçar a proteção a vítimas de tráfico de pessoas, para reforçar a autonomia das organizações não-governamentais de mulheres, para tornar a violação um crime público e para autonomizar o crime de mutilação genital feminina. O Bloco de Esquerda apresentou ainda iniciativas para combate à perseguição de mulheres e ao assédio sexual. Propusemos projetos para a adoção por parte de casais do mesmo sexo combatendo a discriminação introduzida pelo governo PS. Defendemos que os imigrantes tenham igualdade no acesso a apoios sociais. Sustentamos uma outra política de drogas permitindo a legalização do auto cultivo de canábis.

Fizemos ainda recomendações para a adoção de medidas sobre as praxes académicas para combater

o abuso e o regime de dominação/submissão; recomendamos a regularização contratual dos enfermeiros da Linha 24 Saúde ou no sentido de proteger as famílias com dificuldade no pagamento do seu crédito à habitação, permitindo-lhes o acesso a uma via de renegociação das condições do seu crédito e protegendo-as contra as pressões de credores.

Defendemos a garantia do direito de acesso aos bens de primeira necessidade (água e eletricidade). Insistimos na revogação nos decretos que cortaram abono de família e que reduziram apoios sociais, como o rendimento social de inserção e o complemento solidário para idosos.

LUTAR PELO ESTADO SOCIAL

Na área da Educação batemo-nos pela implementação do acesso universal aos manuais escolares, pelo estabelecimento de uma amnistia pelo incumprimento do pagamento de propinas e pela isenção do pagamento de propinas para o ano de 2013/2014, assim como o fim de critérios abusivos que impediam o acesso a bolsas de ensino no caso dos pais dos alunos terem dívidas às Finanças ou à Segurança Social. Fizemos várias propostas no sentido da impenhorabilidade de bens de estudantes por dívidas decorrentes do não pagamento de propinas. Propusemos ainda um regime de vinculação dos professores contratados e a abertura de um concurso de ingresso de professores para necessidades permanentes do sistema.

Recomendamos um plano de emergência para o fim dos contentores nas escolas, o reforço do investimento público na Educação e a adoção de medidas de reforço do acolhimento e acompanhamentos dos alunos imigrantes.

Na área da Saúde tivemos uma afirmação sempre presente em defesa do Serviço Nacional de Saúde e de cuidados de saúde para todos. Propusemos um regime especial de comparticipação de medicamentos destinados a portadores de doenças raras, a isenção de encargos com transportes não urgentes, a eliminação das taxas moderadoras no acesso ao SNS, a reorganização funcional da rede de serviços de urgência e a regulamentação do Estatuto de Dador de Sangue. Propusemos ainda a inclusão de novas vacinas no Plano Nacional de Vacinação e medidas para garantir que os doentes têm acesso aos medicamentos de que necessitam e que estes são disponibilizados atempadamente.

Batemo-nos fortemente contra o encerramento de hospitais, unidades de saúde e da maternidade Alfredo da Costa e denunciámos a reorganização hospitalar que o Governo pretendia esconder numa Portaria e que pressupõe a perda de inúmeras valências em vários centros hospitalares do país. Em alternativa aos cortes na saúde propusemos o investimento público na melhoria do SNS e dos serviços de saúde prestados, defendemos a contratação de mais enfermeiros para o SNS e a obrigatoriedade de discussão pública em torno da reorganização hospitalar.

LUTAR PELA PROTEÇÃO DO AMBIENTE, DA AGRICULTURA E PESCA E DO TERRITÓRIO

Na luta pela proteção e preservação do ambiente, o Bloco de Esquerda levou ao Parlamento a proposta pela suspensão das obras da barragem de Foz Tua. Recomendamos ainda que Portugal proibisse a importação de organismos geneticamente modificados, assim como a exploração e extração de gás de xisto. Apresentamos medidas para a proteção e valorização do montado e para a revogação da Lei dos Baldios.

Na prossecução da defesa da agricultura e da pesca e dos agricultores e profissionais da pesca, o Bloco de Esquerda defendeu a construção urgente do Porto de Pesca de Tavira e desassoreamento dos canais de navegação, medidas de valorização da arte xávega, a criação de um balcão para os pequenos agricultores afetados pelas novas normas de fiscalidade, medidas para a proteção e valorização da produção de bivalves no Algarve, medidas para a valorização da pera rocha e para garantir preços justos ao produtor e a Casa do Douro e os seus trabalhadores.

Intervimos na discussão da Lei de Bases dos Solos propondo a cativação pública das mais-valias urbanísticas.

Opusemo-nos à lei que levou à extinção de freguesias por todo o país sem qualquer auscultação da população e da realidade do território. Por isso propusemos a revogação do Regime Jurídico da Reorganização Administrativa Territorial Autárquica e a adoção de um regime de audição e participação das autarquias locais e populações no processo legislativo. Opusemo-nos também ao novo regime de Arrendamento Urbano que leva a um aumento inoportuno de rendas para muitos inquilinos.

CULTURA, ARTE E COMUNICAÇÃO

Num país onde não há qualquer investimento na cultura ou na criação artística, o Bloco de Esquerda apresentou o seu programa para acabar com esta situação: defendemos o financiamento capaz e a autonomia dos serviços públicos de cultura (teatros, bibliotecas, arquivos, museus), a proteção social dos profissionais das artes e o especial estatuto dos bailarinos, propusemos abertura de concursos de apoio às artes e a abertura de concursos para financiamento ao cinema e ao audiovisual. Recomendamos que o Turismo Cultural fosse considerado estratégico e que fosse integrado no Plano Nacional de Turismo e propusemos ainda que fosse criada uma rede pública de cinema e a modernização dos cineteatros municipais, cineclubes e outros recintos de cinema.

Batemo-nos ainda pela manutenção da produção de informação e de programas no centro de produção da RTP-Porto, pela manutenção do serviço público da RTP e pela transparência da propriedade dos meios de comunicação.

PARTICIPAÇÃO EM COMISSÕES DE INQUÉRITO

No período em causa realizaram-se várias comissões de inquérito, com uma participação relevante do Grupo Parlamentar. As comissões de inquérito realizadas foram: Comissão de Inquérito à Contratualização, Renegociação e Gestão de todas as Parcerias Público-Privadas do Sector Rodoviário e Ferroviário; Comissão Parlamentar de Inquérito à Celebração de Contratos de Gestão de Risco Financeiro por Empresas do Sector Público; Comissão Parlamentar de Inquérito para Apuramento das Responsabilidades pelas Decisões que Conduziram ao Processo de Subconcessão dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo; Comissão Parlamentar de Inquérito aos programas relativos à aquisição de equipamentos militares; Comissão Parlamentar de Inquérito à Tragédia de Camarate;

Em todas as comissões de inquérito, apesar da capacidade da maioria parlamentar em determinar o conteúdo dos relatórios finais produzidos, a participação do BE permitiu o acesso a informação e esclarecimentos politicamente úteis.

6. Coordenadora Nacional de Estudantes do Bloco de Esquerda e coordenadoras e núcleos locais de estudantes

Nos últimos dois anos, a Coordenadora Nacional de Estudantes do Bloco de Esquerda e as coordenadoras e núcleos locais de estudantes procuraram desenvolver três tipos de atividades: (a) organização de movimento estudantil e presença nas universidades e escolas secundárias; (b) espaços de formação política para estudantes e jovens; (c) iniciativas de convívio e contra-cultura com especial incidência nos meios estudantis e juvenis.

Destacam-se as seguintes iniciativas:

- Inconformação 2013, dias 12, 13 e 14 de Abril, Porto
- Acampamento Liberdade 2013, S. Pedro do Sul
- Acampamento Liberdade 2014, S. Pedro do Sul
- Fórum “O Princípio da Universidade”, 1 de Março de 2014, Lisboa
- Panfleto dirigido ao Ensino Superior, Março de 2013
- Festa e concerto “Bloco Arruaça o Rato”, 25 de Outubro de 2013, Lisboa
- Festa Basca, 21 de Dezembro de 2013, Lisboa
- Ação sobre exames do secundário, Junho de 2013, Lisboa
- Dinamização do grupo de jovens da campanha europeia com a criação de um panfleto (Bazem Airlines), de uma ocupação simbólica na Praça da Alegria e de uma ação performativa no Metro de Lisboa.
- Alargamento da influência estudantil dos ativistas do Bloco em seis associações de estudantes (FLUP, ISCTE, Teatro e Cinema, FCUL, FML e Secundária da Feira), quatro coletivos estudantis (na UM, NovaSBE, FCSH, Artigo 74º), Conselhos Gerais (ISCTE e ESTC), pedagógicos (ISCTE, ESTC e FLUP) núcleos e comissões de estudantes (ISCTE, UTAD, FEUP, FCUP) e outros órgãos como Conselhos de Acção Social ou Mesas de RGA (ESTC, ISCTE e ICBAS).

7. Grupos de trabalho sectoriais

7.1 Grupo de Trabalho do Interior

Num plenário realizado em Viseu, a 11 de janeiro de 2014, em que estiveram camaradas de Braga, Bragança, Castelo Branco, Portalegre, Vila Real e Viseu, foi criado o Grupo de Trabalho do Interior (GTI) a partir de um debate com base num texto intitulado “A recusa da marginalidade”.

A divergência entre o litoral e o interior, entre as grandes áreas metropolitanas e o resto do país, tem vindo a agravar-se e tende a agudizar-se com as políticas de encerramento sucessivo de serviços públicos, com particular incidência no interior, e de concentração do investimento nos grandes eixos metropolitanos.

O GTI apoiou as lutas contra o encerramento dos serviços públicos no interior, as campanhas do Bloco em defesa das escolas e dos tribunais e está a acompanhar o processo do novo Quadro Comunitário de Apoio. Procurará incentivar a participação no II Fórum do Interior, uma iniciativa em parceria da ANIMAR e da UTAD a ter lugar em Vila Real, nos próximos dias 7 e 8 de novembro.

7.2 Grupo de Trabalho da Agricultura e do Desenvolvimento Rural

Foi criado, no passado dia 22 de Março de 2014, em Coimbra, o Grupo de Trabalho da Agricultura e do Desenvolvimento Rural (GTADR). Num plenário nacional em que participaram aderentes do Bloco e independentes, foi eleita uma Coordenadora e criado um grupo no FB para garantir a comunicação entre todas/os do GTADR.

O Grupo tem acompanhado as questões políticas mais relevantes na sua área, em particular a alteração à Lei dos Baldios e o processo de aplicação a Portugal da nova PAC, bem como apoiado algumas iniciativas no parlamento (floresta, incêndios, doença da vinha, etc.). O GTADR está a participar, no âmbito do Partido da Esquerda Europeia, na definição de uma política agrícola e rural alternativa à PAC.

A 14 de junho, o GTADR promoveu em Santarém um debate sob o tema “Agricultura mais forte Portugal menos dependente”, com representantes da ANIMAR, AJAP, CNA e CONFAGRI, seguido de uma visita à Feira Nacional da Agricultura.

7.3 Grupo de trabalho de Ecologia

Criado por proposta da Mesa Nacional, o grupo de trabalho ecologista do Bloco de Esquerda teve a sua primeira reunião em Coimbra no dia 22 de março. Nessa reunião, que teve a presença de cerca de 20 ativistas de todo o país, foi aprovado um texto enquadrador da atividade do grupo, foi decidida a constituição de um grupo fechado no facebook para trocar informações e lançaram-se as bases de um trabalho de mapeamento dos problemas ambientais em Portugal. Entretanto, em junho, foi realizada uma nova reunião em Lisboa para articular trabalho, o grupo de ecologia no facebook tem mais de 50 pessoas de todo o país e há um grupo de trabalho para o lançamento da iniciativa que está a mapear os conflitos ambientais do último ano para poder lançar esse debate à população, articulando-se com as distritais e concelhias.

7.4 Grupo de Reflexão e Intervenção Feminista do Norte

Constituíram-se como Grupo de Trabalho um conjunto de ativistas feministas do Bloco de Braga, Porto e Viseu. Em plenário feminista, realizado no Porto a 28 de junho de 2014, foi decidido construir um plano de trabalho feminista em articulação com os vários distritos envolvidos. Desde logo um encontro em Braga com o tema "O conflito à volta da violência de género e da educação social na escola", que teve lugar a 29 de setembro e que reuniu cerca de 30 pessoas interessadas no debate. A próxima realização será um plenário feminista nacional que está a ser apontado para Viseu. Entretanto, o GRIF Norte está a poiar a intervenção política das Coordenadoras distritais nesta área.

7.5 Grupo de intervenção feminista de Lisboa e Setúbal

Dando seguimento às ideias aprovadas, pela II Conferência Nacional, e posteriormente ratificado pela MN no texto de recomendação "Um Bloco mais participado e socialmente enraizado" - onde se afirmava a necessidade de retomar a organização de grupos de trabalho em torno de vários temas setoriais e porque consideramos que o feminismo não está fora de moda, entre a utopia e o realismo há um campo aberto de intervenção para virar do avesso esta sociedade onde a desigualdade, a violência, o preconceito e a discriminação ainda são a regra - no dia 29 de maio,

organizamos a primeira reunião do grupo de intervenção feminista de Lisboa e Setúbal, aberto a quem nele quiser participar.

Este grupo, que ainda só teve 2 reuniões, promoveu outras iniciativas - um mural sobre violência de género; uma sessão de discussão livre sobre género. Tendo identificado que a palavra feminismo carrega, para muita gente, um estigma negativo, e considerando ser nosso papel fazer alguma pedagogia social neste sentido, estamos a preparar uma campanha de stencil nas cidades. Está ainda no nosso horizonte próximo a realização de um encontro feminista do Bloco, iniciativa há muito sentida como necessária.

8. Parlamento Europeu

Relativamente à Delegação do Bloco de Esquerda no Parlamento Europeu, cumpre prestar contas quer do final do mandato da 7ª Legislatura, quer do início do mandato da 8ª Legislatura a 1 de Julho de 2014.

Entre Novembro de 2012 e 30 de Junho de 2014, a delegação do BE/PE era composta por duas deputadas, Marisa Matias e Alda Sousa. A Marisa Matias foi coordenadora do GUE/NGL na Comissão de Indústria, Investigação e Energia (ITRE) e membro da Comissão de Assuntos Económicos e Monetários (ECON), e a Alda Sousa foi coordenadora foi GUE/NGL na Comissão dos Orçamentos (BUDG) e membro da Comissão de Ambiente, Saúde Pública e Segurança Alimentar (ENVI).

Foi nestas comissões que se discutiram os principais relatórios que consubstanciaram as respostas respostas austeritárias e recessivas à crise económica e financeira, quer no âmbito das políticas económicas, quer no domínio das opções orçamentais da UE.

Das resoluções sobre o tratado orçamental, passando pelos pacotes legislativos que compõem a chamada governação económica, visto prévio aos projectos de orçamento dos países com défice excessivo, semestre europeu, mecanismo único de supervisão bancária, aos orçamentos europeus e ao novo orçamento plurianual da UE, ou quando votou contra a possibilidade de a Comissão e do Conselho suspenderem, parcial ou totalmente, os fundos estruturais já contratualizados com o Estado-Membro, em caso de incumprimento das metas macroeconómicas (défice, dívida, desequilíbrios macroeconómicos, etc.) que na realidade constituem uma dupla sanção para os

países intervencionados, o Bloco de Esquerda esteve do lado da contestação às políticas de perpetuação da austeridade, na apresentação de alternativas a estas, e na defesa dos direitos sociais, dos trabalhadores, dos desempregados, dos pensionistas, e de uma mais justa redistribuição dos recursos.

Alda Sousa, no âmbito da comissão BUDG bateu-se pela eliminação dos privilégios dos deputados e na reutilização dessas verbas de forma mais justa, mas também pela defesa dos intérpretes e tradutores, em nome do direito ao multilinguismo, considerados por muitos como orçamentalmente supérfluos. Também, se bateu por uma melhor redistribuição das verbas, quer em termos de orçamento anual, quer do próximo quadro financeiro plurianual visivelmente diminuto face às necessidades, especialmente com vários Estados Membros sob programas de ajustamento.

Alda Sousa deu continuidade à luta iniciada por Miguel Portas, no âmbito do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização, que visa auxiliar as vítimas de despedimentos colectivos, e procurou não só reforçá-lo, como ampliar os critérios de concessão do mesmo, e agilizar o processo.

Marisa Matias foi responsável pelo relatório sobre a actividade do BCE em 2011. Num processo muito disputado e complicado de negociações, que se arrastou até 2013, conseguiu que fosse aprovado em comissão (por um voto), e pela primeira vez, um relatório verdadeiramente crítico à actuação do BCE. Posteriormente, após a votação em plenário, Marisa Matias pediu para retirar o seu nome do relatório final, em resultado da aprovação das alterações propostas pela direita, que retiravam do texto todas as referências críticas ao BCE enquanto membro da Troika, e a proposta que obrigava o BCE a devolver aos países sob intervenção, os lucros resultantes dos processos de compra e venda no mercado secundário dos títulos de dívida pública.

Ao nível dos direitos humanos, da cidadania e das políticas de imigração, o caminho também foi o da regressão, a UE reforçou os muros, reforçou as políticas securitárias como o Frontex e o Eurosur e chorou Lampedusa apenas para as fotografias. Mas a nível interno também se tornou mais evidente que a liberdade de circulação e de estabelecimento afinal tem limites, e assistimos à expulsão de cidadãos europeus por parte de outros Estados Membros, bem como à

proliferação de denúncias de situações de escravatura, ou de situações de dumping social. A delegação do Bloco de Esquerda fez destas matérias também um dos principais eixos de intervenção no Parlamento Europeu, através das intervenções em plenário, de propostas de resolução e de perguntas escritas dirigidas à Comissão Europeia e/ou ao Conselho, por exemplo sobre a situação de vários imigrantes portugueses no Luxemburgo que foram expulsos da residência de acolhimento em que viviam, (que incluiu duas visitas da Marisa Matias ao Foyer em causa para contactar directamente com os trabalhadores) ou a sobre os cidadãos europeus sujeitos a situações de escravatura. Foram ainda dirigidas várias cartas à Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, Catherine Ashton, nomeadamente sobre a situação na Cisjordânia e na Faixa de Gaza.

As deputadas do Bloco participaram ainda em várias manifestações e acções de rua em defesa dos direitos das mulheres, da igualdade de género, dos direitos LGBTI. Recentemente, as deputadas do BE estiveram presentes na Manifestação em Bruxelas contra a alteração da lei do aborto no estado espanhol, e lançaram uma petição no PE contra o referendo da coadopção em Portugal. Também recentemente Alda Sousa promoveu um processo de recolha de assinaturas entre os deputados europeus, para uma carta que foi enviada para o primeiro-ministro belga, em defesa dos direitos de quase 200 afegãos que vivem há meses refugiados numa igreja, e a quem o estado belga não quer reconhecer o direito de asilo. Marisa Matias e Alda Sousa participaram também na Marcha dos “sem papéis” que vindo de várias partes do mundo confluíram em Bruxelas.

A Investigação foi outro dos domínios de maior intervenção das eleitas do Bloco. Marisa Matias foi relatora do Parlamento para a definição do Quadro Comum Estratégico de Financiamento da Investigação e Inovação, que estabeleceu as bases e o desenho do que viria a ser o Programa Horizonte 2020 – o programa europeu que define o financiamento europeu da investigação e inovação entre 2014 e 2020, propondo um reforço de verbas e uma melhor redistribuição geográfica das mesmas, e consagrando um aumento significativo de apoios ao trabalho científico e à atribuição de bolsas no quadro do financiamento europeu. Posteriormente viria a ser relatora da Agenda Estratégica para a Inovação do EIT e relatora sombra dos restantes 5 relatórios que compunham o pacote

legislativo do Horizonte 2020.

No âmbito da investigação foi também relevante o trabalho de Alda Sousa, que, no âmbito da Comissão de Orçamentos, se bateu para que estas propostas pudessem ter sucesso.

A delegação do Bloco continuou a ter um papel preponderante na área da saúde. Alda Sousa foi relatora sombra da proposta de regulamento dos ensaios clínicos de medicamentos para uso humano, no qual se bateu pela inclusão das comissões de ética, bem como dos relatórios relativos aos dispositivos médicos e aos dispositivos médicos *in vitro* no âmbito dos quais apresentou várias propostas destinadas a garantir a segurança dos mesmos para a saúde dos pacientes.

As deputadas do Bloco de Esquerda bateram-se pela defesa do direito à privacidade dos dados dos cidadãos, outro dos pontos fortes deste mandato, pedindo, por exemplo, explicações sobre o escândalo do PRISM/NSA, e solicitando à Comissão Europeia que cessasse de imediato as negociações do Acordo de Livre Comércio (TTIP) com os Estados Unidos.

Marisa Matias e Alda Sousa subscreveram várias resoluções sobre os direitos humanos nestes países, bem como em defesa da auto-determinação dos povos.

Esta é apenas a face mais visível e quantificável do trabalho da delegação. Não inclui os milhares de emendas apresentadas, as horas de negociações infindáveis de relatórios, pareceres, resoluções, compromissos, trólogos, participação em debates e outras iniciativas, nem os muitos grupos de escolas, movimentos sociais e de militantes que levámos ao Parlamento Europeu.

De Novembro de 2012 a 30 de Junho de 2014 (final da 7ªLegislatura), as deputadas do Bloco de Esquerda:

Foram autoras de quatro Relatórios e acompanharam como reladoras sombra, isto é, em nome do grupo parlamentar a que pertencem, a elaboração do relatório pelo respectivo autor, debates, propuseram emendas, negociaram os compromissos e acompanharam as negociações com o Conselho e a Comissão Europeia, vinte e três Relatórios. Foram autoras de dois Pareceres e acompanharam como reladoras sombra, outros quatro. Foram autoras de trinta e nove Propostas de Resolução. Promoveram três de-

clarações escritas e dirigiram à Comissão Europeia e/ou ao Conselho um total de quarenta e duas Perguntas. No plenário realizaram mais de cento e setenta intervenções.

No mandato iniciado em Julho de 2014, o Bloco de Esquerda está apenas representado por uma deputada, Marisa Matias. A parte inicial do mandato foi substancialmente dedicada a negociações internas e à constituição das comissões e das delegações parlamentares. Em resultado, a deputada do Bloco foi eleita coordenadora do Grupo Parlamentar GUE/NGL para os assuntos económicos e monetários (ECON), sendo membro titular dessa mesma comissão parlamentar e membro suplente da Comissão de Indústria, Investigação e Energia (ITRE). Em Outubro, disputará a eleição para a presidência da delegação dos países do Maxereque (Líbano, Síria, Egito e Jordânia).

As atividades políticas desenvolvidas nos dois meses de exercício efectivo centraram-se nas questões económicas e monetárias e no conflito Israel-Palestina, em consequência dos ataques a Gaza ocorridos no Verão passado. A deputada participou já em vários debates parlamentares sobre estas questões, assim como questões relativas ao funcionamento da Zona Euro ou da política europeia de investigação.

Em Setembro integrou a primeira delegação parlamentar que tentava entrar em Gaza após o conflito, o que viria a ser negado pelas autoridades israelitas. Acolheu ainda uma sessão sobre as conclusões do Tribunal Russell para a Palestina.

Enquanto relatora sombra foi já nomeada para seguir enquanto relatora sombra mais de uma dezena de relatórios, quer nas áreas económicas, quer nas áreas da investigação ou da agenda digital. Apresentou já 7 resoluções a votação plenárias em questões diversas como o conflito Israel-Palestina ou o problema do ébola.

Foi ainda nomeada “standing rapporteur” do Parlamento Europeu para o Grupo de Monitorização das negociações do Acordo Transatlântico entre EUA e UE.

Em resultado do trabalho realizado no mandato anterior, foi ainda apontada para a Vice-Presidência da Aliança Europeia de Alzheimer.

De 1 de Julho de 2014 a 30 de Setembro de 2014 (8ªLegislatura), a deputada do Bloco de Esquerda:

Foi nomeada relatora sombra de treze Relatórios. Foi autora de sete Propostas de Resolução. E fez sete Intervenções em Plenário.

Outras actividades: Delegação a Israel e aos territórios ocupados da Palestina (Tel Aviv, Jerusalém, Ramallah, Hebron, Belém); Organização da sessão de apresentação das conclusões do Tribunal Russell para a Palestina com Ken Loach, Roger Waters, David Sheen, Richard Falk, Vandana Shiva, Max Blumenthal, Mohamed Omer e Michael Mansfield.

Durante o mandato desta Mesa Nacional, continuámos a desenvolver as nossas relações internacionais, participámos em inúmeras iniciativas e congressos de outros partidos e organizações.

Em particular, mantivemos a nossa participação activa no partido da Esquerda Europeia, nos seus órgãos, nas suas actividades e grupos de trabalho. Defendemos, desde o início das discussões sobre as eleições europeias, que o partido deveria apresentar um nome na disputa pela presidência da Comissão Europeia, o que viria mais tarde a ser aprovado e assumido pelo Alexis Tsipras, opção que viria a ter repercussões positivas nas campanhas e nos resultados em vários países. No processo de preparação do IV Congresso, que se realizou em Dezembro de 2013, em Madrid, contribuimos para a definição da linha política e do programa do PEE e o Bloco manteve uma das quatro vice-presidências com a eleição da Marisa Matias.

Em Julho de 2013, coube ao Bloco organizar, em Portugal, a Universidade de Verão da Esquerda Europeia, a qual decorreu no Porto com a presença de centenas de participantes de toda a Europa.

Há, contudo, um aspecto negativo a salientar. Nos seus mais de 15 anos de vida, o Bloco teve sempre uma presença constante, activa e visível na cena internacional. No entanto, apesar de sermos militantemente internacionalistas desde a nossa fundação, nunca a Mesa Nacional

deliberou constituir um Departamento Internacional, o que tem prejudicado a nossa acção, causando várias dificuldades e limitações à actividade neste campo tão importante, pelo que a Mesa Nacional que agora cessa funções assume uma postura autocrítica sobre este facto.

Ler versão completa em www.bloco.org/

9. Organização e comunicação

9.1 Blocoesfera

Desde a oitava Convenção, procedemos a uma alteração importante no esquerda.net, facilitando a sua acessibilidade aos telemóveis e smartphones. Essa mudança sofreu, no entanto, atrasos. Por razões técnicas, só pôde ser implementada em abril de 2014 e as suas potencialidades ainda não estão plenamente utilizadas. Os sites distritais também continuaram a ser mudados para a versão drupal, havendo, contudo, diversos distritos que ainda não conseguimos mudar, quer por razões técnicas, quer por razões organizativas.

Desde a oitava Convenção, o esquerda.net prosseguiu a sua atividade como portal de informação alternativa, tendo tido neste período (ano de 2013 e nove primeiros meses de 2014) mais de 9 milhões de visitas. No ano de 2013, verificou-se uma significativa subida em relação a 2012. Nos primeiros nove meses de 2014 houve uma ligeira queda, face ao ano anterior.

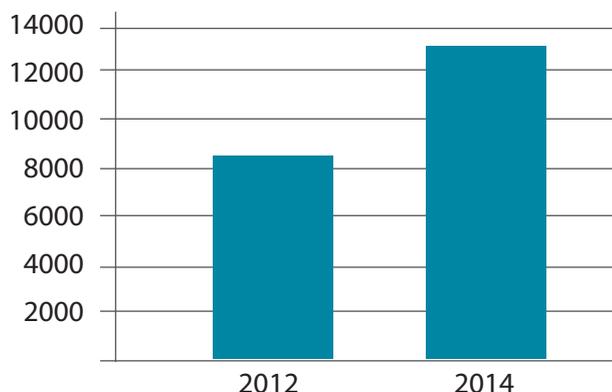
Nesses nove meses de 2014, o esquerda.net teve mais de 3,5 milhões de visitas. A média de visitas por dia em 2014 é superior a 13.000 (na oitava convenção esse valor era de pouco mais de 7.500 visitas por dia). A [blocoesfera](http://bloco.org) (que inclui além do esquerda.net, o bloco.org, o beparlamento.net e os sites distritais do Bloco) teve cerca de 4,5 milhões de visitas e 22 milhões de páginas visitas nos primeiros nove meses de 2014.

Nas redes sociais, a nossa presença, tal como as adesões às nossas páginas, continuou a crescer significativamente. No facebook, passámos de pouco mais de 10.000 amigos para mais de 25 mil. No twitter, passámos de 6.542 seguidores para 9.584 seguidores. Temos atualmente mais de 18 mil twittadas. No flickr, temos atualmente 3.060.113 visualizações de fotos (na oitava convenção tínhamos 1,8 milhões de visualizações).

No total, os nossos vídeos têm atualmente 2,7 milhões de visualizações (na oitava convenção este valor era de 1,7 milhões). Os vídeos e as respetivas visualizações têm em conta o nosso primeiro perfil (Ileiria), que deixámos de atualizar, mas continua a ter visualizações, e o perfil que usamos atualmente (esquerda.net). No youtube, foram carregados até hoje 903 vídeos no esquerda.net e 518 no perfil atualmente inativo. Atualmente, temos 2.137 subscritores do nosso canal de vídeo (esquerda.net). O total de minutos visualizados

pelos espectadores deste canal é de 2.202.629 (o equivalente a 4 anos e 68 dias contínuos).

Esquerda.net | Média de Visitas
Janeiro/setembro 2012/2014



9.2 Material Gráfico e Publicações

Ao longo do mandato da Mesa Nacional o Bloco envolveu-se em diversas campanhas e ajudou na mobilização de várias manifestações, o que determinou a criação de numerosos materiais gráficos para impressão ou publicação on-line. Criámos materiais gráficos para o Encontro Autárquico, para o Encontro do Trabalho, para a conferência sobre o Euro, para o Inconformação, para os Socialismo 2013 e 2014 e para campanha contra o encerramento dos tribunais e contra o encerramento de escolas.

Foram editadas cinco edições da revista Virus, que totalizaram 3500 exemplares.

Para celebrar os 15 anos do Bloco de Esquerda, editou-se o livro "A nossa Europa" com uma tiragem de 1500 exemplares que reúne textos do Miguel Portas sobre a Europa e os seus caminhos.

Desde novembro de 2012, lançámos 19 edições de mupis, 7 dos quais sobre temas regionais. No mesmo período foram colocadas 11 edições de cartazes outdoor 8x3, cinco das quais para dar suporte às campanhas autárquica e europeia e uma para dar visibilidade ao festival Desobedoc no Porto.

Foram editadas dez edições do jornal Bloco, resultando numa tiragem total de quase dois milhões de exemplares. As campanhas eleitorais representaram quase metade desse esforço.

9.3 Aderentes

Desde a última convenção o Bloco teve um crescimento de 1239 militantes, passando de 8025 para 9264 aderentes.

Distrital	Aderentes em 06/09/2012	Aderentes em 07/09/2014
Açores	234	313
Aveiro	560	704
Beja	132	146
Braga	614	693
Bragança	92	129
Castelo Branco	102	116
Coimbra	360	412
Europa	44	56
Évora	71	89
Faro	352	416
Guarda	88	96
Leiria	234	253
Lisboa	1922	2175
Madeira	363	391
Mundo	5	5
Portalegre	74	161
Porto	1180	1386
Santarém	367	392
Setúbal	800	866
Viana do Castelo	65	73
Vila Real	53	53
Viseu	313	339
Total	8025	9264

Com a seguinte proporção de género:

Homens em 06/09/2012 5732 67,32%

Mulheres em 06/09/2012 2782 32,68%

Homens em 07/09/2014 6252 67,49%

Mulheres em 07/09/2014 3012 32,51%

9.4 Estruturas Distritais

A continuação do crescimento do Bloco de Esquerda

nas concelhias e distritais foi importante e esse trabalho teve reflexo na realização de dezenas de processos eleitorais.

Foram realizadas, neste mandato da Mesa Nacional, eleições distritais/regionais em: Açores, Aveiro, Beja, Braga, Castelo Branco, Coimbra, Évora, Faro, Guarda, Leiria, Lisboa, Madeira, Portalegre, Porto, Santarém, Setúbal e Viseu.

No que toca a eleições concelhias, no mesmo período, realizaram-se em:

Açores - Faial e Terceira;

Aveiro - Aveiro e Santa Maria da Feira;

Beja - Beja;

Braga - Braga, Guimarães e Vila Nova de Famalicão;

Castelo Branco - Cova da Beira;

Coimbra - Coimbra, Figueira da Foz e Lousã;

Faro - Faro, Lagoa, Lagos, Olhão, Portimão, Tavira, Vila Real de Santo António;

Leiria: Caldas da Rainha;

Lisboa: Amadora, Cascais, Lisboa, Loures, Odivelas, Oeiras, Sintra e Torres

Vedras;

Portalegre - Campo Maior, Elvas, Nisa, Ponte de Sor, Portalegre;

Porto - Gondomar, Maia, Vale do Sousa, Valongo e Vila Nova de Gaia;

Santarém - Santarém

Setúbal - Almada, Barreiro, Palmela, Seixal e Setúbal;

Viana do Castelo - Viana do Castelo;

Viseu - São Pedro do Sul e Viseu;

9.5 Rede de sedes

Porque mantivemos o esforço de racionalização dos

recursos, o número de sedes não se alterou substancialmente.

Desta forma, no distrito de Setúbal encerrou a sede da Quinta do Conde e abriu-se a sede do Montijo; em Portalegre abriu-se a sede de Campo Maior que é partilhada com a concelhia de Elvas; e em Viseu abriu-se a sede de Lafões.

No total, durante este período, o Bloco de Esquerda reduziu o número de sedes concelhias de 81 para 80.

10. Finanças

O mandato da presente Mesa Nacional foi marcado pela realização de duas eleições nacionais: as Eleições Autárquicas, em Outubro de 2013, e as Eleições Europeias, em Maio de 2014. Quanto à atividade política regular, as condições de financiamento mantiveram-se sensivelmente inalteradas face ao mandato anterior, tendo sido determinadas pelos resultados das Eleições legislativas de 2011.

O exercício de 2012, no qual não houve qualquer ato eleitoral nacional, terminou com um resultado positivo de 140 mil euros, valor que foi praticamente equivalente à amortização do empréstimo da sede nacional que ainda se encontrava pendente. Assim, nesse ano podemos dizer que a atividade foi equilibrada no que diz respeito a receitas e despesas, sendo o excedente gerado dirigido para esse investimento. Em Dezembro de 2012, o empréstimo de aquisição da sede nacional foi totalmente amortizado.

Em 2013, foi também possível manter os gastos regulares abaixo das receitas regulares, de modo a fazer face a despesas de grande volume, nomeadamente o custo para o partido da campanha eleitoral autárquica. Os resultados gerais do partido, excetuando campanhas eleitorais, atingiram um valor positivo de 190 mil euros. Estes valores permitiram que se mantivessem níveis de atividade próximos do exercício anterior, nomeadamente no que diz respeito a gastos com propaganda e principais atividades (acampamento de jovens e fórum socialismo, por exemplo). Mantiveram-se também inalterados os valores de apoio às estruturas distritais e regionais.

Se juntarmos a estes valores o custo geral da campanha autárquica, cujo impacto negativo é de 270 mil euros, o resultado geral do exercício será de 80 mil euros negativos. Este é o primeiro resultado negati-

vo do Bloco de Esquerda dos últimos anos, mas está dentro dos valores previstos no orçamento aprovado para 2013 que previa que o prejuízo geral pudesse atingir os 187 mil euros.

No que diz respeito ao exercício de 2014, as eleições europeias tiveram um impacto negativo de 40 mil euros, ou seja, 60 mil euros abaixo do orçamentado. No entanto, este efeito positivo foi anulado pelos resultados obtidos que permitem antever uma descida de receitas relacionadas com donativos de eleitos, ao mesmo tempo que algumas despesas de atividades regular se revelaram superiores ao esperado. A título de exemplo, podemos mencionar o acampamento Liberdade 2014, cujos custos do parque de campismo se revelaram mais elevados do que o que tem acontecido em anos anteriores, por fatores externos ao Bloco. A própria convenção Nacional deverá ter custos superiores aos valores registados em 2012.

Assim, espera-se que os valores finais do exercício se mantenham negativos, mas possivelmente um pouco abaixo dos 200 mil euros orçamentados.

Apesar de 2013 e 2014 apresentarem resultados negativos, a gestão de tesouraria tem decorrido sem interrupções de liquidez embora se registem, ocasionalmente, períodos de maior dificuldade. Dadas as características das eleições de 2013 e 2014 e o facto de ter havido uma redução de 20% dos valores de subvenção estatal para campanhas, sabia-se que não seria possível que as subvenções cobrissem todos os custos das duas campanhas. Como é sabido, as eleições são financiadas inicialmente pelos partidos, sendo a subvenção estatal recebida apenas alguns meses após as eleições. Neste contexto, o partido tem optado por manter uma gestão das suas finanças, que lhe permitisse manter valores de reserva para fazer face ao esforço de tesouraria resultante das eleições previstas (sobretudo as autárquicas) e também estar preparado para fatores imprevistos como, por exemplo, eventuais eleições legislativas antecipadas. Em 2013 foi ainda contraído um empréstimo de 800 mil euros - 200 mil euros a um ano e 600 mil euros a 3 anos. Numa fase inicial, este empréstimo foi utilizado para suportar as despesas das eleições autárquicas, tendo mais tarde sido também utilizado para financiar a campanha das eleições europeias. Parte deste valor foi já amortizado com a receção da subvenção das Eleições Autárquicas e pretende-se amortizar totalmente os valores remanescentes, quando for recebida a tranche final da subvenção das Europeias.

Neste momento este passivo situa-se nos 244 mil euros, sendo que o valor a receber de subvenção será de cerca de 140 mil euros.

Note-se que este passivo bancário é a única dívida a realçar do Bloco de Esquerda. A relação com fornecedores tem sido regular, não se verificando quaisquer dívidas de relevo ou com atrasos no pagamento. Também os empréstimos contraídos pelas distritais para despesas das campanhas autárquicas se encontram sanados.

PROPOSTAS DE ALTERAÇÃO AOS ESTATUTOS

APROVADAS EM MESA NACIONAL

ARTIGO 3º ADERENTES

1 - São aderentes do Bloco de Esquerda todas e todos os que manifestem o desejo de aderir ao Movimento e estejam no pleno gozo dos seus direitos políticos, devendo a adesão ser ratificada pelos órgãos competentes, no prazo máximo de 30 dias.

2 - Excedido o prazo previsto no número anterior, a adesão considera-se tacitamente ratificada.

3 - Para efeitos do nº 1 consideram-se competentes os Núcleos ou, na sua ausência, as Comissões Coordenadoras Concelhias, Distritais ou Regionais respetivas ou, quando não exista qualquer um destes órgãos, a Comissão Política.

4 - A não aceitação de um pedido de adesão deve ser devidamente fundamentada.

5 - Cada aderente fica vinculado a um concelho e distrito ou região de filiação, a constar no seu cartão de filiado. No caso de aderentes fora do país, ficam vinculados a um círculo de residentes no estrangeiro, podendo organizar-se por núcleos em cada país ou região.

6 - Considera-se o distrito, no caso do território continental, ou a região, nos casos das regiões autónomas dos Açores e da Madeira, ou, para os residentes no estrangeiro, os círculos da Europa e Fora da Europa.

7 - A ratificação da adesão de ex-aderentes é da responsabilidade da Mesa Nacional, sendo neste caso excetuado o prazo definido no nº 1.

8 (NOVO) – Fazem parte dos cadernos eleitorais do Bloco as/os aderentes que regularizaram a sua quota ou pediram isenção em pelo menos um dos cinco anos anteriores.

9 (NOVO) – O Bloco deve manter atualizada a sua listagem nacional de aderentes.

ARTIGO 4º DIREITOS DOS ADERENTES

1 - São direitos dos aderentes do Bloco de Esquerda:

- a) Participar democraticamente na definição da política do Movimento e nas suas atividades.
- b) Eleger e ser eleito para todos os órgãos e cargos definidos na estrutura do Movimento.
- c) Ser informado sobre a atividade do Movimento.
- d) Exercer, querendo, o direito de tendência no âmbito do Movimento.

2 - O exercício dos direitos dos aderentes do Bloco de Esquerda depende do pagamento da quota anual, quando não seja dispensada nos termos do número 2 do artigo 5º.

ARTIGO 7º ÓRGÃOS

São órgãos do Bloco de Esquerda:

- a) A Convenção Nacional;
- b) A Comissão de Direitos;
- c) A Mesa Nacional;
- d) A Comissão Política;
- e) As Assembleias Distritais ou Regionais;
- f) As Comissões Coordenadoras Distritais ou Regionais;
- g) As Assembleias Concelhias;
- h) As Comissões Coordenadoras Concelhias;
- i) Os Núcleos.

ARTIGO 9º COMISSÃO DE DIREITOS

A Comissão de Direitos é o órgão eleito em Convenção Nacional que tem como competências:

- a) Zelar pela aplicação dos Estatutos a todos os níveis do Movimento;
- b) Apreciar e emitir parecer prévio sobre as contas da atividade do Movimento;
- c) Analisar e deliberar sobre conflitos relacionados com o cumprimento de matéria estatutária;
- d) Deliberar sobre recursos nos termos do n. 3 do art.º 3º e do art.º 6º.

e) sugerir, sempre que possível, os procedimentos mais adequados a adotar face à exposição apresentada.

ARTIGO 10º MESA NACIONAL

1 - A Mesa Nacional é o órgão máximo no período compreendido entre duas Convenções Nacionais e compete-lhe dirigir, no âmbito nacional, o Movimento.

2 - A MN será composta, no momento da sua eleição, por um mínimo de 50% de membros que não sejam ou deputados, nacionais ou europeus, ou funcionários do Bloco, ou exerçam cargos remunerados de assessoria a representantes eleitos pelo Movimento.

3 - A Mesa Nacional elege entre os seus membros, para tarefas de direção, representação e de aplicação das suas deliberações, uma Comissão Política que observa o princípio da paridade de género 50/50, tendo em conta a proporcionalidade dos resultados eleitorais das diferentes moções apresentadas à Convenção Nacional.

4 - É atribuição exclusiva da Mesa Nacional a definição do valor mínimo da quota anual e o seu eventual pagamento faseado.

5 - Compete à Mesa Nacional, sob proposta das assembleias distritais e regionais, decidir sobre o primeiro candidato das listas à A.R. e A.L.R, no caso de círculos com até três deputados, e sobre o primeiro quinto de candidatos nos restantes círculos. As Assembleias Distritais e Regionais podem requerer, como recurso, a votação em alternativa das suas propostas na MN. A decisão sobre a composição restante destas listas compete às

respetivas assembleias distritais e regionais.

6 - Qualquer moção política submetida à MN com a subscrição de 100 aderentes é obrigatoriamente debatida e votada.

7 - Compete à MN aprovar a lista de candidatos ao Parlamento Europeu.

8 - Compete à MN a definição das linhas de orientação política dos eleitos.

ARTIGO 12º ASSEMBLEIAS CONCELHIAS, DISTRITAIS E REGIONAIS

1 - As Assembleias Concelhias, Distritais e Regionais são compostas pelos aderentes respetivos e compete-lhes dirigir, no seu âmbito geográfico próprio e de acordo com a orientação geral do Movimento, a atividade política do Bloco de Esquerda.

2 - a) As Assembleias Concelhias, Distritais e Regionais elegem as respetivas Comissões Coordenadoras, com mandatos até 2 anos.

b) As Assembleias Distritais, Regionais e Concelhias são obrigatoriamente convocadas pela vontade expressa de 5% dos aderentes inscritos nos respetivos cadernos eleitorais, no mínimo de 10 aderentes.

3 - Compete às Assembleias Distritais e Regionais propor a composição das listas de candidatura do Movimento a cargos públicos eletivos no seu âmbito geográfico próprio e de acordo com a orientação geral do Movimento.

4 - Compete às Assembleias Concelhias propor às Comissões Coordenadoras Distritais ou Regionais as listas de candidatura para os órgãos das Autarquias Locais.

5 - As Assembleias Concelhias e Distritais reúnem obrigatoriamente, pelo menos, 2 vezes por ano.

6 (NOVO) - As Assembleias Distritais, Regionais e Concelhias podem convocar referendos sobre matérias do seu âmbito, de acordo com o regulamento sobre referendos aprovado pela MN.

ARTIGO 16º (NOVO) DIREITO À INFORMAÇÃO

1 - Todas/os os aderentes têm o direito de conhe-

cer as deliberações dos órgãos.

2 - Todos os órgãos estão obrigados à elaboração de minutas sobre as suas decisões.

3 – É obrigatória a publicação dos resultados eleitorais e da composição nominal dos órgãos eleitos e eventuais alterações.

4 – As/Os aderentes têm acesso às minutas das reuniões da Mesa Nacional e da Comissão Política, que são publicadas no site do Bloco.

ARTIGO 17º (NOVO) REFERENDOS

1 - A MN aprova um regulamento para os referendos internos vinculativos que podem incidir sobre as seguintes matérias: apoio a uma candidatura presidencial, acordos ou coligações pré ou pós eleitorais nacionais, orientação de voto do partido sobre matéria constitucional ou de tratados internacionais.

a) A Mesa Nacional ou a subscrição de 500 aderentes obriga à convocação do referendo;

b) A subscrição de 150 aderentes obriga ao debate e deliberação da MN sobre uma proposta de referendo.

2 – Cada referendo contém uma só matéria, validada pela Comissão de Direitos.

3 – A deliberação obtém-se por maioria de votos expressos.

4- Referendos locais sobre matéria do âmbito regional, distrital ou concelhio, obedecem ao regulamento da MN sobre referendos.

5 – Decisões tomadas em Convenção Nacional não são referendáveis.

ARTIGO 18º NÚCLEOS

(...)

ARTIGO 19º GRUPOS DE TRABALHO

(...)

ARTIGO 20º CONFERÊNCIAS NACIONAIS

(...)

ARTIGO 21º SISTEMA DE VOTAÇÃO

1 - As deliberações no Movimento são tomadas por maioria simples de votos dos aderentes presentes, desde que sejam membros do respetivo órgão.

2 - Nos casos de votação para cargos e órgãos do Movimento, a eleição será sempre por voto secreto.

3 - Nas votações de âmbito concelhio, distrital ou regional, o voto pode ser exercido por correspondência, nos termos dos respetivos regulamentos.

4 - A Comissão de Direitos, a Mesa Nacional e as Comissões Coordenadoras Distritais, Regionais ou Concelhias são eleitas pelo sistema de voto em listas, apresentadas nos termos dos regulamentos respetivos, sendo os mandatos atribuídos em número proporcional aos votos obtidos por cada uma das listas sufragadas.

5 - As listas candidatas aos órgãos referidos no número anterior podem ser constituídas por um número de elementos inferior ao necessário para preencher todas as vagas existentes em cada um dos respetivos órgãos.

a) As listas para a Mesa Nacional e Comissão de Direitos devem observar o critério de paridade de género 50/50.

b) As listas para as Comissões Coordenadoras Distritais, Regionais e Concelhias observam o critério de paridade de género de 1/3.

6 - Cabe às listas candidatas garantir uma ordenação que respeite o disposto no número 2 do Artigo 10º.



moção A

UMA RESPOSTA DE ESQUERDA

**Por um Bloco que responda já
aos problemas das pessoas.**

UMA RESPOSTA DE ESQUERDA

Por um BLOCO que responda já aos problemas das pessoas.

1.- O PORQUÊ DESTA MOÇÃO

O Bloco de Esquerda fez a grande diferença no debate político do país durante uma década. Nasceu de forma exemplar. Proporcionou a convergência na acção política de uma parte muito significativa da esquerda que não se identificava com o PC e com o PS. Cresceu muito para além disso. Trouxe inovação e profundidade ao debate. Contribuiu para o desenvolvimento de novas formas de intervenção social, cultural e política. Surpreendeu nos movimentos sociais com uma nova cultura de participação. Afirmou lideranças naturais que ganharam merecida notoriedade. Chegou aos dezasseis deputados no parlamento.

E depois, perante a maior ofensiva contra o mundo do trabalho e a vida das pessoas, quando mais necessário se afigurava o seu projecto político, foi perdendo a confiança do país real e mostrando incapacidade para lidar com as dificuldades. Emergiram as tensões. Acantonaram-se fidelidades. Regressaram velhas paranoias ideológicas. Entrou-se num ciclo vicioso de perdas sobre perdas, com os principais protagonistas muito mais preocupados com os aspectos mais estéreis e pessoais do debate político do que com a efectiva resolução dos problemas.

Na preparação da próxima Convenção é possível esmiuçar cada opinião sobre cada erro tático ou estratégico. Sobre cada momento em que se decidiu mal ou tarde. Sobre como se tomaram as decisões e o que a forma utilizada possa representar na afirmação de um ou de outro modelo de cultura partidária. Tudo isso pode e deve ser debatido. Tudo isso, a par de alterações nas estruturas organizativas que ampliem a capacidade de intervenção e o enraizamento local e sectorial do Bloco, é fundamental. Dessa discussão devem sair formulações claras dos princípios políticos, das orientações estratégicas e das práticas democráticas internas.

Mas não nos iludamos. Isso não é o essencial na próxima Convenção pois, mais importante que analisar o passado, é preparar o futuro e, por muito

bem que façamos esses debates, se não dermos sinais claros de mudança profunda e não apresentarmos respostas imediatas que possam contribuir de forma inequívoca, já (agora, não daqui a uma década!), para a inversão do momento político que vivemos, o processo de perda de confiança no Bloco continuará e essa discussão terá sido inútil.

Fomos fazendo a leitura dos projectos de moção que foram sendo apresentados nos últimos meses e, mesmo depois de todas as reuniões havidas e das preocupações transmitidas, tudo nos leva a concluir que todas elas se resignaram já à obtenção de um mau resultado nas próximas legislativas.

Não nos conformamos com esta resignação pois entendemos que o Bloco tem ainda condições objectivas para procurar, sem nenhuma espécie de sectarismo e com o propósito de contribuir para uma plataforma eleitoral que se apresente às eleições de 2015, um ampla convergência à Esquerda do PS que inclua todos os que a queiram.

Por isso, não nos revendo nas outras moções, pensamos que a próxima Convenção tem que ter a coragem de discutir e produzir uma proposta clara e exequível de governação para o país. Sem nos pormos em bicos de pés. Mas sem nos excluirmos com apriorismos inteligentes e evasivos para ficarmos de fora na responsabilidade de responder aos problemas imediatos das pessoas.

O Bloco tem que declarar condições mínimas para apoiar ou participar num projecto de governação, mostrando maior preocupação com a vida real das pessoas do que com a afirmação do seu acantonamento partidário.

Daí a razão de ser da apresentação desta moção.

2.- A EUROPA E O EURO

As últimas eleições para o Parlamento Europeu trouxeram uma nova realidade: a ascensão da extrema-direita e dos seus ideais de xenofobia e exclusão social. Grande parte da esquerda não soube interpretar nem dar expressão política conseqüente ao descontentamento dos cidadãos europeus em relação à austeridade que foi imposta em grande parte da Europa, nomeadamente nos países do Sul. Se é certo que na Grécia o Syriza soube catalisar a resistência do povo grego aos ditames da finança

européia e, em Espanha, o Podemos conseguiu congregiar todo um conjunto de cidadãos que não aceita a ditadura do eixo Alemanha-França e não se revê no sistema político-partidário existente, já o mesmo não aconteceu em Portugal, onde os partidos europeístas subservientes que assinaram o memorando da Troika continuaram a dominar de forma esmagadora os resultados eleitorais.

Neste período tão difícil para a vida das pessoas, o Bloco de Esquerda não correspondeu aos seus anseios. As históricas manifestações organizadas pelos movimentos sociais que se opuseram à política de austeridade foram evocadas frequentemente, mas temos que concluir que não foram compreendidas. Porque, perante um momento decisivo, em vez de juntar forças e encontrar plataformas de entendimento político para apresentar aos cidadãos uma alternativa eleitoral forte nas eleições europeias, o Bloco ficou centrado na minimização dos estragos provocados por sucessivas erosões internas, agigantados pela forma como ao longo dos últimos anos lidou com as diferenças de opinião sobre os caminhos a seguir.

Assim, embora o Bloco de Esquerda, na sua campanha eleitoral, tenha sabido trazer ao debate os problemas com que a Europa se depara, nomeadamente a ditadura da Finança Europeia e as desigualdades entre o Norte e o Sul, cada vez mais acentuadas por força da política de austeridade, e a quase totalidade dos outros partidos se tenham alheado completamente dos assuntos europeus fundamentais, o resultado foi medíocre, por força do desencanto com que os portugueses passaram a encarar o Bloco.

Aqui, como em muitas outras situações, não se trata de um problema de proposta política. O Bloco não pode deixar de continuar a sua luta contra a ditadura desta Europa Financeira que pretende desumanizar ainda mais as sociedades europeias, abandonando ou reduzindo as responsabilidades sociais dos estados e utilizando cruéis políticas de austeridade para acentuar a concentração de riqueza e responder à crise do seu próprio sistema com um eterno esmagar dos socialmente mais fragilizados.

Esta luta à escala europeia é fundamental. Mas a resposta interna aos problemas imediatos dos cidadãos impõe uma agenda de acção política própria. Por isso, parece-nos que, neste momento, centrar o debate na discussão sobre o Euro e sobre a permanência ou a saída do sistema monetário a ele associado pode transformar-se numa panaceia perigosa. Claro que os prós e os contras dessas possíveis decisões, ou

desenlaces involuntários, têm de ser suficientemente medidos, analisados e ponderados. Mas há uma emergência social que necessita de respostas imediatas e que exige do Bloco adequação estratégica a nível interno para dar uma resposta de esquerda que trave e inverta as dificuldades extremas que as pessoas estão a viver.

O nosso e os outros países mais afectados pelos caminhos impostos por esta Europa dos mais ricos e poderosos, devem unir-se na desobediência às imposições que impedem políticas nacionais de garantia aos seus cidadãos dos direitos à saúde, à educação, à habitação, à justiça e ao trabalho com dignidade. E porque é verdade que a questão do Euro, nas actuais circunstâncias, se entrelaça com o debate sobre o Tratado Orçamental e a dívida soberana, importa alargar a consciência e a capacidade de resposta política e social na escala interna e europeia a esses instrumentos de imposição da lei do mais forte. Teremos que assumir sempre, como último reduto perante estas situações, o princípio de que a imposições iníquas a resposta tem de ser a desobediência.

Também o Tratado Transatlântico deve estar no horizonte desta discussão. Este acordo de comércio livre ameaça diminuir a soberania dos países menos desenvolvidos, que poderão ficar à mercê da vontade das multinacionais, numa lógica de lucro a todo o preço.

O Euro, a dívida pública, o Tratado Orçamental e o Tratado Transatlântico devem ser discutidos mas o mais importante é responder internamente às dificuldades extremas que os cidadãos estão a viver. É, a partir do resultado dessa resposta que esses temas devem ser encarados e não o contrário.

2. PORTUGAL

2.1 - O QUE QUEREMOS DO BLOCO

Portugal vive uma das maiores crises económicas e sociais da sua história e torna-se necessário encontrar soluções urgentes que deem resposta às maiores dificuldades e inquietações das pessoas. Não nos parece sensato, esperar que os movimentos sociais criem uma vaga de fundo que estabeleça um novo equilíbrio de forças para as legislativas de 2019.

Embora isso seja desejável e devemos contribuir sem vícios de controlo para que aconteça.

Mas é principalmente como partido/movimento credível e confiável, com um projecto político de esquerda, que temos que contribuir para a mudança.

O Bloco de Esquerda nasceu e cresceu proporcionando a esperança em muitos portugueses de que era possível fazer uma política diferente. Uma política que pensava nas pessoas e que superava o lado mais mesquinho das divergências partidárias e ideológicas. Muitas das vitórias obtidas nas causas fracturantes, que impulsionaram decisivamente um período de credibilidade e crescimento do Bloco, só foram possíveis devido à união efectiva para a resolução desses desafios que existiu em inúmeros sectores da esquerda.

Já os últimos resultados eleitorais reflectem a mudança, que tem vindo a ampliar-se cada vez mais, na avaliação global dos cidadãos à utilidade do Bloco de Esquerda na resolução dos problemas que mais os afectam. O partido diferente, da esperança, passou a ser visto como apenas mais um partido. Que nada parece querer para além da sua própria sobrevivência. Que, mesmo nos momentos em que isso se mostra indispensável, não está disponível para estabelecer convergências para além do seu próprio espaço.

É tempo de decidir se queremos fazer renascer essa esperança e regenerar o Bloco de Esquerda para voltar a ser aquilo que esteve na sua génese: um partido aberto, apostado nas convergências com outros sectores da esquerda.

A actual crise económica e social exige um governo de esquerda que tome medidas para o restabelecimento do Estado Social e para devolver às pessoas aquilo que as políticas de austeridade dos últimos anos lhes levaram.

E o Bloco de Esquerda pode ser um elemento catalisador para a convergência que permita a criação desse governo de esquerda, voltando a ser um partido que traga esperança aos portugueses. Ou, pelo contrário, afirmar um reduzido espaço virado para dentro de si próprio a cumprir “ciclos de purificação”.

NÓS OPTAMOS PELA PRIMEIRA ALTERNATIVA

2.2 – O CAMINHO PARA UMA RESPOSTA DE ESQUERDA

Não podemos dizer que queremos uma governação de esquerda e ao mesmo tempo criar todas as barreiras e artifícios para justificar a inviabilidade de acordos com outras forças partidárias, restringindo-nos ao protesto apenas para mantermos o nosso acantonamento partidário.

Quem está na política para resolver os problemas das pessoas tem de estar no local onde se tomam as decisões, por forma a poder influenciá-las e, se não evitar, pelo menos diminuir o seu impacto naquelas que possam pôr em causa direitos dos cidadãos ou agravar as suas condições de vida.

Sejamos realistas: um governo de esquerda não tem a mínima viabilidade sem uma convergência muito difícil de construir. É urgente, mas tem que ser construída passo a passo. Com vontade clara, desde o primeiro momento. Assumindo os riscos que ela também comporta. Aceitando cedências num equilíbrio digno para todas as partes. Focada em objectivos claros e responsabilidades inequívocas.

Numa primeira fase, devemos procurar essa convergência com todos os que, ao longo dos últimos anos, estiveram contra esta política de austeridade e que não foram cúmplices dos memorandos nem das diatribes da troika. Todos! A começar por aqueles que, por uma razão ou por outra, se afastaram do Bloco.

Nesta fase não incluímos o actual PS, por força de toda a sua envolvimento no memorando da Troika e a sua cumplicidade com muitas das decisões que foram tomadas pelo Governo de Direita. Aliás, é possível dizer-se que fez mais o Tribunal Constitucional pela defesa dos direitos dos portugueses do que o maior partido da oposição.

Mas, porque temos consciência que em 2015, por muito bom trabalho de convergência que se faça à esquerda do PS, é absolutamente improvável que se obtenha uma maioria de esquerda sem o Partido Socialista, é irrealista não estar preparado para uma nova fase de convergência, ainda mais difícil do que a primeira, que obrigue o Partido Socialista a negociar uma solução governativa à esquerda.

O que propomos é um caminho difícil e exigente. Que construa um patamar de soluções governativas corajosas, que coloquem a vida das pessoas no

centro da política. Para inverter este ciclo em que tudo é descartável excepto os grandes interesses financeiros. Só possível com muita vontade e determinação. E que, claramente, não se compadece com simplificações táticas de marketing político ou paranoias de afirmação ideológica.

O diálogo é parte essencial deste caminho para uma resposta de esquerda que deve colocar de lado as divergências e concentrar-se nas convergências que possam melhorar a vida dos portugueses

2.3 – AS MEDIDAS PARA UMA RESPOSTA DE ESQUERDA

Para isso, a Convenção tem que fazer este debate.

Temos de discutir, sem tibiezas, se o Bloco é ou não um partido que se preocupa com as pessoas ou se, pelo contrário, se preocupa apenas com o seu espaço. Se o Bloco é ou não um partido que está disponível para fazer parte de uma solução de governação ou se, pelo contrário, continuará a ser o partido do acantonamento e do protesto.

E desta Convenção deve resultar um conjunto de medidas que sirvam de base a essa negociação, um limite até ao qual o Bloco está disponível, no horizonte de uma legislatura, para participar numa solução que se mostra inadiável para este país tão depauperado.

As medidas elencadas são meramente indicativas e resultam da reflexão dos promotores e subscritores desta moção. Muitas outras poderão ser pensadas por outros aderentes mas o que interessa é, exactamente, a discussão sobre se temos ou não medidas para dar resposta aos problemas imediatos das pessoas.

Estado social:

1. SNS

- Manter a qualidade dos cuidados de saúde do SNS aumentando significativamente a sua acessibilidade, sobretudo para as populações em condição social mais desfavorecida ou mais dispersa

territorialmente.

- Eliminar ou diminuir significativamente as taxas moderadoras em função de critérios de capitação do rendimento familiar e do afastamento territorial aos cuidados de saúde.
- Eliminar as taxas moderadoras nos tratamentos, exames complementares e consultas subsequentes marcados por iniciativa médica.
- Aproximação dos serviços de saúde às populações, sobretudo os de acompanhamento e que não implicam o recurso cirúrgico ou de internamento, através da deslocação das equipas médicas ao invés da deslocação ter que ser efectuada pelos pacientes.
- Aumento significativo da rede de cuidados continuados.
- Criação de uma rede pública de lares para idosos.

2. Escola Pública

- O encerramento de escolas do primeiro e segundo ciclo só poderá ser feito caso a caso com o acordo negociado com as populações independentemente do número de alunos.
- A rede de escolas, nomeadamente do ensino básico, deverá ter como critério fundamental a coesão territorial.
- As propinas do ensino superior não podem ser obstáculo ao seu acesso.
- O financiamento do Ensino Superior público e da investigação deve ter em conta as reais necessidades do sistema e a importância estratégica do sector.

3. Salários e trabalho

- Crescimento do salário mínimo para os 600€ até ao final da legislatura.
- Anulação dos cortes efectuados na função pública e nas empresas públicas.

- Limite de 35 horas de trabalho semanal.
- Revisão do código de trabalho reintroduzindo a o priorado da contratação colectiva e eliminando critérios subjectivos para o despedimento.
- Revisão dos critérios de atribuição do Rendimento social de inserção de modo a que nenhum trabalhador possa ficar privado de meios mínimos de subsistência uma vez acabado o subsidio de desemprego.

4. Segurança social

- Eliminação de todos os subsistemas de saúde e segurança social concentrando todos os serviços de proteção social na Segurança Social.
- Pensão única aos 65 anos não acumulável com outras remunerações provenientes do trabalho (a não ser que o conjunto perfaça um valor inferior a três salários mínimos) e calculada tendo por base toda a carreira contributiva.
- Diferenciação da taxa social única a pagar pelas empresas em função da sua própria natureza: mão-de-obra intensiva ou capital intensivo, penalizando estas últimas e, eventualmente, beneficiando as primeiras.

5. Serviços públicos

Organização dos serviços públicos em função da sua acessibilidade e coesão territorial nomeadamente: serviços tributários, serviços judiciais, segurança social.

6. Economia

- Interromper o processo de privatização de todas as empresas públicas e encetar um caminho de renacionalização de muitas das que foram alienadas nos últimos anos e que administram bens que são de todos.
- Conceber um novo mandato para a banca pública que a redirecione para a economia real e que tenha uma estratégia de incentivo à reindustrialização do país e apoio à

famílias.

- Alívio fiscal para as empresas que optem por localizações deprimidas socialmente e que utilizem mão-de-obra extensiva.
- Política fiscal que contenha o poder económico-financeiro da grande distribuição.
- Renegociação de todos os contratos das PPP's para taxas de rentabilidade aceitáveis sob pena da sua nacionalização.

7. Demografia e Coesão territorial

- A coesão territorial deve ser uma prioridade do próximo governo retomando o debate sobre a regionalização de modo a que o princípio constitucional da subsidiariedade possa ser o motor do desenvolvimento das regiões mais afastadas dos actuais centros de decisão e promova eficazmente uma relação dopoder mais próximo dos cidadãos e das suas preocupações.
- Um país envelhecido e que promove a emigração dos mais jovens como única solução de esperança para as suas vidas é um país sem futuro. A aposta em políticas descentralizadas de incentivo à natalidade e que interrompam este ciclo emigratório é vital para a própria sobrevivência do país.

São medidas que se nos afiguram como exequíveis e que poderão ser o ponto de partida para a formação de uma convergência ou plataforma eleitoral para as próximas eleições de 2015.

Após a Convenção, o Bloco de Esquerda deverá convidar todas as forças partidárias e movimentos sociais que se identifiquem com os ideais de esquerda para essa negociação, sem excluir quem quer que seja nem colocar condições que, à partida, inviabilizem o processo.

As medidas elencadas têm uma finalidade de curto prazo, são as necessárias para as pessoas sentirem,

no imediato, que a esquerda, finalmente, se decidiu a esquecer as suas divergências e acantonamentos e está disposta a trilhar um caminho único que devolva a esperança aos cidadãos de que, afinal, é possível governar à esquerda nesta país.

Mas outras medidas, estas de médio e longo prazo, são também necessárias para que a resposta interna à crise tenha um carácter duradouro e não esteja condicionada pelos sucessos ou insucessos dos mercados financeiros.

Sempre o Bloco defendeu que era essencial uma reforma do Estado. Mas, quando foi preciso dizer presente para essa reforma, refugiou-se no silêncio, recusando-se a participar nesta discussão.

Todos sabemos o que os portugueses pensaram quando o Bloco se recusou a ir às reuniões com a Troika. Mas, tal como noutras matérias, não aprendemos com a lição. O que o Bloco deveria ter feito, tanto com a Troika como com o Governo, era apresentar-se à discussão com um plano próprio, com medidas que fossem mais justas para os cidadãos e dizer claramente que essas eram as medidas necessárias para a melhoria das condições de vida dos portugueses.

Não devemos fazer o mesmo erro. A Reforma do Estado é necessária para acabar com muitas das mordomias que nele existem e com os desperdícios de dinheiros públicos que enchem os bolsos de muito poucos e fazem com que os recursos financeiros para os que mais necessitam seja cada vez menos.

Num contexto economia aberta o combate às desigualdades não pode esperar por um crescimento da economia que se antevê difícil e, muitas vezes, ecologicamente insustentável para encetar esse combate. A reforma do Estado é a solução que preconizamos para que, mesmo em contexto de crescimento anémico, se possam ter ganhos significativos no combate a todas as formas de desigualdade no espaço de uma legislatura.

Nessa reforma do Estado deve também discutir-se, de uma vez por todas, qual a posição do Bloco em relação à regionalização. Uma regionalização que se não preocupe com as clientelas políticas mas sim que estabeleça um regime pelo qual os problemas das populações devem passar a ser vistos numa perspectiva regional, acabando com o ditame dos concelhos e dos distritos para a distribuição dos serviços públicos.

Após a Convenção, o Bloco deverá organizar um debate sobre reforma do Estado, as medidas que devem ser tomadas e até que ponto deverá a regionalização ser parte essencial dessa reforma.

Mas existe ainda uma outra área que tem de ter uma resposta adequada e urgente tendo em vista o desenvolvimento económico e a melhoria das condições sócio-económicas dos portugueses e que visa o sistema financeiro.

Neste campo, entendemos ser de capital importância alterar o paradigma da linha de actuação da Caixa Geral de Depósitos. Entendemos que não é necessário nacionalizar o sector bancário se o Banco do Estado der sinais positivos de que a sua administração deixará de ser efectuada como se de um banco privado se tratasse mas passará a ser um factor de desenvolvimento sócio-económico, com um plano de apoio à económica, que passará por prazos e taxas mais favoráveis do que no sector privado às pequenas e médias empresas, condições de acesso a financiamentos particulares menos rígidas, maior apoio aos mais desfavorecidos.

O Estado, por intermédio do seu agente bancário, tem de ter uma conduta que vise injectar dinheiro na economia, mesmo que à custa de menores taxas de rentabilidade.

3. O BLOCO DE ESQUERDA

O Bloco não pode apenas regenerar-se para o exterior, tem também de mudar em termos internos, para poder responder às exigências de democracia interna que há muito se vêm fazendo sentir.

O parlamentarismo e centralismo que passou a ser a pedra de toque da estrutura orgânica do Bloco, com a falta de diálogo com os aderentes, com as propostas de eliminação de concelhias e distritais e com cada vez maior influência dos funcionários, nomeadamente a nível regional, trouxe ainda mais desencanto para aqueles que entraram para o Bloco na esperança de que não era um partido igual aos outros.

Entre algumas medidas que entendemos serem necessárias a um aprofundamento dessa mesma democracia, destacamos as seguintes:

1. Os membros da Mesa Nacional não podem ter qualquer tipo de dependência económica em relação aos órgãos do Bloco ou do Grupo Parlamentar.

A questão da confiança ou desconfiança em relação aos muitos funcionários e assessores que fazem parte da Mesa Nacional não tem que se colocar sequer. É fundamentalmente uma questão de transparência. É falsa a ideia que os funcionários do Partido ficarão, por esta via, com a sua capacidade política diminuída, uma vez que, pela sua própria dependência laboral, esta já se encontra potencialmente diminuída.

Aliás, convém dizer que, nos actuais estatutos, estes aderentes já têm os seus direitos diminuídos, pois já se prevê que a Mesa Nacional não pode ter mais de cinquenta por cento de membros que sejam deputados, funcionários ou assessores do Bloco de Esquerda. Ora, se não existisse um sentimento de incómodo em relação a esta matéria não existiria esta limitação

2. Os membros da Mesa Nacional que forem eleitos para a Comissão Política deixam de fazer parte da Mesa Nacional, podendo assistir e intervir mas sem direito a voto, e são substituídos por outros membros da lista pela qual foram eleitos.

Na verdade, o que acontece actualmente é que quem aprova as resoluções na Comissão Política acaba por as votar novamente na Mesa Nacional e isto inquina todas as votações. É um facto que algumas moções defendem que a eleição para a Comissão Política deve ser feita de forma proporcional à representatividade da Mesa Nacional. Mas isso não elimina a grande questão: É que quem vota na Comissão Política volta a votar na Mesa Nacional. Vota duas vezes o mesmo documentos

3. A Comissão Política deverá ser eleita pelo método de Hondt, assim se fazendo representar no órgão executivo todas as tendências da Mesa Nacional.

4. A escolha dos candidatos a deputados à Assembleia da República são da competência das Assembleias Distritais, cabendo à Mesa Nacional a sua ratificação. Caso o não faça, caberá à Assembleia Distrital designar outros candidatos. Só após essa segunda tentativa, caso também não mereça ratificação, poderá a Mesa Nacional avocar o processo e decidir à revelia das propostas das Assembleias Distritais.

5.- Tendencialmente, os órgãos do Bloco e as listas apresentadas, externa ou internamente, deverão reflectir a paridade de género, de profissões, de território e de todas as diferenciações que enriqueçam a representação efectiva e a capacidade de interpretar e agir sobre as diferentes realidades sócio-culturais.

PROPONENTES / SUBSCRITORES

Ana Maria Afonso Oliveira, 9469 – Monção
 António Manuel Antas Moreira, 2959 – Viana do Castelo
 Carlos Alberto Dias da Torre, 2331 – Caminha
 Ernesto Valério Soares Figueiredo, 8957 - Braga
 Francisco Ribeiro Vaz, 815 – Viana do Castelo
 Guilhermino Fernandes da Silva - Braga
 Inácio Pereira da Costa, 2611 – Viana do Castelo
 Jorge Manuel Gomes Teixeira, 6913 – Viana do Castelo
 José Luís Amorim da Silva, 814 – Viana do Castelo
 José Luís Rodrigues da Silva, 813 – Viana do Castelo
 Leonel António Gonçalves Ferraz, 2835 – Viana do Castelo
 Luís Filipe de Oliveira Louro, 109 – Viana do Castelo
 Manuel Sá Mota, 818 – Viana do Castelo
 Maria da Agonia Carvalho Costa Pereira, 6912
 Maria Hermínia da Silva Esteves, 811 – Viana do Castelo
 Maria Ivone Pinto Viana, 10234 – Viana do Castelo
 Rogério Manuel Amorim Barros, 7642 – Viana do Castelo
 Rui Alexandre Monteiro da Costa, 3236 – Viana do Castelo
 Rui Óscar Gonçalves Azevedo, Braga
 Rui Rodrigues Marques, 2318 – Viana do Castelo
 Sebastião José da Cunha Torres Correia, 1971- Matosinhos
 Valentina Pinto Monteiro, 3237 – Viana do Castelo



moção B

REFUNDAR O BLOCO NA LUTA CONTRA A AUSTERIDADE

REFUNDAR O BLOCO NA LUTA CONTRA A AUSTERIDADE

1. RELANÇAR O BLOCO

A constituição do Bloco de Esquerda em 1999 expressou uma extraordinária capacidade de concertação entre organizações com diferentes identidades, percursos e referentes ideológicos; introduziu um dado novo na vida política portuguesa e europeia; suscitou largos apoios e simpatias; resgatou para a ação política velhas militâncias revolucionárias, ativistas sem partido e jovens que despertavam para e se mobilizavam entre velhas e novas causas políticas, sociais e culturais.

a) O Bloco afirmou-se como uma organização socialista, de esquerda, plural e amplamente democrática, superando o sectarismo, o logro, as narrativas falhadas e as grandes entorses orgânicas herdadas do “socialismo real”, demarcando-se da deriva neoliberal da social-democracia. **Com o socialismo no horizonte, assim nos definimos, combinando intervenção institucional com movimento social, na radicalidade política com que queremos mudar o mundo e a vida.**

b) O Bloco de Esquerda, depois de um ciclo de crescimento que permitiu construir um considerável grupo parlamentar, entrou em declínio e **atravessa o momento mais crítico desde a sua fundação**, com uma acentuada quebra de influência eleitoral e um desgaste da imagem agregadora de raiz. Há, por isso, que refundá-lo, percebendo porque chegámos a esta situação, de modo a aprender com os erros e delinear uma orientação ajustada ao presente e aos eixos de desenvolvimento conjuntural previsíveis para o futuro próximo, o que ultrapassa largamente supostas questões de mera identidade.

Queremos contribuir para a construção de um caminho que inverta o actual refluxo na sociedade portuguesa, perante os ferozes ataques ao Estado Social, aos direitos e à democracia, que representam empobrecimento, retrocesso civilizacional e imposição de um novo paradigma económico-social. O Bloco de Esquerda tem de estar à altura desse caminho, refundando-se num movimento que o resgate da erosão e da burocratização, fortalecendo-se a partir da base, apoiado na energia e na inteligência das suas aderentes.

2. SOCIALISMO PARA DERROTAR A CRISE

a) A partir da década de 80, o capitalismo neoliberal, para relançar a taxa de lucro, rompeu com o pacto do pós-guerra baseado no crescimento dos salários indexados à produtividade. O colapso dos ganhos de produtividade colocou ao capitalismo a necessidade de travar os salários para restabelecer a rentabilidade. **O desemprego massivo foi servindo para assegurar as quebras salariais, a flexibilização e a precarização. Mas este relançamento fez-se sem investimento e emprego** e sem a criação de novos mercados impulsionados pela procura.

b) Numa economia mundial globalizada, desregulada e financiarizada, grandes conglomerados financeiros articulam as funções tradicionais da banca com operações especulativas, numa lógica completamente liberalizada. **Os bancos estimularam, artificialmente, uma espécie de “economia eufórica” valorizando especulativamente activos no curto prazo, a partir de um processo, gerado por eles próprios, de aplicações no sistema bancário não regulado.** O resultado foi a criação de um sistema financeiro muito exposto ao risco, às mudanças drásticas de expectativas e às bolhas especulativas.

c) A Grande Recessão de 2007-9, e os seus prolongamentos até aos dias de hoje, são também expressão dos desequilíbrios internacionais entre as economias emergentes (China, Índia, etc.) e do norte da Europa, que acumularam excedentes comerciais, e economias desenvolvidas mas deficitárias (caso dos Estados Unidos). **Estes desequilíbrios globais geraram um excesso de liquidez nos países excedentários que se transferiu para os países mais desenvolvidos à procura de valorização, contribuindo para baixar as taxas de juro e estimular o crescimento do crédito que alimentou a crise do imobiliário.**

d) Neste contexto, a disputa pela pilhagem e controlo dos recursos naturais, no desrespeito pela soberania dos povos, alimenta múltiplos focos de turbulência política e levanta de novo o espectro da

guerra. A NATO arroga-se uma interferência abusiva enquanto se esgota a capacidade reguladora internacional. **Manifestamos solidariedade internacionalista activa com os povos oprimidos e em luta**, destacando em particular a martirizada Palestina, acompanhando e participando nas várias redes internacionais de esquerda que se opõem a este cenário.

O capitalismo quer uma austeridade duradoura e a crise poderá conhecer novos contornos. É preciso derrotar a austeridade para vencer a crise. É precisa uma cultura de internacionalismo activo e de paz entre os povos, a recusa do Tratado Transatlântico e a saída de Portugal da NATO, principal instrumento de guerra que sustenta esta ordem internacional.

3. DERROTAR O TRATADO ORÇAMENTAL: POR UMA EUROPA SOLIDÁRIA E SOCIALISTA

a) A austeridade e as imposições das entidades credoras basearam-se numa União Europeia que nos foi retirando, sem compensação, o Banco Central, a política monetária e cambial e as políticas de desenvolvimento económico, condicionando fortemente a política orçamental. O mecanismo do euro, articulado com o estatuto do BCE, as regras liberais da concorrência, o peso da dívida e uma relação de forças desfavorável, converteram-se num verdadeiro colete-de-forças. Em reacção cresceram os populismos, a extrema-direita, a abstenção. **A ideia de reformar estas instituições passou a chocar cada vez mais com a inércia de arranjos sem legitimidade democrática especificamente criados para impor a actual orientação e que se revelam irreformáveis.**

b) Qualquer projecto de relançamento do nível de actividade económica e do emprego passa por aliviar o fardo insuportável da dívida, colocando a iniciativa do lado do devedor, **empunhando a única arma que está ao seu alcance: a ameaça de moratória unilateral dos pagamentos** se as credoras não aceitarem uma reestruturação profunda da dívida.

c) **Esta trajectória, contraditória com as imposições do Tratado Orçamental assentes numa lógica de inexistência total de défice público, po-**

derá provocar uma atitude hostil das instituições europeias e a saída do euro, com implicações que terão de ser assumidas por um governo preparado para esta solução e com forte apoio popular e da opinião pública em geral, determinado a nacionalizar a banca como resposta à inevitável retirada do BCE do processo de refinanciamento e à descapitalização. Este é um cenário possível, com fortes repercussões sobre outros países, dado o grau de integração do sistema financeiro.

A crise do sistema euro revela o carácter disfuncional de uma união monetária que reúne países com níveis de desenvolvimento diferentes, recusando-lhes os meios que poderiam assegurar convergência. É preciso transformar a recusa deste sistema no sentido de uma refundação europeia solidária e socialista, baseada num orçamento comum, alimentado por um imposto unificado sobre os rendimentos do capital que financiará as transferências necessárias e os investimentos social e ecologicamente úteis, numa harmonização fiscal e de política de rendimentos. Neste quadro deveremos trabalhar para que os princípios desta Europa refundada se tornem incompatíveis com uma lógica capitalista, colocando o socialismo no horizonte.

4. O NOVO MODELO DE DESENVOLVIMENTO

a) Um conceito de desenvolvimento, baseado na utilização das energias fósseis e com a ajuda da tecnologia, tem vindo a delapidar recursos naturais em nome de um produtivismo predador, criando riscos na relação entre a humanidade e a natureza. Por outro lado, é cada vez mais problemático dar resposta a uma população em crescimento exponencial, devido ao progressivo esgotamento desses recursos e a uma repartição muito desigual de rendimentos e da riqueza. **Contrariar esta lógica só é possível com a mudança para uma civilização ecologicamente sustentável**, a implantar-se com crescimento zero ou decrescimento sustentado, diminuindo progressivamente as fontes de energia fóssil e a produção de materiais esgotantes e contaminantes.

b) Os países desenvolvidos apresentam maior índice de esbanjamento e poluição, devendo ser por

isso responsabilizados e forçados nacional e internacionalmente à recuperação de áreas ecologicamente degradadas e à redução dos gastos de energia fóssil e materiais não recicláveis. **Torna-se indispensável adequar o desenvolvimento tecnológico à sustentabilidade ambiental, no respeito pelos limites e ritmos da natureza e com capacidade para reciclar e reutilizar** duradouramente o capital natural planetário.

c) A necessidade de mudança do atual paradigma tecnocientífico é comum a toda a humanidade. **O relançamento da atividade económica e a criação de novos empregos deve fazer-se, sobretudo, pela diminuição da semana de trabalho para 32 horas, dividindo o trabalho pelos braços disponíveis, aumentando o valor das baixas remunerações e ultrapassando a lógica capitalista.** É preciso também eliminar o trabalho precário, a começar no aparelho de estado para forçar o fim da precariedade e da exploração que grassam no sector privado, através da fiscalização baseada numa nova legislação laboral protectora dos direitos do trabalho.

d) O ataque simultâneo à cultura, ao ensino público e à ciência tem em vista a sua destruição progressiva e é acompanhado pela reconversão das escolas em empresas socialmente cegas, não democráticas e pedagogicamente retrógradas. Na ciência, procedeu-se ao desinvestimento nas universidades e dos centros de investigação. Todo o capital humano associado foi fustigado pela instabilidade laboral e pelo desemprego. **Defendemos o investimento na produção cultural, investigação científica e inovação tecnológica, enquanto áreas estratégicas capazes de gerar desenvolvimento com impacto decisivo na sociedade, gerando emprego e maior bem-estar às populações.**

O eco-socialismo realiza a síntese entre uma ecologia necessariamente anticapitalista e um socialismo depurado da lógica do produtivismo.

5. CONVERGÊNCIA À ESQUERDA E COM OS MOVIMENTOS SOCIAIS

a) Num quadro de refluxo do movimento de massas, **a ausência de uma alternativa credível, mobilizadora e convergente à esquerda, penalizou fortemente a capacidade de luta contra a austeridade** e o PS teve particulares responsabilidades nisso ao não demarcar-se da política do governo, mantendo-se no quadro do memorando da Troika e do Tratado Orçamental.

b) O PS, em consonância com a social-democracia europeia, negoceia a resposta à perda de competitividade perante a dinâmica dos espaços económicos emergentes, numa base austeritária e de cortes nos salários e nos direitos do trabalho, que torna impossível a reedição do acordo do pós Guerra entre social-democracia e democracia cristã, que contribuiu para o chamado “modelo social europeu”. **É por isso que um governo do PS será condicionado por esta lógica da governabilidade austeritária no quadro dos compromissos e das instituições existentes. As circunstâncias exigirão desobedecer-lhes no que se refere à austeridade e às políticas de direita.**

c) O relançamento do movimento de massas e a alteração da relação de forças, políticas e sociais, no terreno das lutas, nas ruas e nas empresas, é o caminho para neutralizar ou alterar tal orientação, criando condições políticas para **conquistar a confiança da maioria da população numa solução de esquerda e num programa alternativo.** Esta é uma tarefa central do Bloco de Esquerda que justifica o maior empenho na dinâmica dos movimentos sociais.

d) O PCP tem sabido tirar partido da sua capacidade de resistência e da implantação tradicional em empresas, autarquias, sindicatos e dum aparelho de agitação, propaganda e mobilização oleado, permitindo-lhe movimentar-se melhor na conjuntura actual. Fá-lo, porém, numa **lógica acantonada de partido-fortaleza, canalizando as mobilizações e controlando o potencial galvanizador e contagiante das massas, para demonstrar ao Governo que não haverá paz social sem a sua colaboração,** insinuando-se pronto para, numa lógica negocial no actual quadro institucional, assumir compromissos

de regime desde que deles possa retirar vantagens.

e) A nova estruturação da classe trabalhadora criou um vasto grupo de precárias, de vítimas da flexibilização do mercado de trabalho e de migrantes que não encontra representação nas organizações sindicais e mesmo partidárias. A crise do sistema político e a natureza vertical dos mecanismos de decisão e participação nos partidos de esquerda não é atraente para jovens e outras descontentes. Têm sido os novos movimentos sociais a captar parte do seu envolvimento na vida política. **O sucesso do PODEMOS nas eleições europeias do estado espanhol mostra bem o potencial que estes movimentos podem adquirir**, tal como já tinha ficado claro em Portugal com as mobilizações conseguidas pelo “Que se Lixe a Troika”. No entanto, entre nós, a dispersão e debilidade dos movimentos sociais fazem com que estes não tenham conseguido colmatar ainda o espaço deixado vazio pela ausência de uma alternativa mobilizadora e unificadora.

O apoio e o impulso dos movimentos sociais devem constituir uma preocupação central do BE, não no sentido de os instrumentalizar, mas de trabalhar pelo seu alargamento, acolhendo a sua independência e autonomia e refletindo as suas implicações e contribuições para o debate e para a luta política.

6. AS FRENTES CONTRA A AUSTERIDADE

a) A linha política saída da última Convenção foi muito influenciada pelos acontecimentos na Grécia e pelo crescimento rápido do Syriza. **Tais expectativas pouco tinham a ver com a conjuntura que vivíamos**. Estava aí subentendida pela maioria, a possibilidade de eclosão rápida de uma crise revolucionária em Portugal, com o Bloco como seu grande protagonista. O falhanço da actual coordenação do Bloco é o falhanço desta orientação que entrou em colisão com a própria realidade. **A vida política portuguesa nunca atingiu tal grau de radicalização e isso significou muito menor polarização dos conflitos sociais**. Por outro lado, o facto de o PS estar fora do

governo e de se ter excluído, por pressão de figuras conotadas com posições de esquerda, de um acordo formal patrocinado por Cavaco Silva, ou das sugestões de revisão constitucional feitas pelo PSD, evitou-lhe fissuras internas significativas.

b) O Bloco precisa de acumular massa crítica, ter iniciativas públicas mobilizadoras e com impacto político. Isso exige vencer os limites da intervenção parlamentar e institucional e afirmar-se claramente pela criatividade, irreverência e radicalidade, rompendo com o “bom comportamento” com que nos querem cercar, salvaguardando a autonomia e evitando a diluição da nossa mensagem política. **É necessário um maior envolvimento com os movimentos sociais e uma linguagem que, sem cair no populismo, se dirija às descontentes com o sistema político, o que se deve articular com interpelação aos partidos que se reclamam de esquerda.**

c) O Bloco de Esquerda, **mantendo autonomia e independência**, procura a convergência com todos os partidos, grupos e sensibilidades de esquerda ou movimentos sociais **que permitam quebrar o isolamento, chegar a novas camadas da população, conferir a essa aproximação um sentido de utilidade, romper com a paralisia e a sensação de esgotamento da resistência, para se poder passar à ofensiva**. Porém, esta orientação não constitui por si só um projecto político e ideológico definido. É um instrumento táctico ao serviço do fortalecimento da dinâmica social e da criação de uma alternativa que **não pode substituir-se a um Bloco de Esquerda forte, com objectivos claros e consistentes.**

d) **Depois de um forte envolvimento no Congresso Democrático das Alternativas, o Bloco de Esquerda, por não tomar a iniciativa de lançar antecipadamente um desafio aos sectores que aí confluíram, deixou campo livre a iniciativas como os 3D e, mais grave, deixou-se enredar numa situação com custos políticos consideráveis no processo das eleições europeias**. O Bloco não conseguiu impedir que lhe fosse assacada uma imagem pública de sectarismo, o pior dos cenários para um partido cuja génese e identidade vai no sentido oposto. O recente abandono de aderentes, individualmente ou em grupos organizados, reforçou esta tendência criando uma sensação de desagregação que é preciso inverter rapidamente.

e) Face a um PCP entrincheirado e a um PS preparado para acordos à direita, **o Bloco deve tomar a iniciativa e fazer tudo o que estiver ao seu alcance para agrupar todas as forças com vista aos próximos actos eleitorais, seja nas legislativas como nas presidenciais.** As possibilidades de crescimento têm de ser encontradas e ampliadas nas previsíveis diferenciações que possam decorrer da desilusão de muitos apoiantes de um próximo governo PS confrontados com medidas de austeridade e a violação das promessas eleitorais.

Isto significa que os necessários apelos à unidade e a convergências se devem fazer em torno de uma CARTA CONTRA a AUSTERIDADE, que configure um programa mínimo para intervenção política e para os combates eleitorais que se avizinhem, interpelando e desafiando toda a esquerda (envolvendo partidos, associações, movimentos sociais). O BE deverá, em simultâneo explorar as contradições existentes em vários sectores políticos em relação às políticas austeritárias, de que o Manifesto dos 74 pela Reestruturação da Dívida foi exemplo. O Bloco precisa de tomar a iniciativa política, radicalizar o seu discurso de oposição às políticas de austeridade, tornar-se menos institucional e mais criativo, aproximando-se de muitas das que perderam a confiança nas instituições e nos partidos e passaram a abster-se ou a ser presa fácil dos populismos. O Bloco compromete-se a continuar a luta feminista em todas as suas vertentes. Propõe-se conjugar a luta anti-austeritária com a luta emancipatória das mulheres, indissociavelmente ligadas. Estas são tarefas para hoje. O Bloco tem de ocupar o centro da iniciativa política, ser o catalisador das convergências necessárias para inverter esta situação.

7. INTERVENÇÃO LOCAL PARA DEFENDER AS POPULAÇÕES E O ESTADO SOCIAL

a) O fraco enraizamento local expõe-nos às adversidades de conjuntura em períodos de refluxo, colocando-nos no limiar da sobrevivência. A orientação aprovada na última Convenção agravou os resul-

tados das autárquicas e expôs a fragilidade da nossa implantação e do trabalho local.

b) **As nossas camaradas devem inserir-se nas expressões de movimento social ou nas associações e cooperativas; intervir nos grupos e círculos de debate, procurando ganhar influência na solução de problemas concretos e na dinamização da vida cultural e social local. As eleitas devem reflectir este contexto, as suas experiências divulgadas e a sua intervenção estruturada e apoiada a todos os níveis.**

c) O Bloco de Esquerda precisa, também a nível local de desafiar para a unidade outras forças políticas de esquerda, como sucedeu em Caminha, que permitam nalguns casos **gerar programas de defesa dos interesses das populações, chegar a lugares nos executivos autárquicos fazendo com que a nossa intervenção marque a diferença, sem que isso se converta numa política de alianças sistemática a nível nacional e sem perdermos autonomia política.** As orientações gerais, impositivas, motivadas pela desconfiança quanto à capacidade e coerência política dos aderentes, desqualificam e desacreditam as nossas organizações locais.

É fundamental ao Bloco enraizar-se junto das populações. As suas organizações de base não podem ser apenas meras executantes de campanhas de propaganda e o Bloco não pode viver apenas da presença mediática, cada vez menor e cada vez mais hostilizada por parte de sectores dominantes da comunicação social. O Bloco deve incentivar a acção comum, em torno de objectivos concretos com todos os sectores que em cada local se disponham a lutar pelo emprego, pelos direitos sociais ou por planos de sustentabilidade ambiental, designadamente em referência à Agenda Local XXI. O Bloco deve apelar à formação de Fóruns Sociais Locais como forma de incentivar à federação de movimentos dispersos na luta contra a austeridade.

8. PRIORIDADE À RESPOSTA RADICAL A SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA SOCIAL

a) Os efeitos das políticas de austeridade e a imposição de um novo paradigma económico-social baseado no empobrecimento, na exclusão, na privatização e mercantilização dos serviços públicos essenciais **exigem uma resposta radical que o Bloco de Esquerda assume com coragem, empenho e frontalidade**. Não é admissível que haja trabalhadoras e reformadas abaixo do limiar da pobreza em pleno século XXI, onde se esbanja dinheiro público a financiar negócios privados, bancos e armamento, em clara inversão das prioridades sociais e onde a caridade não é resposta de uma sociedade solidária e democrática.

b) O Bloco de Esquerda **potencia e apoia as acções contra a discriminação de populações pobres no acesso a condições básicas de vida por dificuldades de pagamento – abastecimento de água, fornecimento de luz, pagamento de renda ou de prestação bancária, acesso à saúde. O Bloco apoia a abertura de cantinas nos bairros pobres, fomentando o abastecimento e a produção local e gerando postos de trabalho**. É essencial combinar esta acção com a intervenção institucional em defesa dos direitos e exigências sociais, designadamente assegurando o fornecimento gratuito desses serviços às famílias que vivem abaixo do limiar da pobreza. É preciso reverter as privatizações com nacionalização de sectores ligados à energia, transportes públicos, abastecimento de água, educação, saúde.

c) O Bloco de Esquerda **opõe-se à entrega das casas e aos despejos em resultado da impossibilidade de cumprir compromissos bancários por efeito do desemprego ou de cortes salariais**, apoiando a renegociação dos contratos bancários, de modo a que as prestações de cada família não excedam em circunstância alguma 30% do seu rendimento mensal.

d) O Bloco de Esquerda defende a **reorganização dos serviços públicos de proximidade, particularmente no interior, com a reabertura e ampliação das redes de escolas, centros e extensões de saúde, tribunais, repartições de finanças**. Nesta perspectiva e face ao envelhecimento da população, o Bloco defende a expansão da rede pública de centros de dia, de lares e unidades residenciais, bem como da rede de cuidados continuados.

e) O Bloco defende o aumento significativo do salário mínimo nacional, a diminuição da carga fiscal sobre o trabalho, a eliminação de cortes e sobretaxas salariais, o regime de pensão única aos 65 anos ou aos 35 de vida laboral ativa. Defende igualmente a eliminação das taxas moderadoras com reposição do pagamento de transporte para cuidados de saúde, reforço de cuidados de saúde integrados e de proximidade, aumento da comparticipação nos medicamentos e nos exames complementares. Defende o fim das propinas no ensino superior público.

f) O Bloco de Esquerda **coloca ao serviço das populações pobres e excluídas as competências técnicas e os saberes específicos do seu activismo no aconselhamento e na mobilização de vontades para suprir problemas e necessidades básicas, numa lógica desburocratizada de auto-organização local, com expressão em formas diferenciadas de economia social**, designadamente de base cooperativa, colocando-se no terreno, até aqui ocupado praticamente só pelas igrejas.

g) O Bloco de Esquerda defende a **reutilização económica e social dos espaços industriais abandonados, sob a forma de arrendamento ou expropriação, assegurando apoio técnico, linhas de financiamento bonificado, microcrédito e outros benefícios fiscais, apoio nos transportes e distribuição, bem como defende que o estado tem de dar prioridade, nos contratos e concursos públicos, às cooperativas e a outras formas de economia social**.

O Bloco tem de estar na primeira linha do combate às injustiças e em defesa dos direitos sociais das populações, com soluções concretas e práticas, que visem eliminar situações de pobreza extrema. Isto significa a consagração do direito *per capita* de suporte à vida, que atue de forma automática face à falta de rendimento, qualquer que seja a sua natureza, mas também medidas que garantam condições dignas de vida, na habitação, na saúde, no acesso ao ensino, na plena reintegração social e no respeito pela autonomia dos que enfrentam todas as formas de pobreza. O objectivo estratégico dos fundos comunitários tem de ser o combate à pobreza, uma política de desenvolvimento económico, a eliminação das assimetrias entre o litoral e o interior.

9. A REFUNDAÇÃO DEMOCRÁTICA DO BLOCO DE ESQUERDA

a) **É fundamental relançar o Bloco de baixo para cima. As aderentes são o esteio da organização.** Esgotou-se o tempo das dirigentes iluminadas, apoiadas num aparelho construído na base da fidelidade política, profundamente desconfiado em relação às bases, ditando orientações, campanhas e iniciativas, mas alheias à realidade social e aos problemas e aspirações da população pobre, agredida pela política de direita. **A base do Bloco é o mais poderoso interface com a sociedade, onde se constrói o enraizamento orgânico quotidiano, em torno dos problemas concretos – das questões do trabalho, do ambiente da qualidade de vida, da defesa dos serviços públicos, mas também onde se combate a inculcação ideológica da direita, o conservadorismo religioso, onde se disputa a hegemonia de pensamento,** seja nos direitos humanos nos feminismos, nas questões LGBT, na juventude, nos direitos dos animais, no pensamento crítico sobre as grandes questões nacionais e internacionais da contemporaneidade.

b) A vida interna do Bloco tem de ser profundamente democrática, **de modo a enquadrar as suas aderentes que, dotadas de autonomia nos movimentos e frentes onde intervêm, possam ter nos núcleos e nas comissões locais o apoio e o alimento político geral que confere consistência à sua intervenção quotidiana.**

c) **As estruturas de base precisam de um funcionamento mais regular e continuado, da multiplicação de assembleias onde todas as aderentes possam participar com a sua presença e com a sua voz,** onde a política tem assento, onde a sua opinião vale, onde contactam com os assuntos da vida interna, numa perspectiva tanto crítica como propositiva. Neste contexto, o Bloco deve abrir as suas estruturas à participação de simpatizantes formalizando-a estatutariamente mas salvaguardando a exclusividade do voto às aderentes. **As sedes constituem espaços indispensáveis para a vivificação da vida interna do Bloco, enquanto espaços abertos de encontro,** onde se reúne e se discute, espaços de trabalho e de tertúlia, pontos de intersecção de uma multiplici-

dade de intervenções, de encontro de activistas, de simpatizantes e amigas, onde se semeia pensamento crítico e alternativo.

d) **A participação deve ser presencial, tanto nas reuniões e assembleias como nos processos electivos ou referendários.** O voto por correspondência, frequentemente abusivo e utilizado como forma de arregimentação organizada, por vezes maioritário em relação ao voto presencial, constitui uma entorse ao funcionamento democrático do Bloco. **O princípio da representação proporcional, resultante da apresentação de várias listas aos diferentes órgãos do Bloco, deve estar presente em todos os escalões, desde os núcleos e Comissões concelhias à Comissão Política. A quota deve ser encarada como um vínculo primeiro da aderente à organização** e os casos de manifesta dificuldade financeira não devem dar lugar à isenção, mas a formas simbólicas que continuem a expressar esse mesmo vínculo, devendo cada aderente nessas circunstâncias propor, com total liberdade, a quantia com que pode contribuir anualmente para o partido. O processo de relançamento do Bloco de Esquerda deve ser acompanhado do processo de reactualização do recenseamento das aderentes, verificando as situações em que não ocorreu qualquer pagamento de quota ou os casos em que a última quota paga data de anos bastante atrasados. **Os cadernos de recenseamento devem espelhar de modo permanente a realidade orgânica.**

e) O quadro de funcionárias deve combinar de forma equilibrada as necessidades centrais com o apoio às organizações locais e **o processo de recrutamento das funcionárias deve ser por concurso interno com critérios de selecção antecipadamente anunciados, mediante candidatura das aderentes interessadas, avaliada pelas estruturas respectivas,** designadamente sob a forma de entrevista e, se necessário, votada nos plenários de aderentes no caso das funcionárias locais.

f) As organizações distritais constituem estruturas fundamentais na coordenação da actividade de âmbito regional, na discussão dos problemas concelhios e interconcelhios, cuja importância ou gravidade ultrapassa esse âmbito e, sobretudo, no estádio actual da nossa organização, no apoio à implantação e ao enraizamento local. O carácter autónomo do

grupo parlamentar não deve significar a sua sobreposição à direcção do Bloco, cujas linhas de orientação política deve saber adequar à especificidade e ao impacto da sua intervenção, articulando-se ainda com as estruturas regionais, em cujas reuniões deve participar. A solução de coordenação a dois, adoptada na última Convenção, não resolveu nenhum dos nossos grandes problemas internos ou de representação, não contribuiu para unir o Bloco e, nesse sentido, falhou. Perante essa situação e o definhamento orgânico, **defendemos um sistema de coordenação colectiva baseada na Comissão Política e assente num conjunto de porta-vozes para as grandes áreas de intervenção, sem perder de vista que a Mesa Nacional é o principal órgão de direcção entre convenções, devendo por isso ser revalorizado o seu funcionamento.**

Toda a prioridade às organizações de base no sentido do enraizamento e da actividade concreta de cada aderente a partir do seu local de residência ou de trabalho, institucionalização dinâmica da democracia, participação e transparência, ousadia no alargamento das nossas fileiras, configuram o sentido da transformação do Bloco de Esquerda num partido de massas.

PROMOTOR@S

(POR ORDEM ALFABÉTICA):

Adelino Fortunato 8790 Sesimbra/Setúbal
 Albérico Afonso Costa 836 Setúbal/Setúbal
 Ana Lúcia Duarte Massas 843 Almada/Setúbal
 Beatriz Gomes Dias 4621 Lisboa/Lisboa
 Carlos Alberto Alexandre Cabrita 4418 Silves/Faro
 Cristiana Martins de Sousa 4310 Marinha Grande/Leiria
 Filipe Rolão 6794 Vila Real/Vila Real
 Francisco Colaço 390 Cartaxo/Santarém
 Helena Figueiredo 3736 Lisboa/Lisboa
 Henrique Guerreiro 573 Setúbal/Setúbal
 João Manuel Martins Madeira 520 Sines/Setúbal
 José Manuel Boavida 602 Lisboa/Lisboa
 Margarida Castro Felga de Pinho 371 Porto/Porto
 Margarida Santos 4295 Cascais/Lisboa

Maria Alice Brito 835 Setúbal/Setúbal

Sara Goulart 9586 Lisboa/Lisboa

SUBSCRITOR@S

(POR ORDEM ALFABÉTICA):

Abílio Jorge Oliveira Martins 4013 Trafaria/Setúbal
 Adelino Fortunato 8790 Sesimbra/Setúbal
 Adelino António Moreira Granja 4507 Alcobça/Leiria
 Albérico Afonso Costa 836 Setúbal/Setúbal
 Álvaro Carvalho 9585 Lisboa/Lisboa
 Ana Cristina Sequeira 827 Setúbal/Setúbal
 Ana Isabel Monteiro Vieira de Castro 9480 Lisboa/Lisboa
 Ana Lúcia Duarte Massas 843 Almada/Setúbal
 Ana Luísa Brito 834 Setúbal/Setúbal
 Ana Maria Pessoa 1383 Lisboa/Lisboa
 Ana Patrícia Romão Barreira 9959 Odivelas/lisboa
 Ana Sofia Ferreira 6701 Santiago do Cacém/Setúbal
 Anabela Abreu Ferreira 5081 Cartaxo/Santarém
 André Filipe Antunes 6622 Barreiro/Setúbal
 António Albergaria Samara 2352 Almada/Setúbal
 António João Lopes 10921 Almada/Setúbal
 António João Sequeira 252 Setúbal/Setúbal
 António José Borges Regedor 4178 Espinho/Porto
 António Manuel Fonseca Gomes 271 Marinha Grande/Leiria
 António Miguel Louro 3614 Vila do Conde/Porto
 António Proença 3539 Sesimbra/Setúbal
 Armando Herculano Ferreira 1750 Vila do Conde/Porto
 Beatriz Gomes Dias 4621 Lisboa/Lisboa
 Bernardino Aranda 4657 Lisboa/Lisboa
 Bill Edward Williams 1175 Barreiro/Setúbal
 Carlos Alberto Alexandre Cabrita 4418 Silves/Faro
 Carlos Alexandre Macedo 3639 Sesimbra/Setúbal
 Carlos Gaivoto 307 Oeiras/Lisboa
 Cecília Maria Calado Costa 1601 Leiria/Leiria
 Christopher Joseph Maia Oliveira 7461 Figueira da Foz/Coimbra
 Clara Figueiredo Dumont 4976 Lisboa/Lisboa
 Cláudio José Aires de Sousa Alves 2799 Oeiras/Lisboa
 Cláudio Sérgio Abreu Monteiro 4821 Ovar/Aveiro
 Cremilda Negreiro Correia da Silva Pereira 5171 Oeiras/Lisboa
 Cristiana Martins de Sousa 4310 Marinha Grande/Leiria
 Cristina Maria Zina Herculano 10937 Almada/Setúbal
 Daniel Filipe Correia Bernardo 5172 Oeiras/Lisboa

Daniel Filipe Ramos Baptista 9791 Lisboa/Lisboa
 Elisabete Cunha da Fonseca 9963 Figueira da Foz/
 Coimbra
 Eva de Lurdes Correia Paciência 9723 Ovar/Aveiro
 Feliciano Teixeira Bernardo 2722 Oeiras/Lisboa
 Fernando António Costa Rocha 632 Caldas da Rainha/
 Leiria
 Fernando António Lopes Leitão Correia 6500 Faro/Faro
 Fernando Faria de Castro 8529 Setúbal/Setúbal
 Fernando Lacerda 356 Vila Nova de Gaia/Porto
 Fernando Paulo de Mota Pinto dos Santos 4555
 Guimarães/Braga
 Fernando Pinho Alves 842 Setúbal/Setúbal
 Filipe Carapeto Fialho 8525 Setúbal/Setúbal
 Filipe Rolão 6794 Vila Real/Vila Real
 Firmino Augusto Rodrigues dos Santos 3441 Oeiras/
 Lisboa
 Francisco Cunha Castro 8831 Vizela/Braga
 Francisco Colaço 390 Cartaxo/Santarém
 Francisco José Miguel da Silva 9679 Cartaxo/Santarém
 Helena Figueiredo 3736 Lisboa/Lisboa
 Helena Peixoto 603 Lisboa/Lisboa
 Henrique Guerreiro 573 Setúbal /Setúbal
 Hernâni Josué da Luz Pereira 4079 Lisboa/Lisboa
 Hugo Manuel Silva Lemos 10920 Almada/Setúbal
 Humberto Manuel Coelho Candeias 2807 Barreiro/
 Setúbal
 Isabel Fonseca 4276 Lisboa/Lisboa
 Joana Batista 8764 Odivelas/Lisboa
 Joana Fernandes Duarte 6441 Almada/Setúbal
 João Gameiro Coutinho 9746 Oeiras/Lisboa
 João Manuel Martins Madeira 520 Sines/Setúbal
 João José de Sousa Almeida 699 Ovar/Aveiro
 João Pedro Santos 9190 Lisboa/Lisboa
 João Ricardo Vasconcelos 7238 Lisboa/Lisboa
 Jorge Carlos Luz 4275 Sesimbra/Setúbal
 Jorge da Glória Barreto Candeias Nunes 9561 Portimão/
 Faro
 Jorge Gustavo de Albuquerque Furtado Lopes 1556
 Amadora/Lisboa
 José Manuel Mendonça Estevens 3637 Vila Real de Santo
 António/Faro
 Jorge Manuel da Conceição Rodrigues 7024 Cartaxo/
 Santarém
 Jorge Miguel Silva 7983 Vizela/Braga
 José António de Almeida Dias Ferreira 1675 Vila Franca
 de Xira/Lisboa
 José António Ferreira Dias Figueira da Foz/Coimbra
 José Joaquim Saraiva Rodrigues 4031 Marinha Grande/
 Leiria
 José Manuel Baptista do Carmo 1566 Tavira/Faro
 José Manuel Boavida 602 Lisboa/Lisboa
 José Manuel Monteiro Sousa 6332 Oeiras/Lisboa
 José Maria Sagueiro Moura 1867 Nisa/Portalegre
 José Ramos Santos 8139 Grândola/ Setúbal
 Lucília Maria Pinto Lourenço 10021 Lisboa/Lisboa
 Luís Filipe Carvalho Caras Altas 4012 Almada/Setúbal
 Luís Martins Pote 8274 Cascais/Lisboa
 Luís Miguel Gonçalves dos Santos 4799 Vila Franca de
 Xira/Lisboa
 Luís Miguel Pires Pereira 250 Alcácer do Sal/Setúbal
 Luísa Penisga Gonzalez 4371 Portimão/Faro
 Luísa Soromenho Marques 1181 Setúbal/Setúbal
 Manuel Mendes 2289 Lisboa/Lisboa
 Margarida Castro Felga de Pinho 371 Porto/Porto
 Margarida Santos 4295 Cascais/Lisboa
 Maria Aida Lacerda 10915 Almada/Setúbal
 Maria Alice Brito 835 Setúbal/Setúbal
 Maria da Visitação dos Santos Martins de Sousa 4644
 Marinha Grande/Leiria
 Maria de Fátima Reis 3210 Setúbal/Setúbal
 Maria do Carmo Teixeira Bernardo 2873 Oeiras/Lisboa
 Maria do Rosário Guerreiro Vaz 5509 Barreiro/Setúbal
 Maria Eugénia Santos Silva 10254 Ovar/Aveiro
 Maria Jorgete Ribeiro de Sá Teixeira 584 Barreiro/Setúbal
 Maria José Duarte 6679 Lisboa/Lisboa
 Maria José Vitorino 612 Vila Franca Xira/Lisboa
 Maria Leonor Lemos 4927 Almada/Setúbal
 Mariana Dias Maia Nogueira 8003 Vila Franca Xira/Lisboa
 Mário Gomez Olivares 10942 Lisboa/Lisboa
 Mi Felga 742 Porto/Porto
 Miguel Crispim Romão 4003 Lisboa/Lisboa
 Miguel Oliveira 7890 Lisboa/Lisboa
 Miguel Sacramento Monteiro 6726 Cascais/Lisboa
 Natália Correia da Silva de Jesus Pereira 5169 Oeiras/
 Lisboa
 Nelson Leonel Silva 3619 Vizela/Braga
 Nuno António Panaças Vilhena 5419 Oeiras/Lisboa
 Patrícia Cristina Novais Pataco 10278 Caldas da Rainha/
 Leiria
 Paula Ávila 7239 Lisboa/Lisboa
 Paula Cristina Resende Reis 4823 Ovar/Aveiro

Paula da Costa 1176 Barreiro/Setúbal
Paulo Fernando Silva 7935 Vizela/Braga
Paulo Jorge Vieira Sanches 9117 Oeiras/Lisboa
Paulo Teixeira de Sousa 78 Vila do Conde/Porto
Pedro Daniel Reis Almeida 6766 Ovar/Aveiro
Pedro dos Reis 2810 Almada/Setúbal
Pedro Figueiredo 842 Porto/Porto
Pedro Jorge Machado Lopes 3929 Lisboa/lisboa
Pedro Miguel Silva Almeida 4822 Ovar/Aveiro
Ricardo Gonçalves 4282 Lisboa/Lisboa
Ricardo Malcata Alves 254 Lisboa/Lisboa
Rita Namorado 9582 Lisboa/Lisboa
Rogério Fernando Miranda 2484 Setúbal/Setúbal
Rosa Félix 5159 Lisboa/Lisboa
Rui Alberto Fernandes Charneira 8789 Sesimbra/Setúbal
Rui Alexandre Pereira Cruz 6751 Marinha Grande/Leiria
Rui Miguel Curado da Silva 2823 Figueira da Foz/
Coimbra
Samuel da Conceição Marques 3809 Seixal/Setúbal
Sandra Manuela Ferreira Silva 3622 Vizela/Braga
Sara Goulart 9586 Lisboa/Lisboa
Sofia Alexandra Gonçalves Geirinhas Crisóstomo 6934
Lisboa/Lisboa
Teresa Sargento Dias Oliveira 1722 Barreiro/Setúbal
Umblina Teixeira Bernardo 2874 Oeiras/Lisboa
Vasco Emanuel Teixeira da Silva 9793 Barreiro/Setúbal
Vasco Hibon de Campos 8726 Cascais/Lisboa
Vítor Francisco Pereira de Sousa 4309 Marinha Grande/
Leiria
Vítor Sarmiento 6694 Lisboa/Lisboa
William Naval 4334 Lisboa/Lisboa
Zélia Maria Silva Almeida 4088 Ovar/Aveiro



moção E

BLOCO PLURAL, FATOR DE VIRAGEM!

BLOCO PLURAL, FATOR DE VIRAGEM!

15 anos depois da fundação do Bloco de Esquerda, os desafios são enormes. O partido/movimento está enredado num ciclo de derrotas eleitorais com o qual ainda não conseguiu romper, tendo perdido um significativo capital de confiança que foi construindo ao longo de anos.

Urge regressar às origens e recuperar a identidade do BE num novo contexto político. É preciso recuperar a combatividade, a irreverência, a credibilidade e a criatividade. Dissemos desde o início que a afirmação do BE era indispensável para transformar a esquerda. Esse horizonte socialista continua à nossa frente.

Atualmente, a ofensiva austeritária tem no governo um fiel executor e no ataque aos direitos e à Constituição os seus principais alvos. É nessa luta que juntaremos forças e construiremos uma alternativa de progresso, só materializável com um BE forte, exigente e de confiança.

1- GLOBALIZAÇÃO: O MUNDO PARA A ESPECULAÇÃO

1.1- Crises do capitalismo: não é defeito, é feitio

O crash financeiro de 2007/2008 mostrou a primeira crise global. Em pouco tempo, a falência de um banco levou à queda de muitos outros; o crash financeiro nos EUA teve repercussões à escala mundial e réplicas fortes na Europa.

À crise da finança seguiu-se a económica e orçamental. No mundo da globalização, o capital não conhece fronteiras e tudo lhe foi facilitado. As décadas de desregulação dos mercados financeiros foram sintetizadas naqueles momentos: a economia de casino era um castelo de cartas.

1.2- Rapidamente e em força: socializar os prejuízos, salvar os bancos

Face à ruína eminente, o BCE e os Estados salvaram os bancos com dinheiro público. Entre 2008 e 2011 os Estados transferiram 1,6 biliões de euros para resgates bancários.

Os Estados endividaram-se e esgotaram verbas dos seus Orçamentos que deveriam ter sido utilizadas em políticas sociais e de desenvolvimento. Transformaram-se os prejuízos da finança em dívidas dos Estados e as responsabilidades de banqueiros, acionistas e especuladores em responsabilidades dos cidadãos. A crise não era dos povos, mas foi a estes que passaram a fatura.

O ataque às dívidas soberanas começou ainda durante os planos de salvamento dos bancos. A solidariedade europeia passou a austeridade. Dos PECs ao memorando da troika, condenaram os povos para salvar os bancos do centro da Europa e garantir que os seus balanços não fossem afetados por quaisquer incumprimentos da periferia. A soberania dos governos nacionais transformou-se em submissão.

1.3- O império não desarma

A disputa mundial continua a ter como base a defesa dos mercados, em especial dos mercados financeiros, a importância dos recursos naturais, originando a geoestratégia de domínio. O conceito estratégico da NATO é o novo modelo para a velha dominação. Nas mãos do império, os povos são sempre saqueados e utilizados como peças de xadrez num jogo de morte. O império tem sido o rastilho de extremismos e da criação de novas tensões.

Na Líbia, dizimada pela intervenção "humanitária" da NATO, temos um país desmembrado. O Iraque está novamente mergulhado na guerra, com o emergir do ISIS (o "Estado Islâmico") e da sua política de terror.

A resposta ao ISIS não pode ser uma nova promoção dos EUA enquanto polícia do mundo. Rejeitaremos qualquer intervenção internacional fora do quadro da ONU e sem a cooperação dos países vizinhos. E não nos calaremos perante o genocídio que acontece em Gaza, perpetrado por Israel e com o silêncio cúmplice de UE e EUA.

As fronteiras europeias estão também a ser alvo de disputa pelo império. Na Ucrânia, o choque entre o imperialismo americano e seus aliados da UE, e os interesses nacionalistas dos oligarcas russos colocou o país em guerra civil. A escolha não pode ser entre opressores, mas sim pela liberdade e pela soberania do povo ucraniano.

2- A EUROPA NA ERA DA AUSTERIDADE

1. 2.1- O saudosismo europeu

O processo de integração mundial levou a uma mudança da centralidade política do Atlântico para o Pacífico. O alinhamento da China com os EUA foi decisivo para superar a fase de queda vertiginosa da crise financeira, deixando claro o equívoco daqueles que lá veem um farol da construção do socialismo.

A perda de importância económica e política da Europa é uma das faces da crise existente, a outra é a dos programas de austeridade que levam a economia europeia à estagnação. A elite europeia quer aumentar a exploração para o regresso a um tempo que não existe. Os choques dos interesses nacionais e europeus estão a atingir novas proporções e a liderança alemã torna insustentável esta realidade.

Rejeitou-se a solidariedade, pregando a austeridade. As desigualdades entre os países do centro e os da periferia agravaram-se brutalmente. As pessoas pagam estas escolhas com as suas vidas, como prova o aumento brutal da pobreza.

2.2- A fuga em frente de Merkel: para os braços do império

O Tratado Transatlântico é a fuga em frente europeia, procurando criar um enorme mercado entre os dois lados do Atlântico. Este tratado procura a desregulação em setores fundamentais, desde o financeiro ao da produção alimentar, derrubando normas ambientais e de saúde pública.

É o caminho da submissão dos países aos interesses das multinacionais, dos tribunais internacionais de arbitragem que pairam sobre a soberania e as escolhas populares, e uma ofensiva contra os povos europeus e os direitos laborais, sociais e ambientais conquistados durante décadas. A sua derrota é um objetivo fundamental da esquerda europeia.

Mais uma vez é o exemplo das negociações nas costas dos povos: a cidadania não é convidada para a construção europeia porque as elites sabem que os povos não aceitariam a reversão de conquistas civilizacionais.

2. 2.3- O cartão vermelho à chantagem europeia

As últimas eleições europeias mostraram a rejeição deste projeto europeu. A Europa da finança não tem o aval popular. A desobediência à UE assumiu, primeiramente, a rejeição de participação nas eleições europeias. Depois, o apoio a programas políticos nacionalistas e antieuropeus. A ascensão da extrema-direita é uma marca deste novo tempo, com os seus programas de exclusão social e xenofobia.

Onde a esquerda foi forte e criou pólos de resistência, foi possível juntar forças e capitalizar o descontentamento contra a Europa da finança, sem escorregar para o nacionalismo, casos da Grécia e Espanha.

O BE teve uma boa candidatura às eleições europeias, que foi possível porque se consensualizou num processo participado e democrático. Apesar do resultado eleitoral estar longe do desejado, o BE juntou forças e os seus aderentes envolveram-se na campanha eleitoral. Isso deve ser valorizado.

2.4- Austeritarismo: *business as usual*, mas em tons de cinza velho

No período da troika o Programa de Governo passou a ser ditado por Frankfurt, Bruxelas e Washington. Agora, o pós-memorando é a manutenção de uma governação telecomandada pelos mesmos, avaliada a cada semestre, e a austeridade é mantida com o Tratado Orçamental.

A escolha conservadora é clara: ou a Constituição ou o T.O.. E, anunciam: sem este não haverá permanência na zona euro.

OBE rejeita o T.O. e exige que Portugal dele se desvincule. Para isso, o referendo é essencial, garantindo a força social necessária para romper com a austeridade e com as restrições europeias. A desobediência à Europa só é possível com um movimento popular de grande afirmação.

2.5- A saída do euro não é uma prioridade, lá estar não é um dogma

O euro não pode ser um calvário para os povos e não aceitaremos a imposição de austeridade em nome da permanência na zona euro.

A expulsão de um país da Zona Euro pode até ser

uma intenção de parte dos principais governos da UE, contudo têm muito a perder se a Z.E. se começar a desagregar. Assim, a força negocial de qualquer Estado da zona euro é real, devendo ser usada para rejeitar as políticas de austeridade.

Mesmo a ideia de um congelamento dos movimentos de capitais, possível ação europeia para penalizar um país que desobedeça, apresenta-se com um efeito boomerang que poderá rebentar nos próprios mercados.

A força desta posição é a de não colocar o centro do problema no euro, mas sim na falta de "euros" no bolso das pessoas, isto é, nas políticas de exploração. Até porque a austeridade também é aplicada em países com moeda própria, como a Inglaterra. É no alargamento da base social de contestação à austeridade que construímos a alternativa.

3- PORTUGAL: UM PAÍS NA ENCRUZILHADA

3.1- Não há duas sem três: a cada orçamento, um ataque à Constituição

O BE percebeu que a austeridade não era constitucional. Logo na discussão do OE para 2012, onde o governo propôs pela primeira vez cortar salários, o BE juntou forças para exigir a pronúncia do Tribunal Constitucional. A vitória foi clara: o TC declarou ilegais os cortes, ainda que os tenha permitido em 2012.

No ano seguinte, o Presidente da República foi obrigado a fazer um pedido de fiscalização sucessiva do OE 2013. PS e PCP, que não quiseram participar inicialmente, renderam-se à evidência: a Constituição estava sob ataque e a linha de defesa foi traçada no TC. O legado da luta do pós-25 de Abril é a garantia dos direitos no séc. XXI.

O centro do ataque da burguesia é à Constituição. A revisão constitucional é o ponto seguinte do plano da elite portuguesa. O BE deve esforçar-se para tornar central a luta contra essa revisão constitucional e pela defesa dos direitos, alargando a força e as convergências nessa luta.

As manifestações Que Se Lixe a Troika provaram

como é possível mobilizar milhões para a luta. Com essa aprendizagem e respeito, o BE deve acompanhar os movimentos sociais, cimentando a mobilização e a participação, juntando forças e criando uma maioria social em defesa dos direitos constitucionais.

3.2- Austeridade e dívida pública: crónica de um aumento anunciado

A entrada da troika ocorreu quando a dívida pública rondava os 94% do PIB. Três anos depois, supera os 134% do PIB.

A dívida pública é um negócio e uma arma de dominação. A saída é a reestruturação da dívida, só possível com a nacionalização da banca, garantindo a continuidade de funcionamento da economia, e a recalendarização dos pagamentos e consequente corte no stock e abatimento de juros.

A reestruturação da dívida é uma condição da libertação do país e não pode estar dependente das chantagens sobre o isolacionismo económico, da ameaça de saída do euro ou de um novo resgate. Esses são os argumentos da finança, para que os seus interesses não sejam beliscados.

O défice e a dívida serviram também como pressão sobre o poder local: extinção das freguesias, criação da lei dos compromissos, PAEL, FAM. O BE rejeita esta desvalorização do poder local.

3.3- O saque dos anéis

A devastação da economia levou à destruição de 440 000 postos de trabalho desde 2011, ao recuo do PIB a valores de 2000 e à emigração massiva de 330 pessoas por dia.

Este processo agudizou a desindustrialização do país. O tecido produtivo, já frágil, foi debilitado perdendo competências estratégicas. Impossibilitado de produzir, o país está refém de outros e menos sustentável. Para amparar a finança, o Estado tem sido devorado nas privatizações e a economia real sacrificada e parasitada por rendas garantidas para a oligarquia financeira.

O BE apresenta e reforça propostas para a regeneração da economia e dos setores produtivos, garantindo um desenvolvimento sustentável apontado ao pleno emprego com direitos, acabando com as rendas

parasitárias e com o drama da emigração de milhares de jovens. Esta nova orientação da economia garantirá a valorização das competências técnicas e o conhecimento e experiência adquiridos, bem como as qualificações educativas e profissionais dos jovens e a sua manutenção no país.

3.4- Interioricídio: um problema central

Os vários governos promoveram uma política concertada de desqualificação do interior e diminuição dos serviços públicos destas regiões: encerramento de fecho de tribunais, escolas, serviços de saúde, correios, caminhos-de-ferro e introdução de portagens.

Lutaremos por uma política de desenvolvimento que valorize o interior do país, repondo os transportes e serviços e públicos encerrados e garantindo a sua qualidade, mantendo os centros de conhecimento com o financiamento adequado, garantindo investimento público para a criação de emprego e promoção da agricultura.

O centralismo é uma doença do regime e tem no ataque ao interior o seu sintoma. A regionalização é uma exigência para romper esta camisa-de-forças e garantir mais Democracia, mais participação e escolhas mais próximas das pessoas.

3.5- Aprofundar as Autonomias Regionais

A austeridade atacou as autonomias regionais: alteração da Lei de Fin. Regionais, a tentativa de subtrair ao SNS os Serv. Reg. de Saúde, o fecho de serviços públicos da responsabilidade da República, a situação residual do serviço público de Rádio e Televisão.

Em breve a área marítima de soberania portuguesa será de 4 milhões de Km² com a extensão da Plataforma Continental. Mas, o que acontece pela existência das Regiões Autónomas, será delas alienado com as intenções de privatização do mar. Rejeitamos esse abuso e defendemos a participação ativa das Regiões Autónomas garantindo o respeito pela sua sustentabilidade ambiental, social e económica.

Contra o centralismo, defendemos o respeito pela autonomia na sua plenitude, a reposição da Lei de Finanças Regionais de 2012 e a manutenção do

conceito de Ultra-Periferias.

As eleições regionais serão fundamentais. Na luta pelo regresso ao parlamento madeirense e pelo aumento da representação no parlamento açoriano, afirmaremos a alternativa de esquerda em defesa das pessoas e no respeito pela autonomia regional.

3.6- BES - Os bancos espirram e as contas públicas engripam

A finança domina o país e utiliza o Estado como bombeiro quando o casino financeiro está em chamas. Todos os grandes bancos privados nacionais tiveram auxílio público: BPN, BPP, BCP, Banif, BPI e BES.

O descalabro do BES e a queda do "Dono Disto Tudo" Ricardo Salgado é um bom exemplo do gangsterismo financeiro e da sua promiscuidade junto do poder político. O pântano da finança mostra como é necessário retirar o controlo dos bancos das mãos dos banqueiros, proteger as pessoas das aplicações e produtos com risco impingidos indiscriminadamente e romper com a ideia que a regulação é a panaceia que resolve os problemas dos mercados. Precisamos de uma banca ao serviço da economia e do emprego e isso só é possível com o controlo público dos bancos.

3.7- Submarinos, PPP's, e eu sem nada ao fim do mês!

O ataque começou pela administração pública e logo a seguir aplicado aos trabalhadores do setor privado. A redução do valor do trabalho, o ataque à contratação coletiva, a precarização, a eternização dos contratos a termo ou a facilitação dos despedimentos é um sonho antigo do capital e procura a mercantilização das relações laborais. Com a taxa de desemprego acima dos 10% durante a próxima década, cria-se um desemprego estrutural insustentável e a pressão permanente para redução de direitos.

A organização dos trabalhadores terá de se ajustar a esta nova realidade para a qual o BE tem de contribuir. É preciso vencer a ditadura que existe nas empresas, a perseguição aos sindicalistas e o medo sobre os trabalhadores.

Enfrentar a ditadura patronal e a subserviência da

UGT implica uma nova agenda laboral centrada no valor do trabalho e na democracia:

Reforma laboral pelo emprego, combate à precariedade e uma remuneração mais justa:

- fim da desigualdade salarial de entre homens e mulheres;
- horário de trabalho de 35h/semana;
- fim do banco de horas;
- valorizar o trabalho suplementar e limitar a duração;
- efetividade após um ano de contrato;
- proibir a subcontratação para postos de trabalho permanentes;
- revogação do Código de Trabalho, principalmente em matérias de despedimentos individuais e coletivos.

Lutar por uma maior participação dos trabalhadores na definição de políticas laborais:

- acordos laborais votados obrigatoriamente por todos os trabalhadores;
- quota de representantes sindicais, por inerência, nas equipas da inspeção laboral;

É na escala europeia que os trabalhadores também devem pensar e se organizar. A criação de uma resposta sindical europeia é uma urgência.

3.8- O estado crítico do Estado Social

Ao colocar em causa o SNS, a Escola Pública e a Segurança Social, o governo coloca em causa a própria Constituição.

Ao abrir a escola pública a privados, reduzir a qualidade do ensino atirando alunos para mega-grupamentos e turmas sobrelotadas, encerrar escolas e despedir professores, é a Escola Pública que está em causa. Ao fechar hospitais, arrastar as listas de espera por consultas, agonizar doentes com horas

à espera nas urgências, desmotivar profissionais de saúde, descontinuar valências, é o SNS que fica em risco. Ao perdoar impostos aos grandes grupos económicos, promover a precariedade, manter um desemprego brutalmente elevado, empobrecer o país e privatizar o sistema de pensões, é a subsistência da Segurança Social que é atacada. Ao cortar pensões e reduzir rendimentos de quem descontou uma vida inteira é o contrato de confiança com estas pessoas que é rasgado.

O BE levantará energicamente as bandeiras de defesa do Estado Social, de uma verdadeira Solidariedade Social, da Escola Pública de excelência e de um SNS que garanta serviços de saúde de qualidade para todos. Será dada atenção à organização e mobilização dos aderentes para isso. O Estado Social é a garantia de uma vida digna e de uma sociedade solidária, com vocação redistributiva.

3.9- Quando o conservadorismo nos bate à porta

A agenda conservadora de uma vida "dentro das possibilidades" está a ser imposta na Europa. Marca o ritmo com um programa claro de empobrecimento, a criação de um Estado assistencialista e o preconceito social. O "pobrezinhos, mas honrados" retira dignidade às pessoas e atenta contra os seus direitos mais básicos.

A outra face da agenda conservadora é o ataque aos direitos e às liberdades. As manifestações contra o casamento entre pessoas do mesmo sexo em França, a criminalização da pobreza na Hungria, a perseguição a imigrantes, a tentativa de referendar a adoção e coadoção por casais do mesmo sexo ou o adiamento da lei sobre a maternidade de substituição em Portugal são disso exemplo.

A extrema-direita não tem o monopólio da perseguição xenófoba, assumida por governos conservadores e social-liberais, como o de Hollande. Exigimos a revogação da Diretiva Europeia do Retorno e a regularização dos mais 5 milhões de imigrantes indocumentados, sujeitos à mais feroz exploração. A proliferação do trabalho forçado, do tráfico humano e da escravatura em pleno século XXI é um novo paradigma de "vale tudo" para obter o lucro máximo que o Bloco combate, em nome dos direitos e da dignidade humana.

O BE luta pelo fim de todas as formas de discriminação e de violência de género. A proibição da adoção por casais do mesmo sexo deve ser revertida. Não deixaremos que ninguém seja afastado da parentalidade pelo preconceito de outros. Não aceitamos o crescimento dos homicídios, violações e agressões com a marca de crimes de género.

A igualdade e o respeito pelos direitos das mulheres é urgente, combatendo pela garantia do direito à maternidade livre de pressões patronais. Vendo os lugares de topo das organizações vemos o que também falta percorrer para se vencer a discriminação de género. Essa é uma prioridade para o BE.

Por outro lado, a pressão ideológica do conservadorismo não nos impedirá de insistir numa agenda anti-racista, anti-homofóbica, anti-machista e anti-conservadora, e em políticas progressistas sobre consumo de drogas leves ou das condições de dignidade do final da vida humana, o que em condições verificadas pode levar à legalização da eutanásia.

3.10- Contra o mofo do sistema, pelo ar limpo de uma democracia plena

O nó institucional foi completamente visível na crise do verão de 2013, onde face à eminente queda do governo, Cavaco colou os cacos e pôs o PS na fotografia de família.

O diagnóstico é o do pântano do sistema dos negócios entre público e privado, do Estado refém dos grandes interesses económicos, do governo sem palavra, do sistema sem compromisso com os cidadãos.

Temos de romper esta barreira com uma crítica radical ao sistema instalado. É essencial valorizar e envolver a cidadania na construção das nossas propostas e programas, resgatando a cidadania. Mas, também, ter um papel ativo na requalificação da democracia, combatendo a corrupção e propondo poderes efetivos de participação e fiscalização aos cidadãos.

O BE rejeita a redução do número de deputados e a criação de círculos uninominais. É um ataque à democracia, ao pluralismo democrático, à participação e à paridade de género. Rejeitamos maiorias de secretaria.

O BE provará que "não são todos iguais", apresentando um programa de choque com a "política instalada", assegurando o protagonismo popular e cidadão. Proporá:

Redução em metade da despesa pública com campanhas eleitorais e partidos;

Exclusividade de funções dos deputados da AR, do PE e das ALR;

Reforço da cidadania:

- Garantia da iniciativa legislativa ou de fiscalização sucessiva abstrata da constitucionalidade por cidadãos pelo mesmo n.º de eleitores necessários para constituir um partido, 7500;
- Introdução do "Recall Election", permitindo a revogação de mandato representativo por voto popular;
- Possibilitar listas de cidadãos para AR, PE e ALR.

Respeito pela paridade de género 50/50 para todas as listas, partidárias ou de cidadãos;

Alargamento do sufrágio aos imigrantes e a maiores de 16 anos;

Extensão do regime de limitação de mandatos;

4- OUTRA VEZ BLOCO

4.1- Recuperar o Bloco, resgatar a confiança

O BE perdeu parte da confiança popular que tinha. As últimas presidenciais foram o início desse processo. Percebe-se que foi indevido o apoio a Manuel Alegre. Quando ele apoiou o OE 2011 colocou o BE indiretamente a apoiar Sócrates. A moção de censura a brincar, em que se pediu à direita para que não derrubasse o governo, foi o segundo momento que levou à perda da confiança.

A linha política incoerente e errática afastou muitas pessoas do BE. Muitos que votaram em nós porque dávamos combate às injustiças e à austeridade, não voltaram a votar. E ainda não conseguimos ganhar a

confiança perdida.

A direção foi titubeante em matérias fundamentais que tinham sido o eixo da discussão na Convenção. Sobre o "Governo de Esquerda" o BE bateu a todas as portas, incluindo à do PS, "sem condições", depois deste ter assinado o T.O.. Sobre o Euro a percepção popular é a de que o BE deu o dito pelo não dito.

A promessa inicial do BE foi a de "nada esperar do PS e não ficar à espera do PCP". A transformação passava pelo BE e dava-lhe a identidade mobilizadora de quem quer juntar forças para vencer o centrão e mudar o panorama político. Essa é a identidade que temos de recuperar!

4.2- Confusão ou desnorte: a política de alianças é o que move a estratégia?

O BE tem que voltar a ter um programa e um caminho próprio. Começar a discussão com a pergunta 'Com quem fazemos alianças?' é abdicar da nossa identidade. Discutir apenas alianças é a escolha de quem já não acredita neste movimento.

O BE deve ter um projeto apontado ao socialismo e inconformado com o rotativismo e a alternância sem alternativa. Mais do que discutirmos alianças temos que discutir linha política para juntar forças.

A nossa política de alianças não pode ser na base da soma de partidos, mas sim no desafio à cidadania e aos que já deixaram de acreditar na política. Só rompendo com os taticismos do jogo partidário conseguiremos recuperar a confiança.

4.3- O sistema partidário realmente existente

A ideia de que existirá um bloco central após as próximas eleições legislativas é um voluntarismo de análise e o abraço do urso sobre a esquerda. Culpa a esquerda pelas escolhas do PS e retira força à vontade transformadora à esquerda.

O PS escolheu livremente o caminho do T.O., da mesma forma que no passado escolheu os PECs e os pacotes de privatizações. O movimento 3D ou o Livre apresentam, no entanto, como projeto a governabilidade com o PS a liderar.

Não obstante o apoio popular ao PS por parte de alguns setores da esquerda com quem devemos

dialogar, é errado desejar que o BE possa adornar um governo *à la Hollande*.

A disponibilidade unitária do PCP é de registar, apesar de se esgotar na CDU. Além disso, há diferenças relevantes entre o BE e o PCP na política e na ideologia. No relacionamento com os movimentos sociais e com as esquerdas, o BE assume a vontade de convergir e aprofundar laços, sem dirigismos ou correias de pensamento. Não branqueamos nenhum regime opressivo, nem absolvemos o regime chinês de exploração, censura e ditadura. Não obstante, há pontes importantes nas lutas contra a austeridade que devem ser reforçadas.

4.4- O Essencial

O T.O. é a barreira entre os que são submissos à ditadura da finança e os que colocam as pessoas no centro da política. Mas não esgota o programa de governação com que a esquerda anticapitalista deve abordar as eleições legislativas.

O BE construirá um programa alternativo de governo que dê resposta às necessidades populares e altere a relação de forças. O caminho é claro:

- a) Desvinculação imediata do T.O.;
- b) Reestruturação da dívida pública rejeitando a dívida ilegítima, nacionalização do setor bancário para uma política de defesa da economia e criação de emprego e desobediência à austeridade europeia;
- c) Nacionalização dos bens comuns privatizados, garantindo o poder público dos setores estratégicos contra a globalização e o combate às rendas parasitárias, criando uma economia para o pleno emprego com direitos;
- d) Reforma fiscal que tribute o capital e que seja um fator de redistribuição de riqueza, baixando os impostos sobre quem vive do seu trabalho;
- e) Defesa da água pública, dos serviços públicos de saúde, educação e proteção social.
- f) Legislação laboral que aumente os níveis salariais e o emprego com direitos;

- g) Criminalização do enriquecimento ilícito de altos cargos do Estado, combate efetivo à corrupção e aos conflitos de interesse, garantindo que os interesses públicos deixem de ser reféns de interesses privados;
- h) Saída de Portugal da NATO, lutando pelo fim dos blocos militares para uma política de paz e democracia.

4.5 - Novo modelo de desenvolvimento: ecossocialismo ou barbárie

O ataque desenfreado aos recursos naturais e a consequente destruição ambiental são condições da existência do capitalismo. Por causa dessa voragem, a crise ecológica afeta a vida de uma larga maioria da população e coloca em risco ecossistemas completos.

Em Portugal, as garras do capital afiaram-se para a privatização do mar e a facilitação para a apropriação privada dos recursos naturais. O novo impulso para a extração mineira e o prenúncio da introdução do *fracking* são provas de um país a saque.

Rejeitamos este caminho, exigindo um planeamento urbanístico livre dos interesses especuladores e a reconversão de todo o modelo produtivo, combatendo o desperdício e orientando-o para a reutilização de bens, com primazia à utilização de energia renovável.

É preciso também defender e reforçar os direitos dos animais, desenvolvendo um novo conceito jurídico e criando uma sociedade para o séc. XXI onde o sofrimento animal não seja entretenimento e o abandono e os maus tratos não sejam tolerados.

4.6- Democratizar e organizar para crescer

O BE tem de dar novos passos para mais democracia interna, garantindo direitos iguais a todos os aderentes e que o BE nunca fique refém de tendências ou correntes.

Têm permanecido práticas dirigistas e centralizadoras, tal como um défice de envolvimento dos aderentes. Muitas vezes sabe-se mais pelos jornais do que pelo BE. É inaceitável, é preciso respeito pelos aderentes e pelos órgãos locais.

A experiência de coordenação com dois rostos,

um modelo possível entre outros, não provou na aceitação popular. Parece ser mais adequado seguir referências como o Syriza ou o PEE. Apresentaremos o modelo de uma pessoa na coordenação, sendo indicado para esta tarefa o primeiro nome da lista à MN.

Na II Conf. Nac. de Organização fizemos avanços nos quais nos empenharemos. Mas, é preciso ir mais além na nossa construção democrática:

- a) **Proporcionalidade na Comissão Política:** Deve ser respeitada na composição da CP a proporcionalidade dos resultados de cada Moção na Convenção.
- b) **Paridade a 50% nas listas à MN e CP:** Defenderemos a obrigatoriedade de paridade total na MN e CP.
- c) **Recuperação do espaço jovem do BE:** Potenciar a participação dos jovens no BE eliminando a segregação entre estudantes e não estudantes, fomentando o seu envolvimento nas estruturas e impulsionando a sua criatividade e sentido crítico.
- d) **Mais força às Assembleias Distritais de Aderentes:** Direito de recurso das Assembleias Distritais da decisão da MN sobre as listas de candidatos às eleições legislativas.
- e) **Mais força aos aderentes:** Todas as Assembleias devem poder ser convocadas por 10% dos aderentes, com um mínimo de 15 aderentes.
- f) **Referendos internos:** A MN terá poder para convocar referendos internos. Esse direito também é dos aderentes, quando representem pelo menos 10% do universo total de aderentes. Até que seja realizada a atualização de cadernos, 500 aderentes têm poder para convocar referendos internos.
- g) **Referendo para a definição do apoio nas presidenciais:** Todos os aderentes devem ser chamados a opinar sobre o apoio partidário nas presidenciais.
- h) **Atualização periódica dos cadernos**

eleitorais: A cada 5 anos será realizada uma atualização dos cadernos, procedendo ao contacto de aderentes que se tenham afastado, tentando recuperar laços e revogando o vínculo daqueles que assim o desejem.

- i) **Mais informação:** Serão realizadas e disponibilizadas aos e às aderentes minutas das reuniões da CP. A MN deve realizar reuniões por todo o BE para discussão dos documentos aprovados em cada reunião.
- j) **Mais envolvimento:** criaremos mecanismos de troca de informação entre a ação parlamentar, autárquica e setorial do BE, potenciando a ação em cada um destes espaços e o envolvimento dos e das aderentes.

PROMOTORES

Pedro Filipe Soares, 2861, Aveiro
 Alberto Matos, 1542, Beja
 Alexandra Ribeiro, 8082, Porto
 António Lima, 1303, Braga
 Catarina Vieira, 306, Viseu
 Cristina Semblano, 2809, Europa
 Francisco Alves, 1107, Lisboa
 Helena Pinto, 659, Santarém
 Humberto Silveira, 4094, Lisboa
 Inês Avelãs Nunes, 10051, Coimbra
 Joana Mortágua, 3772, Setúbal
 João Meneses da Costa, 3802, Madeira
 João Manuel Vasconcelos, 1508, Algarve
 José Manuel Machado de Castro, 333, Porto
 Júlia Pereira, 8834, Setúbal
 Luís Fazenda, 1685, Lisboa
 Luís Filipe Pereira, 543, Setúbal
 Marcos Viegas Quitério, 7471, Algarve
 Mariana Aiveca, 241, Setúbal
 Nuno Meira, 10529, Setúbal
 Rui Costa, 8668, Lisboa
 Rute Simão, 6977, Castelo Branco
 Sandra Cunha, 487, Setúbal
 Sara Schuh, 9088, Lisboa
 Zuraida Soares, 3884, Açores

SUBSCRITORES

Adelaide Almeida, 5500, Loures
 Adelaide Lurdes Oliveira, 4854, Vila Nova de Gaia
 Adélia Armada Correia Rodrigues, 10316, Portalegre
 Adelina da Conceição Gasalho Roque, 8182, Portalegre
 Adelino António Pereira Coelho, 797, Castro Verde
 Adelino Pinto Costa, 336, Porto
 Adelino Rodrigues Cardoso, 3664, Portalegre
 Adolfo Torres, 6980, Almada
 Adriano Luís Mendes Teixeira de Sousa, 9821, Valongo
 Agostinha Dias, 4761, Loures
 Agostinho Nuno Lopes Caturna, 5627, Gondomar
 Aida Silva, 10897, Castelo de Paiva
 Alberto Ferreira dos Santos, 10385, Paredes
 Aldina Barbado, 4560, Santa Maria da Feira
 Alexander Santos, 7420, Aveiro
 Alexandra Costa, 10752, Guimarães
 Alexandra Manes, 8765, Terceira
 Alexandre José Pires, 9868, Oeiras
 Alexandre Miguel Rodrigues Ferreira da Silva, 8548, Braga
 Alexandre Palminha, 5463, Almada
 Alice Tristany, 3911, Vila Real de Santo António
 Almerinda Bento, 529, Seixal
 Álvaro Soares, 841, Setúbal
 Amadeu Oliveira, 4695, Santa Maria da Feira
 Amadeu Peralta, 5908, Aveiro
 Amândio Taveira, 598, Lisboa
 Amélia Alexandra Pereira Ribeiro, 10408, Gondomar
 Américo Pinto, 6636, Santa Maria da Feira
 Américo Rego, 284, Almada
 Ana Afoito, 1328, Santarém
 Ana Bela Paixão, 4920, Torres Novas
 Ana Catarina, 2069, Santarém
 Ana Catarina Machado, 5557, Lisboa
 Ana Catarina Santos, 9885, Gondomar
 Ana Cristina Correia Ferreira, 8313, Almodôvar
 Ana Filipa Beirão Isidoro, 6481, Portalegre
 Ana Filipa Castro, 10885, Aveiro
 Ana Filipe, 3700, Santarém
 Ana Gaudino, 7132, Lisboa
 Ana Luzia Cruz, 9084, Anadia
 Ana Maria Bica Rolo Cardoso, 5547, Portalegre
 Ana Maria Caldeira, 10647, S. Miguel
 Ana Maria Couto, 5918, Santa Maria da Feira
 Ana Maria de Miranda Nazaré Loureiro, 8792, Odemira

Ana Maria Fidalgo Ferreira, 7505, Gondomar
 Ana Maria Pereira, 9636, Santa Maria da Feira
 Ana Maria Salvado dos Santos, 1608, Lisboa
 Ana Moraes, 9589, Coimbra
 Ana Parracho, 10395, Aveiro
 Ana Paula Almeida da Costa, 7290, Beja
 Ana Paula Braga, 10635, Santa Maria
 Ana Paula Ribeiro Aboim Gomes, 3552, Oeiras
 Ana Paula Saraiva, 6026, Santa Maria da Feira
 Ana Rita Esteves, 4700, Almada
 Ana Rita Rodrigues, 3157, Viseu
 Ana Rosa Ferro Francisco, 9910, Oeiras
 Ana Sara Vinhas, 10035, Aveiro
 Ana Sofia Cabral, 10534, Santa Maria
 Ana Sofia Capote, 4936, Seixal
 Ana Sofia Marques, 4995, Almada
 Anabela Mangas, 4993, Almada
 Anabela Sá, 6080, Santa Maria da Feira
 André Costa Neves, 6191, Maia
 André Lucas, 10799, Benavente
 André Pacheco Moreira, 8226, Vila Real
 André Pinto, 6079, Santa Maria da Feira
 André Pita, 5002, Almada
 André Prata, 6519, Aveiro
 André Santos, 9954, Santa Maria da Feira
 Andreia Fernandes, 10107, Vila Real de Santo António
 Ângela Maria Gonçalves, 9258, Almada
 Aníbal dos Santos Almeida, 8645, Lagoa
 Aníbal Ferreira Ramos, 294, Amadora
 Anídio Costa, 4668, S. João da Madeira
 Anselmo Batista, 10562, Espinho
 Antónia Nascimento, 6065, S. João da Madeira
 António Abreu, 3503, Peniche
 António Alberto Neto, 6630, Aveiro
 António Alexandre Simão Hilário Baião, 1438, Beja
 António Almeida Pinho de Assis, 1368, Viseu
 António Andrade, 10354, Espinho
 António Cordeiro, 1393, Seixal
 António Correia, 6029, Santa Maria da Feira
 António Cruz, 9083, Anadia
 António da Silva, 1762, Braga
 António Dordio Duarte, 5684, Azambuja
 António Does, 211, Moita
 António Ferreira Marinho, 341, Matosinhos
 António Gil da Silva Cucu, 9690, Coimbra
 António Gomes, 1353, Torres Novas

António João Loureiro Amaro, 979, Viseu
 António José da Ascensão Esquetim, 5093, Portalegre
 António José Martins Guerreiro, 2150, Almodôvar
 António José Silva Baião, 293, Loures
 António Júlio da Silva Carvalho, 9012, Gondomar
 António Lima, 9362, S. Miguel
 António Martins, 2188, Vila Real de Santo António
 António Nobre, 530, Grândola
 António Olímpio Catatão, 5199, S. Pedro do Sul
 António Oliveira, 6573, Montijo
 António Pedro Soares, 10949, Sintra
 António Ribeiro Teixeira, 326, Penafiel
 António Sá, 1326, Santarém
 António Santos, 8517, Palmela
 António Silva, 3926, Lisboa
 António Sousa, 204, Alcobaça
 António Sousa Marques, 1354, Torres Novas
 António Teixeira, 1390, Seixal
 António Tomás Rodrigues, 7637, Vila Real de Santo António
 António Torres, 8606, Santa Maria da Feira
 António Veríssimo Serra, 9929, Chamusca
 Arlindo Barbosa, 6058, Oliveira de Azeméis
 Arlindo Pereira, 5381, Almada
 Armando Costa, 134, Porto
 Arménio Paiva, 10932, Palmela
 Arminda Martins, 5521, Almada
 Arnaldo Sarroeira, 269, Caldas da Rainha
 Artur Barbosa Faria, 4052, Vila Nova de Gaia
 Artur Manuel da Rosa Cardoso, 5548, Portalegre
 Artur Manuel da Silva Ramos, 6295, Gondomar
 Artur Ribeiro Carvalho, 4459, Vila Nova de Gaia
 Artur Santos Pinto, 1610, Lisboa
 Augusta Cordeiro, 10931, Palmela
 Augusto Pinto, 4730, Espinho
 Avelino Carrasqueira, 10399, Montijo
 Baltasar Fernando Barros Duarte, 5078, Porto
 Baltazar Taful, 8442, Torres Novas
 Bárbara Bica, 10722, Almada
 Bárbara Lopes Veiga, 8386, Porto
 Bárbara Soares de Oliveira e Sá, 3139, Viseu
 Belmira Ferreira, 4559, S. João da Madeira
 Benjamin de Sousa Vilela, 8259, Matosinhos
 Bento Anastácio, 10014, Évora
 Bernardino José Rodrigues Guia, 2383, Silves
 Berta Frazão, 4731, Espinho

Berta Maria Branco Terra, 4326, Faial
Bruno Barata, 9931, Chamusca
Bruno Cardoso, 10570, Santa Maria da Feira
Bruno Couto, 5917, Santa Maria da Feira
Bruno Filipe Pires, 9870, Oeiras
Bruno Góis, 4521, Santarém
Bruno Lourinho, 7673, Portimão
Bruno Miguel Alves Pacheco, 9323, Gondomar
Bruno Miguel Leite Ribeiro, 10410, Gondomar
Bruno Ribeiro, 10345, S. João da Madeira
Bruno Soares, 4342, Aveiro
Camilo Couto, 4692, Santa Maria da Feira
Cândido Jacinto Martins Pimpão, 958, Évora
Carla Cerqueira, 4988, Palmela
Carla Couto, 5972, Santa Maria da Feira
Carla Elisabete Carvalhais Vilela, 5692, Porto
Carla Lima, 10220, Ílhavo
Carla Maria Moreira da Silva, 10669, Marco de Canavezes
Carla Marques, 9881, Aveiro
Carla Mateus, 10614, Santa Maria da Feira
Carla Sá, 6098, Santa Maria da Feira
Carlos Alberto Aires Lage, 10282, Portalegre
Carlos Alberto Candeias Correia, 6374, Barreiro
Carlos Alberto Couto Esteves Almeida, 2390, Viseu
Carlos Alberto Cruz, 4940, Almada
Carlos Alberto da Silva Veiros, 698, Ovar
Carlos Alberto Vieira e Castro Rodrigues, 121, Viseu
Carlos Branco, 9722, Setúbal
Carlos Caldeira, 9786, S. Miguel
Carlos da Silva Lopes, 3183, Viseu
Carlos Daniel Pacheco, 4026, Ovar
Carlos Fernandes, 6697, Santa Maria da Feira
Carlos Fialho, 5001, Almada
Carlos Guedes, 6979, Almada
Carlos Guinote, 575, Palmela
Carlos Jesus, 10884, Aveiro
Carlos Liberal, 8699, Santa Maria da Feira
Carlos Lima, 10353, Espinho
Carlos Manuel Lopes da Cunha, 8252, Vila Nova de Gaia
Carlos Miguel da Silva Marcelo Rodrigues, 2501, Serpa
Carlos Miranda, 8284, Oliveira do Bairro
Carlos Oliveira, 9199, Palmela
Carlos Pinho, 538, Almada
Carlos Silva, 1095, Lisboa
Carlos Sobral, 528, Santiago do Cacém
Carlos Solposto, 302, Lisboa
Carlos Valente, 10705, Serpa
Carmen Mafra, 7549, Moita
Carolina Saraiva Poupinha, 5556, Lisboa
Casimiro Oliveira, 9999, Porto
Catarina Isabel Roque Bouçós, 10289, Oeiras
Catarina Moura, 3701, Torres Novas
Catarina Oliveira, 6764, Lisboa
Cátia Alexandra Carvalho Nóvoa, 4862, Porto
Cátia Alves, 10691, Santarém
Cátia Faro, 10486, Santa Maria
Cátia Ferreira, 9016, Aveiro
Cecília Macau, 10585, Palmela
Celestina Sousa, 10923, Seixal
Celestino Gregório, 226, Barreiro
Célia Barroca, 1332, Torres Novas
Célia Jesus, 7811, Almeirim
Célia Lopes, 5955, Palmela
Célia Maria Alfarroba da Silva, 5714, Portimão
Celme Tavares, 6666, Aveiro
César Silva, 3520, Loures
Céu Fazenda, 434, Lisboa
Céu Pereira, 4732, Espinho
Cidália Ramos, 6066, S. João da Madeira
Cíntia Filipa Tomás Silva Costa Cardoso, 8170, Lisboa
Cipriano Pisco, 799, Montijo
Cláudia Ribeiro, 7379, Oliveira de Azeméis
Constantino Alexandre, 3921, Vila Real de Santo António
Cristina Alexandra Azevedo Marinho, 4071, Matosinhos
Cristina Nunes, 10654, S. João da Madeira
Cristina Santos, 5920, Santa Maria da Feira
Cristina Sousa, 5978, Espinho
Custódio Sá, 9638, Santa Maria da Feira
Daniel Cabral, 8704, Santa Maria
Daniel Claro, 1336, Azambuja
Daniel Ferreira, 9363, S. Miguel
Daniel Landureza, 8476, Oliveira de Azeméis
Daniel Silva, 10837, Coimbra
Daniel Silva, 10838, S. João da Madeira
Daniel Teixeira Jambay, 10591, Porto
Daniela Gomes, 9686, Santa Maria da Feira
David Cláudio Messias da Silva Argel, 1424, Beja
David Mariano, 10036, Aveiro
Davide José Borges da Costa, 4633, Gondomar
Delfina Fernanda da Silva Vieira, 4864, Gondomar

Delfina Janeiro, 4773, Palmela
 Deolinda Romba, 3229, Almada
 Deonilde Silva, 1180, Palmela
 Dinis Pinto, 4176, Espinho
 Diogo Barbosa, 5265, Coimbra
 Diogo Ferreira, 10120, Ílhavo
 Diogo Filipe da Silva Mestre, 9694, Ponte de Sor
 Diogo Pedro, 10398, Almada
 Donatília Fragolo, 10542, Palmela
 Duarte Arsénio, 6146, Chamusca
 Duarte Barros, 10351, Santa Maria da Feira
 Duarte Cavalinhos, 821, Seixal
 Durval Soares, 1384, Seixal
 Edgar Sousa, 10950, Seixal
 Edmundo Ferreira Marques, 1287, Viseu
 Eduarda Monteiro, 1094, Lisboa
 Eduarda Paim, 10038, S. Miguel
 Eduarda Ribeiro, 6559, Almada
 Eduardo de Jesus Álvaro, 3136, Viseu
 Eduardo Mateus Lopes, 721, Lisboa
 Eduardo Pinheiro, 4690, Santa Maria da Feira
 Eduardo Pinho Miguel, 5702, Portimão
 Elisabete Lopes, 10576, Santa Maria da Feira
 Elísio Silva, 1711, Espinho
 Elsa Maria Romão São João, 3661, Portalegre
 Elvira Rego, 547, Almada
 Emília Simões, 5471, Azambuja
 Esmeralda Melo, 10881, Aveiro
 Esmeralda Oliveira, 5003, Almada
 Eva Braga, 105, S. João da Madeira
 Eva Farinha, 4245, Sertã
 Evangelista Xavier Guerreiro Madeira, 1439, Beja
 Fabian Filipe Figueiredo, 5232, Lisboa
 Fábio Resende, 8395, Santa Maria da Feira
 Fábio Sequeira (Yuri), 8331, Alfândega da Fé
 Fátima Dina Silva Almeida, 3135, Viseu
 Fátima Marras, 6467, Almada
 Fausto d Alva, 10230, Almada
 Fernanda Ferreira, 6046, Santa Maria da Feira
 Fernando Artur Moura Macedo, 9148, Vila Nova de Gaia
 Fernando Barbosa, 7105, Valongo
 Fernando Cruz, 1194, Almada
 Fernando Dias Pires, 3513, Nazaré
 Fernando Figueira, 1106, Sintra
 Fernando José Pereira, 3186, Viseu
 Fernando Martins Marques, 951, Matosinhos
 Fernando Moreira, 6816, Viseu
 Fernando Sequeira, 1077, Moita
 Fernando Sousa, 106, Santa Maria da Feira
 Filipa Cruz, 4701, Almada
 Filipa Filipe, 6247, Santarém
 Filipa Menezes de Carvalho, 10939, Santarém
 Filipa Pinheiro, 10807, Aveiro
 Filipe Ernesto de Sousa Silva, 10324, Gondomar
 Filipe Manuel Gonçalves dos Santos, 8312, Almodôvar
 Filipe Oliveira, 9955, Santa Maria da Feira
 Filipe Santos, 4688, Santa Maria da Feira
 Filomena Cunha, 5922, Santa Maria da Feira
 Firmino Amendoeira, 5475, Azambuja
 Florence Figueiredo, 6106, Santa Maria da Feira
 Florival Cordeiro, 2232, Cascais
 Francisco Amorim Santos Batista, 1235, Maia
 Francisco Botelho Matos, 10621, Caldas da Rainha
 Francisco Cordeiro, 7658, Santarém
 Francisco José, 4052, Maia
 Francisco Luís Mocinha Castelo, 7904, Elvas
 Francisco Manuel Capela Fialho, 4579, Beja
 Francisco Manuel Morgado Gargate da Silva, 10420, Campo Maior
 Francisco Manuel Pinto Gomes, 8424, Porto
 Francisco Matos, 10883, Aveiro
 Francisco Morais, 9122, Seixal
 Francisco Pisco, 10947, Montijo
 Francisco Zambujo, 4513, S. Miguel
 Frederico Ferreira, 4933, Seixal
 Gertrudes Lopes, 4990, Palmela
 Gilberto Nifrário, 4301, Sesimbra
 Gilberto Venâncio, 4597, Portalegre
 Gilda Maria Sancho Gil, 10673, Olhão
 Gina Alice Esteves Quental Mateus, 8781, Beja
 Gonçalo Augusto Gonçalves Mota, 10657, Matosinhos
 Gonçalo Cabral Ferreira, 8568, Porto
 Gonçalo Ferrão, 9656, Cascais
 Gonçalo Silva, 10728, Loures
 Graça Teixeira Jambay, 10447, Porto
 Guida Maria de Jesus Ascensão, 795, Serpa
 Heitor Carvalho, 2556, S. João da Madeira
 Heitor Nereu, 10540, Torres Novas
 Hélder Manuel da Silva, 10367, Faial
 Hélder Manuel Monteiro, 2175, Lisboa
 Hélder Silva, 9660, Santa Maria da Feira
 Helena Cabral, 9823, Santa Maria

Helena Oliveira, 548, Almada
Helena Oliveira, 4557, S. João da Madeira
Heloísa Almeida, 10893, Aveiro
Henrique Daniel Silva, 10294, Porto
Homero Parente, 4981, Torres Novas
Hugo Meireles, 2859, S. João da Madeira
Hugo Silva, 4686, Santa Maria da Feira
Humberto Cálix, 10173, Espinho
Ilda Maria Cochicho da Avó, 4114, Barreiro
Ilda Mendonça, 7820, Terceira
Inês Bom, 10414, Almada
Inês Costa Oliveira, 6182, Porto
Inês Maria Vasconcelos, 5716, Portimão
Inês Mendes, 9933, Chamusca
Inês Oliveira e Sá, 3848, S. Miguel
Inês Patrício, 7033, Aveiro
Inês Pereira, 10573, Santa Maria da Feira
Inês Vieira da Silva, 10857, Maia
Iris Manuel, 9927, Coimbra
Isabel Alexandra Almeida, 10917, Lisboa
Isabel Maria Esteves dos Santos, 9673, Viseu
Isabel Matos, 9512, Aveiro
Isabel Pereira, 1197, Almada
Isabel Pires, 6734, Lisboa
Isidro Manuel Miranda Soares, 358, Porto
Ivar Corceiro, 5893, Aveiro
Iveta Rosário, 8874, Olhão
Ivo Angélico, 8468, Aveiro
Ivo Cosme, 6078, Santa Maria da Feira
Ivo Lebre, 10301, Almada
Izabel Silva, 10349, Espinho
Jacinto Moreira, 4340, Santa Maria da Feira
Jaime Manuel Carneiro Salvadinho, 796, Serpa
Jaime Mestre, 831, Palmela
Jerónimo Dias, 10561, Aveiro
Joana Caetano, 8947, Santa Maria da Feira
Joana Ferreira, 4943, Almada
Joana Filipa da Silva, 5626, Gondomar
Joana Lobo, 5048, Almada
João Afonso, 519, Santiago do Cacém
João Almeida Lopes, 9872, Oeiras
João Alves, 828, Palmela
João Beles, 1592, Sesimbra
João Caetano, 10352, Santa Maria da Feira
João Campos Rodrigues, 10538, Lisboa
João Catarino, 9023, Aveiro
João Clara e Silva, 2986, Barreiro
João Costa, 553, Almada
João Dias, 6632, Aveiro
João Eduardo Natário Bagina, 4593, Portalegre
João Elviro Matilde da Silva, 2747, Sintra
João Fidalgo, 10916, Almada
João Figueira, 10182, Aveiro
João Francisco Carvalho Neto, 10871, Viseu
João Francisco Reguina Faria Simões, 7704, Campo Maior
João Joaquim Monteiro Damas, 5630, Vila Nova de Gaia
João Leitão, 10393, Almada
João Manso, 1986, Almada
João Manuel da Fonseca Cordeiro, 5622, Porto
João Manuel Silva, 4110, Seixal
João Neves, 10551, Santa Maria da Feira
João Oliveira, 10346, Oliveira de Azeméis
João Paulo Aires Lage, 9252, Portalegre
João Paulo Carvalho, 4236, Lisboa
João Paulo Gomes, 3099, Oeiras
João Paulo Magalhães, 4683, Santa Maria da Feira
João Pedro Prates de Oliveira, 9659, Ponte de Sor
João Pedro Soares Rodrigues, 3127, Viseu
João Pereira, 1335, Santarém
João Ribeiro, 10477, Seixal
João Santos, 10253, Ovar
João Simão, 9269, Aveiro
João Sousa, 5299, S. Miguel
João Vieira, 4720, S. João da Madeira
Joaquim Balhé da Silva, 839, Palmela
Joaquim Batista Afonso, 9498, Almada
Joaquim Coelho, 6031, Santa Maria da Feira
Joaquim da Silva Ramos, 3197, Nelas
Joaquim Dias, 640, Santa Maria da Feira
Joaquim dos Santos Moreira, 320, Gondomar
Joaquim Fernando Moacho Branquinho, 10247, Campo Maior
Joaquim José Dias, 4602, Oeiras
Joaquim Lobo, 10483, Faial
Joaquim Machado, 1775, Seixal
Joaquim Maria Silva Rodrigues, 2619, Odemira
Joaquim Merca, 2932, Seixal
Joaquim Pereira, 6294, Matosinhos
Joaquim Rocha, 9640, Santa Maria da Feira
Joaquim Santos, 5968, Santa Maria da Feira

Joaquim Silva, 2609, Santa Maria da Feira
 Joaquina Mil-Homens, 2865, Seixal
 Joel Francisco Pontes Oliveira, 1238, Porto
 Joel Mendonça, 9265, Terceira
 Jorge Afonso, 102, Aveiro
 Jorge Batista da Silva, 4147, Seixal
 Jorge Cardoso, 10806, Aveiro
 Jorge Cruz, 10895, Aveiro
 Jorge Emanuel Oliveira da Luz Ribeiro dos Santos, 7882, Maia
 Jorge Gomes (Juca), 1103, Sintra
 Jorge Gonçalves, 562, Almada
 Jorge Magalhães, 4458, Vila Nova de Gaia
 Jorge Manuel Albano da Encarnação Ramos, 8646, Lagoa
 Jorge Manuel Henriques, 7014, Lisboa
 Jorge Manuel Inácio Durão, 10315, Portalegre
 Jorge Manuel Vieira da Silva, 9733, Porto
 Jorge Martins, 8625, Alandroal
 Jorge Moleirinho, 10601, Évora
 Jorge Oliveira da Cunha, 1290, Viseu
 Jorge Ribeiro, 6521, Santa Maria da Feira
 Jorge Santana, 4900, Santiago do Cacém
 José António, 518, Santiago do Cacém
 José António Almeida, 10918, Lisboa
 José António Coxilha Baião, 3783, Beja
 José António Fragoso, 8531, Chamusca
 José António Pedras, 10774, Braga
 José António Rocha, 4994, Almada
 José António Santos, 4860, Coimbra
 José Augusto Cardoso Pinho, 6932, Porto
 José Bilro, 570, Setúbal
 José Carlos Afonso e Silva, 3158, Viseu
 José Carlos da Conceição Dias, 987, Viseu
 José Carlos Soares, 10357, Campo Maior
 José Carreira, 2758, S. Miguel
 José Cascalho, 3801, Terceira
 José Coelho, 6811, Santa Maria da Feira
 José David Fernandes Geraldo, 1783, Ourique
 José Dias, 5726, Braga
 José Ferreira, 2585, Matosinhos
 José Filipe Sousa, 1333, Santarém
 José Filipe Sousa, 7523, Santa Maria da Feira
 José Franco, 5501, Loures
 José Goncalves, 10569, Santa Maria da Feira
 José Guedes, 5225, Santa Maria da Feira
 José Inácio Carapinha, 5511, Moita
 José Joaquim Simão, 8752, Condeixa-a-Nova
 José Luís Catalina Martins, 10239, Campo Maior
 José Luís da Silva, 1373, Almada
 José Manuel da Silva Terreiro, 6333, Sintra
 José Manuel Domingos, 9554, Castro Marim
 José Manuel Guerreiro, 8357, Odemira
 José Manuel Jesus, 8112, Santa Maria da Feira
 José Manuel Martins, 220, Almada
 José Manuel Panóias, 1188, Palmela
 José Manuel Sacramento Zacarias, 794, Odemira
 José Manuel Semedo Basso, 10028, Portalegre
 José Maria dos Santos Matias, 9732, Silves
 José Maria Fernandes, 4581, Portalegre
 José Mário Oliveira, 6059, Oliveira de Azeméis
 José Mendes, 6645, Palmela
 José Pedro Costa, 7077, Oliveira de Azeméis
 José Pedro Fernandes e Oliveira, 8293, Beja
 José Peixoto, 5520, Almada
 José Pinheiro, 8480, Benavente
 José Rodrigues Coelho, 9642, Santa Maria da Feira
 José Silva, 4677, Santa Maria da Feira
 José Veia, 2359, Vila Real de Santo António
 José Videira, 8692, Viseu
 Júlia Correia, 10914, Aveiro
 Juliana Marques, 10828, Espinho
 Julieta Rocha, 1191, Almada
 Laura Alves Diogo, 9191, Lisboa
 Laura Dias, 5727, Braga
 Leonardo Torres, 5906, Coimbra
 Leonel Rato, 10693, Santarém
 Leyla Marras Timuroglu, 9292, Almada
 Lia Armandina Sá Paulo Ribeiro, 8483, Torres Novas
 Lia Ribeiro, 8483, Torres Novas
 Lídia Costa, 1245, Porto
 Lídia Godinho, 2349, Almada
 Lídia Maria da Silva Ribeiro, 10746, Vila Nova de Gaia
 Lídia Meireles, 6076, S. João da Madeira
 Liliana Marques, 10827, Espinho
 Lina Duarte, 4476, Santarém
 Lourenço Gomes, 1457, Viseu
 Lúcia Arruda, 3863, S. Miguel
 Lúcia Carina Gonçalves Ruivinho, 10422, Oeiras
 Lúcia Mendes, 6145, Torres Novas
 Luciana Carvalho, 10564, Espinho
 Lucília Loureiro, 9825, Viseu
 Luís Alberto Prates, 10453, Sesimbra

Luís Bernardino, 9341, Almada
Luís Bernardo, 10606, Tavira
Luís Carlos Alves Costa, 9869, Oeiras
Luís Carlos Brum, 3864, S. Miguel
Luís Catarino, 10888, Aveiro
Luís Costa, 4022, Faro
Luís Couto, 8707, Santa Maria
Luís Daniel Nunes Silva, 4879, Vila Nova de Gaia
Luís Miguel Batista Torrão, 9911, Oeiras
Luís Oliveira, 7299, Ílhavo
Luís Resendes, 4264, Seixal
Luís Sá, 4314, Santa Maria da Feira
Luís Serrafo Roque, 10940, Santarém
Luís Valentim Pereira Monteiro, 6793, Vila Nova de Gaia
Luísa Emanuela Ferreira de Carvalho, 10778, Gondomar
Luísa Maria Teixeira, 750, Seixal
Luísa Silva Gomes, 10592, Vila Nova de Gaia
Luiz Carlos Almeida de Araújo, 10873, Viseu
Luz Celeste Vieira Amorim, 1246, Maia
Mafalda Mota, 10568, Santa Maria da Feira
Manuel Alves, 6814, Santa Maria da Feira
Manuel António da Silva Neves, 10686, Oeiras
Manuel António Mendes Martins, 3059, Almodôvar
Manuel Branco, 6810, Santa Maria da Feira
Manuel Carlos Murcela Gaita, 10343, Campo Maior
Manuel Faustino Grilo Santos, 9838, Gondomar
Manuel José Pereira, 5522, Almada
Manuel Lima, 4697, Oliveira de Azeméis
Manuel Pacheco Pereira, 10759, Santa Maria
Manuel Perfeito S. Moreira da Silva, 317, Gondomar
Manuel Rocha, 6815, Santa Maria da Feira
Manuel Sabino, 586, Barreiro
Manuel Silvestre, 667, Loures
Manuela Pinho, 5904, Santa Maria da Feira
Manuela Vilares, 10176, Espinho
Mara Fernanda Teixeira Carvalho, 5641, Vila Nova de Gaia
Marcelino Sousa Nogueira, 7494, Gondomar
Marcelo Andrade, 10840, Santa Maria da Feira
Márcia Rodrigues, 10185, Aveiro
Márcia Sofia Estalagem Cruz, 10204, Campo Maior
Marco Lopes, 9882, Aveiro
Marco Paulo Rodrigues Gonçalves Pereira, 9360, Portimão
Margarida Fernanda G. Ribeiro, 373, Porto
Margarida Rosa Carvalhais Vilela, 5691, Matosinhos
Margarida Simão, 8755, Condeixa-a-Nova
Maria Adosinda Bogas, 1190, Palmela
Maria Albertina Serpa, 10701, Faial
Maria Antónia Paiva P. Santos, 10092, Porto
Maria Assunção Pedro, 4997, Almada
Maria Branco, 9635, Santa Maria da Feira
Maria Celeste Rodrigues dos Santos, 10577, Vila Real de Santo António
Maria Celeste Sanona, 10633, Santa Maria
Maria Clara Oliveira, 9839, Almada
Maria da Conceição Gomes, 4742, Castelo de Paiva
Maria da Conceição Oliveira, 5877, S. João da Madeira
Maria da Conceição Silva, 4776, Seixal
Maria da Conceição Sousa Peralta, 6440, Lisboa
Maria da Graça Meireles, 6526, S. João da Madeira
Maria da Graça Rodrigues da Silva Pestana, 10290, Oeiras
Maria da Luz Gonçalves Louro, 8428, Portalegre
Maria da Luz Lemos, 9708, Matosinhos
Maria de Fátima Silva, 5733, Braga
Maria de Fátima Vilares Pereira dos Santos Pinheiro, 713, Oeiras
Maria de Lurdes Sousa Domingues, 382, Porto
Maria do Carmo Rodrigues Pires da Silva, 6132, Cascais
Maria do Céu M. de Paiva Silva, 5533, Maia
Maria Dores Vale Costa, 6180, Maia
Maria Eduarda Faria, 566, Palmela
Maria Feliciano Mota, 4612, Sesimbra
Maria Fernanda Jerónimo, 9934, Chamusca
Maria Fernanda Machado, 5558, Lisboa
Maria Fernanda Martins, 5000, Almada
Maria Fernanda Teixeira, 1253, Matosinhos
Maria Flora Pires Pereira da Silva, 2754, Sintra
Maria Germana Frasão Silveira Carvalho, 3930, Nisa
Maria Gil Branco, 1072, Lisboa
Maria Helena Nunes, 1193, Almada
Maria Henriques, 6061, Oliveira de Azeméis
Maria Isabel Castro, 3152, Viseu
Maria Isabel Nogueira Roque, 5042, Oeiras
Maria Isolete Silva Veiros Valente, 4828, Ovar
Maria João Cardoso Costa da Silva, 10240, Campo Maior
Maria João de Faria Peixoto e Sousa Barbosa, 7030, Braga
Maria João Lopes, 9195, Espinho
Maria João Matos Rodrigues Macedo, 4265, Vila Nova de Gaia
Maria João Melo, 10941, Lisboa
Maria João Santos, 4986, Palmela

Maria José da Rosa Francisco Cardoso, 5549, Portalegre
 Maria José Ganhão, 2222, Moita
 Maria José Pacheco Gonçalves, 8083, Portalegre
 Maria Laranjeira, 8511, Vila Real de Santo António
 Maria Luísa Anselmo, 1396, Silves
 Maria Luísa F. Magalhães Oliveira, 381, Maia
 Maria Manuela Gomes, 5674, Almada
 Maria Manuela Mendes Louro, 10283, Portalegre
 Maria Margarida Oliveira, 2353, Almada
 Maria Margarida Rocha, 2245, Palmela
 Maria Nazaré Carvalhais Nóvoa, 5624, Porto
 Maria Odete Pires, 10584, Palmela
 Maria Rosa Capote, 4930, Seixal
 Maria Rosa Dias, 10391, Portimão
 Maria Salgado, 3532, Porto
 Maria Sousa Paiva Albuquerque, 10741, Viseu
 Maria Teresa Pereira da Silva, 6931, Matosinhos
 Maria Teresa Rodrigues Leitão, 2025, Cascais
 Maria Vitória O. Patrício dos Santos, 9886, Gondomar
 Mariana de Sousa Claudino, 3759, Beja
 Mariana João Santos, 10784, Santarém
 Mariette Martinho, 8449, Loulé
 Marilisa Crespo, 9217, Estremoz
 Marina Ramos da Silva, 5066, Setúbal
 Mário Antunes, 10887, Aveiro
 Mário Costa, 10709, Santa Maria da Feira
 Mário Durval, 583, Barreiro
 Mário Fernando Ascenso de Matos, 6592, Vila Real de Santo António
 Mário Manuel de Oliveira Caetano, 10681, Beja
 Mário Moniz, 3797, Faial
 Joaquina Maria Rosa Lourenço, 9138, Portimão
 Mário dos Santos Andrade, 10392, Portimão
 Marisa Grácio, 4283, Abrantes
 Marta Alexandra C. Sousa Giesta, 9884, Gondomar
 Marta Graça, 4643, Aveiro
 Marta Sofia Pereira, 1195, Almada
 Marta Sofia Alves, 7256, Lisboa
 Mary Rosas, 10636, Santa Maria da Feira
 Maurício Carneiro, 8104, Almada
 Mercedes Peixinho, 9348, Aveiro
 Miguel da Câmara e Almeida Pinto, 448, Oeiras
 Miguel Jorge Martins Madeira, 3109, Portimão
 Miguel Martinho, 6508, Lisboa
 Miguel Rodrigues, 4681, Santa Maria da Feira
 Miguel Rosa, 3922, Vila Real de Santo António
 Moisés Ferreira, 2860, Santa Maria da Feira
 Mónica Coelho, 10913, Aveiro
 Mónica Rocha, 6043, Santa Maria da Feira
 Nádía Cardoso, 10565, Ílhavo
 Natalina Matos da Silva, 10435, Almada
 Nathalie Gomes, 10567, Santa Maria da Feira
 Nélia Maria Aguiar Botelho, 4468, Funchal
 Nelson Campos, 4144, Torres Novas
 Nelson da Rocha, 1068, Lisboa
 Nelson Ferreira, 123, Viseu
 Nelson Peralta, 1664, Aveiro
 Noémia Oliveira, 6185, Porto
 Nuno Alexandre São João Cardoso, 10132, Portalegre
 Nuno Almeida Rocha, 10880, Viseu
 Nuno Ângelo de Castro Teixeira, 50,37, Porto
 Nuno Coelho, 8053, Alandroal
 Nuno Edgar Moreira, 10739, Almada
 Nuno Miguel Carvalho Magalhães, 5628, Vila Nova de Gaia
 Nuno Oliveira, 10613, Santa Maria da Feira
 Nuno Orestes Silva, 10184, Aveiro
 Nuno Soares, 9637, Santa Maria da Feira
 Nuno Viotti, 10449, Lisboa
 Odete Costa, 7979, Aveiro
 Olinda Esteves, 5890, Aveiro
 Óscar Baptista, 6626, Santarém
 Patric Figueiredo, 7827, Santa Maria da Feira
 Patrícia Alves, 5919, Santa Maria da Feira
 Patrícia Gomes, 6025, Santa Maria da Feira
 Patrícia Moreira, 9634, Santa Maria da Feira
 Paula Cristina Barreto, 6693, Lisboa
 Paula Cristina Teixeira Carvalho, 5648, Vila Nova de Gaia
 Paula Dias, 4673, Santa Maria da Feira
 Paula Filipa Vieira da Silva, 6188, Gondomar
 Paula Lourenço, 3181, Viseu
 Paula Militão Lemos Valentim, 9529, Vila Nova de Gaia
 Paulo Alves, 4839, Santa Maria da Feira
 Paulo Artur Cardoso Gonçalves Mourão, 3807, Sintra
 Paulo Bombaça, 9342, Palmela
 Paulo César Serra Nascimento, 7034, Beja
 Paulo Curado, 7418, Aveiro
 Paulo Félix de Oliveira, 3912, Portimão
 Paulo Jorge Veloso Santos, 10615, Famalicão
 Paulo José da Rosa Cardoso, A2598, Portalegre
 Paulo Martins, 4564, Aveiro
 Paulo Matos, 3876, S. Miguel
 Paulo Mendes, 4189, Terceira
 Paulo Oliveira, 4833, Santa Maria da Feira
 Paulo Ramos, 5971, S. João da Madeira
 Paulo Reis, 8492, Tomar

Paulo Renato Oliveira, 10212, Aveiro
Paulo Sanona, 7870, Santa Maria
Paulo Silva, 10056, Espinho
Pedro Alves, 10062, Santa Maria da Feira
Pedro Azevedo, 10637, Santa Maria da Feira
Pedro Barcelos, 10489, Palmela
Pedro Coelho, 6874, Santarém
Pedro Correia, 5921, Santa Maria da Feira
Pedro F. Martins Pereira, 4054, Matosinhos
Pedro Hortelão Beja, 5703, Lagoa
Pedro Isidro Ribeiro M. Soares, 173, Porto
Pedro Leal, 10575, Santa Maria da Feira
Pedro Martins, 2877, Almada
Pedro Martins, 9315, Coimbra
Pedro Miguel Gonçalves, 9777, Odemira
Pedro Miguel Vilares Pinheiro, 9871, Oeiras
Pedro Nuno Costa Bugalho, 10682, Beja
Pedro Oliveira, 537, Almada
Pedro Pereira, 10738, Almada
Pedro Pinho, 4343, Santa Maria da Feira
Pedro Queiroz Amorim, 1261, Maia
Pedro Ramos, 3514, Lisboa
Pedro Reis, 10183, Aveiro
Pedro Rodrigues, 10574, Santa Maria da Feira
Pedro Sá, 8393, Santa Maria da Feira
Pedro Tavares, 3238, Vila Real de Santo António
Pedro Teixeira, 7261, Seixal
Pedro Tomás, 5099, Entroncamento
Púria Esfandiari, 6670, S. João da Madeira
Rafael Fernandes Boulair, 10214, Vila Nova de Gaia
Rafael Marques, 7714, Santa Maria da Feira
Ramiro Pinho, 4344, Espinho
Raúl Manuel Azevedo Marinho, 4053, Matosinhos
Regina Baptista, 8603, Santa Maria da Feira
Renato Tavares, 10695, S. Miguel
Ricardo Duarte, 5905, Santa Maria da Feira
Ricardo Ferreira, 6067, S. João da Madeira
Ricardo Furtado, 8732, Faial
Ricardo Manuel Corado Coelho, 10245, Campo Maior
Ricardo Moutinho, 10889, Aveiro
Ricardo Peça Carvalheiro, 10350, Aveiro
Ricardo Rodrigues Leitão, 6155, Cascais
Rita Alexandra Machado, 9775, Lisboa
Rita Baptista, 10219, Aveiro
Rita Magano da Silva, 4661, S. João da Madeira
Rita Pinho Matos, 9340, S. João da Madeira
Roberto Sequeira, 9843, Coimbra
Rodrigo Fonseca, 8218, Santa Maria da Feira
Rodrigo Manuel Serpa Branco, 9867, Oeiras
Rodrigo Teixeira, 5429, Torres Novas
Rogério Oliveira, 216, Almada
Romeu Marques, 10912, Seixal
Rosa Laureano, 6093, Santa Maria da Feira
Rosa Maria Lourenço Bernardino, 5469, Oeiras
Rosa Maria Rocha Leite, 5693, Gondomar
Rosa Oliveira, 5914, Santa Maria da Feira
Rosa Varela, 10454, Almada
Rosalina Santos Vítor, 468, Loures
Rosalina Simões Duarte, 5685, Azambuja
Rosina Marques Paulino, 10872, Viseu
Ruben Filipe Amado Gomes Piteira Afonso, 10423, Oeiras
Ruben Sebastião, 4939, Almada
Ruben Tomás, 10267, Palmela
Rui Câncio, 5891, Aveiro
Rui Fazenda, 1200, Lisboa
Rui Godinho, 2482, Seixal
Rui Guedes, 10571, Santa Maria da Feira
Rui Jesus Jacob Pernas, 3666, Portalegre
Rui Manuel Lourido Nóvoa, 159, Gondomar
Rui Miguel São João Cardoso, 5943, Portalegre
Rui Oliveira, 10122, Aveiro
Rui Pais Marques, 7090, Loures
Rui Saraiva, 2564, Santa Maria da Feira
Rute Cristina, 5472, Azambuja
Samuel Oliveira, 10710, Santa Maria da Feira
Sandra Cristina dos Santos de Almeida, 10798, Lisboa
Sandra Ferreira, 4090, S. João da Madeira
Sandra Manuela Teixeira Carvalho, 5652, Vila Nova de Gaia
Sandra Parreira, 9319, Terceira
Sandra Serpa, 7432, Terceira
Sandra Silva, 1763, Braga
Sandra Sousa, 8706, Santa Maria
Sandra Vinagre, 4728, Aveiro
Sandro Santos, 10258, Guimarães
Sara Alexandra São João Cardoso, 10131, Portalegre
Sara Coelho, 5382, Almada
Sebastião Capilé, 560, Montijo
Sérgio Cunha, 8498, Santa Maria da Feira
Sérgio Manuel Lopes da Cunha, 8251, Porto
Sérgio Neves, 4637, Seixal
Sérgio Silva, 4774, Seixal
Sérgio Teixeira, 9349, Espinho
Silvestre Santos Gomes Pereira, 1262, Maia
Sílvia Aires, 10882, Aveiro
Sílvia Machado, 6665, Faial

Simão Carneiro, 10610, Santa Maria da Feira
Simeão Leonor Quedas, 3910, Portimão
Sofia Kruz, 4610, Santiago do Cacém
Sónia Cristina Vilares Pinheiro Pedro, 10288, Oeiras
Sónia Santos, 4341, Santa Maria da Feira
Sónia Sousa, 10566, Santa Maria da Feira
Soraia Mendonça, 9263, Terceira
Suzan Marras Timuroglu, 10043, Almada
Tânia Martins, 6568, S. João da Madeira
Tatiana Reis, 10638, Santa Maria da Feira
Tercio Freitas, 10484, Santa Maria
Teresa Alves, 10512, Espinho
Teresa Pedras, 8945, Setúbal
Teresa Silva, 10063, Oliveira de Azeméis
Terezina Paz, 8532, Torres Novas
Tiago Acúrcio, 8745, Condeixa-a-Nova
Tiago André Pedrogão Fernandes, 10685, Oeiras
Tiago Caseiro, 2931, Seixal
Tiago Grosso, 8113, Loulé
Tiago Manuel Miranda Soares, 3965, Porto
Tiago Margarido Silva Carvalho, 7293, Gondomar
Tiago Santo, 5335, Coimbra
Tiago Silva, 5981, Coimbra
Tiago Silva, 7579, Sintra
Tiago Soares de Oliveira e Sá, 10815, Lisboa
Timóteo Macedo, 1104, Lisboa
Tomaz Rodrigues, 7637, Vila Real de Santo António
Tucha Martins, 1397, Albergaria-a-Velha
Valdemar Francisco Filipe Moreira Reis, 1102, Sintra
Valdemar Sarmiento, 10760, Santa Maria
Valentim Soares, 2624, Santa Maria da Feira
Valentino Alves, 6725, Mealhada
Vanessa Silva, 10190, Aveiro
Vanessa Sousa, 10007, Sesimbra
Vera Fazenda, 480, Lisboa
Vera Pires, 4511, S. Miguel
Vergílio da Mota O. Figueiredo Pereira, 7511, Gondomar
Verónica Lopes, 10839, S. Miguel
Victor Valente, 1398, Albergaria-a-Velha
Violeta Ferreira, 10886, Ovar
Virgínia Matos, 6668, Aveiro
Vitália Ribeiro, 580, Barreiro
Vitor Cavalinhos, 526, Seixal
Vitor Edmundo, 1073, Loures
Vitor Franco, 1329, Santarém
Vitor Gonçalves, 10560, Santa Maria da Feira
Vitor Machado, 4248, Lisboa
Vitor Manuel da Luz Ramos, 9845, Lisboa
Vitor Manuel da Silva Araújo, 10389, Porto
Vitor Manuel dos Santos Pinheiro, 712, Oeiras
Vitor Manuel Mendes Pires, 1263, Porto
Vitor Manuel Rodrigues Brilhante, 1105, Amadora
Vitor Manuel Rodrigues Monteiro, 3193, Viseu
Vitor Parreira, 7434, Terceira
Vitor Pulido, 10373, Sintra
Vitor Rodrigues, 3194, Viseu
Vitor Rosa, 10748, Setúbal
Vitor Ruivo, 516, Faro
Vitor Solteiro, 4454, Espinho
Vitória Froias, 10656, S. Miguel
Vitorino Martinho, 9633, Santa Maria da Feira
William Bastos Milner, 10217, Santa Maria da Feira
Yves Figueiredo, 6105, Santa Maria da Feira
Zélia Soares, 840, Setúbal
Zizina Amieira, 7359, Almada



moção R

REINVENTAR O BLOCO

REINVENTAR O BLOCO

1. VENCER A CRISE É DERROTAR O CAPITALISMO

1.1. A presente crise é uma crise das políticas liberais desenhadas para defender as

taxas de lucro. Foram os processos de privatização e desregulação do setor financeiro, realizados ao longo das últimas décadas, que a despoletaram. O endividamento dos Estados para resgatar bancos e instituições financeiras fez disparar as dívidas públicas dos países, provocando um aumento exponencial das taxas de juro e da dívida.

1.2. A resposta dominante não foi pôr em causa o pagamento da dívida e o funcionamento do sistema financeiro e económico

mas sim realizar "reformas estruturais" que consistem na fragilização dos vínculos laborais e na degradação e privatização dos serviços públicos. Ou seja, a política neoliberal continuou a transferir poderes (políticos e económicos) para a finança, caminho determinado pela promiscuidade entre empresários e empresas e alguns governantes ou ex-governantes, o que resulta num sequestro da própria democracia por parte de uma máfia manipuladora.

1.3. Esta crise é, sobretudo, uma crise do sistema económico

que revela a capacidade do capitalismo de destruir o mundo que conhecemos em nome da acumulação de capital. Assim, socialismo ou barbárie é cada vez mais a escolha que temos pela frente. Hoje, a barbárie não é apenas uma previsão longínqua, mas o retrocesso civilizacional que nos traz não só a agudização do conflito capital-trabalho como também a do conflito capital-vida, no qual os riscos dos mercados são socializados ao mesmo tempo que os bens comuns (saúde, educação, água...) necessários a uma vida digna, estão a ser privatizados.

1.4. Face a estes desafios, a esquerda terá de se

reinventar a si e aos seus compromissos, aos critérios para todas as unidades necessárias, o que significa construir simultaneamente práticas de democracia radical e um programa socialista para resistir, para ganhar uma maioria social, para responder a todas as crises sem ambiguidades.

1.5. Para essa finalidade, **o processo de construção vale tanto como o próprio programa.** Daí que a ética revolucionária da decisão coletiva, sem privilégios e sem burocracias, sem hierarquias que remetem uns para posições hegemónicas e outrxs para a passividade de uma participação amputada de sentido e a igualdade radical da distribuição, não possam ser medidas na gaveta. Daí que todas as lutas pela emancipação e dignidade humana tenham de estar em primeiro plano, que os direitos das minorias tenham de valer tanto como os das maiorias.

Assim, vencer a crise é derrotar o capitalismo.

E só será pragmático o socialismo que saiba ser programático, que trabalhar hoje para uma sociedade livre, de produtores livres, instituições controladas democraticamente, associação de Estados que respeitem a vontade popular e a soberania, direitos humanos universais, um conhecimento público e investimentos que respeitem a biodiversidade.

2. CRESCIMENTO OU JUSTIÇA SOCIAL

2.1. Porque o produtivismo é um dos elementos que conduz à barbárie, **um programa socialista não pode cair na facilidade de responder de forma acrítica a uma ideia de crescimento económico.** Demasiadas vezes, demasiados economistas comprometidos com a esquerda, utilizam os indicadores de crescimento sem questionarem os modelos que lhes estão subjacentes. E, quase sempre, esses indicadores são os mesmos da economia liberal, de uma conceção do mundo em que o desenvolvimento é medido pelo PIB ou níveis de consumo, pelo dinamismo de mercados ou pelo balanço das trocas comerciais, pelas taxas de emprego e de desemprego sem atender ao tipo de empregos criados.

2.2. **O crescimento não é bom ou mau por si só**, ele pode ou não respeitar o ambiente, pode ou não promover o bem viver, pode ou não significar capacidade futura para construir sociedades mais justas, ele pode ou não significar redistribuição de rendimentos, ele pode até não querer dizer maior produção de riqueza.

Situando-se além do mito do crescimento, a esquerda precisa de abraçar como uma prioridade a inversão do caminho do produtivismo predador do ambiente. Porque só uma economia baseada na valorização do trabalho, na capacidade criativa, na redistribuição da riqueza, nos direitos sociais e na justiça ambiental, pode ser um instrumento contra a crise.

3. DITADURA FINANCEIRA OU DESOBEDIÊNCIA DEMOCRÁTICA EUROPEIA

3.1. **A União Europeia desenhou-se como um projeto de integração dos mercados sob a ditadura do poder financeiro, sem convergência social ou verdadeira unidade.**

3.2. **A crise económica veio não só revelar a fratura exposta entre economias centrais e periféricas como acelerar o desmantelamento do modelo social europeu.** Uma Europa que era tanto uma ilha de direitos sociais como as fronteiras que a cercam. A esquerda não pode esquecer nunca que o outro lado do sonho europeu sempre foi Lampedusa e as mortes no Mediterrâneo, o Frontex e as políticas securitárias.

3.3. Por outro lado, não só os países periféricos são hoje mais pobres, como também **entre os países da Europa Central o equilíbrio de forças alterou-se com um poder da burguesia alemã cada vez mais ostensivo.**

3.4. **Esta Europa em crise dentro da crise ocupa um lugar subalterno face aos Estados Unidos e às suas estratégias mundiais.** O impasse das Primaveras Árabes deu lugar a um crescimento do extremismo religioso que abre possibilidades de

novas cruzadas americanas. Os tambores da guerra ecoam, aumentando a islamofobia e xenofobia no espaço europeu.

3.5. Aliás, também na Europa, **à desagregação do projeto europeu e à ausência de um projeto mobilizador alternativo à esquerda, respondem fenómenos extremistas como o crescimento dos fascismos e dos populismos** os quais, junto com a guerra na Ucrânia, ameaçam reconfigurar mais uma vez o mapa político europeu.

3.6. À consciência de que ditadura financeira transnacional nos rouba democracia deve somar-se a ideia de que **a própria adesão à União Europeia significou um agravamento da dependência e uma restrição das escolhas políticas de Portugal** e dos demais países com economias mais frágeis.

3.7. A questão da moeda europeia deve ser pensada no âmbito destes desequilíbrios estruturais europeus, das consequências políticas de uma renegociação da dívida de acordo com as necessidades do devedor e das limitações à democracia. **O euro é a arquitetura financeira desta Europa colonial que atira para a pobreza a grande maioria das pessoas que nela vivem** ao mesmo tempo que garante a acumulação de lucros aos grandes grupos económicos.

3.8. **À esquerda, o debate sobre o euro tem avançado para a construção de uma síntese agregadora.** De uma lógica estigmatizadora de oposição simples entre saída/permanência, em que a permanência significava a necessidade de uma reforma profunda das instituições europeias e a saída era o modo de escapar ao colete-de-forças do BCE e de promover uma desvalorização cambial que relançasse a economia interna, passou-se a outra fase. Apesar de se manterem diferenças significativas de avaliação de uma saída do euro, estabelecem-se pontes de diálogo importantes. Quer sejamos expulsos se fizermos o que será indispensável fazer ou tenhamos de sair a prazo se as atuais condições asfixiantes se mantiverem, quer queiramos sair imediatamente para fazer o que seja indispensável fazer, **há um debate fundamental para**

a esquerda: como impedir que a possibilidade da saída do euro se transforme num pesadelo dominado pela burguesia, como fazê-lo da melhor maneira de acordo com os interesses do povo e com a manutenção da vontade de construção de caminhos comuns.

No campo interno, a permanência no euro não pode ser uma chantagem para justificar a destruição dos serviços públicos e da capacidade produtiva do país. A dívida não pode ser um garrote às escolhas que temos pela frente. Renegociar os prazos de pagamento e os juros, depois de a expurgar da sua componente ilegítima, é a condição para um caminho de justiça económica e de respeito essencial pela democracia. Para além disto, a esquerda não pode abandonar o internacionalismo onde ganha sentido. É necessária a desobediência democrática que responda à subalternização do povo bem como a solidariedade entre os povos dos países do sul que responda à desigualdade. Neste sentido, a defesa das conquistas e avanços civilizacionais que estão na base do Modelo Social Europeu, constitui um elemento chave da solidariedade à escala europeia.

4. TRATADOS PELA AUSTERIDADE E PELA PRIVATIZAÇÃO

4.1. Com o ciclo vicioso da austeridade permanente inscrito nos Tratados europeus, a desobediência é condição essencial para Portugal poder retomar um caminho soberano em que as escolhas da sua população estejam no centro das políticas económicas, das opções fiscais, do bem-estar e da justiça social.

4.2. Esta desobediência deve estender-se ao TTIP que já paira sobre a Europa como um espectro. Na ânsia de acumular dividendos, prepara-se em segredo um tratado com os EUA que inviabilizará políticas progressistas, nivelará os direitos sociais por baixo, privatizará o que resta do Estado social e colocará a soberania dos Estados nas mãos de tribunais arbitrais privados a que as multinacionais podem recorrer sempre que entenderem que há uma decisão política que as prejudica.

4.3. Acresce que as medidas de precaução instauradas na Europa sobre a produção e comercialização de alimentos transgênicos não são acompanhadas pelo quadro legislativo norte-americano. Este será provavelmente hegemónico na liberalização absoluta deste tipo de produtos sem a necessária informação ao consumidor e muito menos mecanismos de controlo público às empresas produtoras da agro-indústria.

*Se o combate aos tratados austeritários tem de ser uma das prioridades da esquerda, hoje soma-se-lhe o **TTIP que é provavelmente o maior ataque à democracia e à soberania dos povos.** Contra o secretismo dos bastidores e a inevitabilidades das relações de forças internacionais, só uma enorme mobilização europeia e norte-americana poderá conter este projeto irresponsável.*

5. VIRAR O PAÍS DO EMPOBRECIMENTO DE PERNAS PARA O AR

5.1. Apesar do ataque aos direitos laborais e a "flexibilização" terem sido iniciados por governos do PS, a crise financeira e a política da troika encontraram-se com a vontade incendiária da coligação de direita em ir mais além na austeridade. **Conhecemos assim o maior ataque de décadas aos direitos** do trabalho, à educação, saúde e segurança social, assim como à alienação de estruturas fundamentais a nível social e económico.

5.2. A coberto da crise, **deu-se o maior processo de transferência de rendimentos do trabalho para o capital da história recente do país** e instalou-se uma situação de desemprego massivo e de precariedade generalizada, que atinge hoje cerca de um terço da força de trabalho, mais de metade na população jovem e que expulsa para a emigração parte significativa da população. Por outro lado, a austeridade foi pretexto para incutir uma visão moralizadora do trabalho, presente em grande parte nas medidas de protecção social, visando minorizar

quem está em situação de desemprego ou pobreza, e disciplinar força de trabalho.

5.3. Os donos de Portugal, empreendedores da subsidiodependência e promotores da modernização conservadora, lucram com a crise como antes tinham, na sequência da adesão à União Europeia, beneficiado do dismantelamento de sectores de produção essenciais, do abate da frota pesqueira do país, da redução dos apoios à agricultura através da PAC, do agravamento das assimetrias entre o Litoral e o Interior, "em favor" de uma terceirização da economia concentrada nos grandes centros urbanos.

Torna-se essencial pensar um modelo económico alternativo, uma industrialização que conjugue modelos de organização da produção mais justos social e ecologicamente. A esquerda deve, portanto, assumir o compromisso de defender um programa socialista para virar o país do empobrecimento ao contrário e para semear a esperança, assim como o objetivo estratégico de inverter a relação de forças entre trabalho e capital.

6. UM PROGRAMA SOCIALISTA PARA SEMEAR A ESPERANÇA

O BE apresenta como tarefas imediatas:

- referendar o Tratado Orçamental com o objetivo de restaurar a democracia nas escolhas europeias;
- renegociar os tratados europeus que configurem a dependência de Portugal de instituições e poderes não eleitos democraticamente;
- promover a mobilização internacional contra o TTIP e um referendo no país e, se este for bloqueado, um amplo processo de consulta pública cidadã;
- sair da NATO e acabar com as missões militares portuguesas;
- acabar com o Frontex e todos os mecanismos de vigilância sobre xs imigrantes em nome da liberdade total de circulação;
- regularizar xs imigrantes, promover o direito de voto para todas as eleições e o acesso a todos os direitos, sociais, culturais, económicos;
- reestruturar a dívida pública com o expurgo da sua componente ilegítima, alongando maturidades, baixando juros e cortando no principal;
- exercer o direito constitucional de resistência a todas as medidas que configurem um ataque a direitos fundamentais, nomeadamente às das camadas da população mais fragilizadas;
- devolver os cortes nos salários da função pública e dos pensionistas;
- nacionalizar o essencial: energia, água, saúde, educação, transportes e respetivas infraestruturas, correios, telecomunicações, recolha e tratamento de resíduos e a grande distribuição de bens essenciais;
- estabelecer o controlo público da banca intervencionada pelo Estado como instrumento para garantir o acesso a crédito para pequenas e médias empresas responsáveis pela criação de emprego;
- planear uma política de industrialização que garanta o equilíbrio ambiental, corresponda a necessidades sociais e favoreça alternativas energéticas ao padrão dos combustíveis fósseis;
- realizar uma reforma fiscal com controlo dos capitais;
- diminuir a carga fiscal nos rendimentos do trabalho;
- diminuir o IVA nos bens de primeira necessidade;
- aumentar imediatamente o salário mínimo para 550€ com retroativos desde Maio de 2014 e para 700€ em 2016;
- estabelecer um programa de emergência para combater o desemprego, defender a contratação coletiva combatendo a lógica da condicionalidade presente em medidas de protecção social, rejeitando a moralização da pobreza e do desemprego, e reafirmando o princípio da livre escolha do trabalho;
- dinamizar um programa de reabilitação urbana centrado nas pessoas, que combata a gentrificação e a especulação imobiliária;
- apresentar medidas para combater a desertificação do interior garantindo investimento e criação de emprego;
- regionalização para estabelecer entidades regionais eleitas diretamente e com controlo dos fundos comunitários, adequando a sua utilização às necessidades de desenvolvimento das regiões com transparência.

7. JUNTAR FORÇAS NÃO É UM EXERCÍCIO IMPOSSÍVEL

7.1. **Este programa é só um começo para continuar o combate.** Um programa é um compromisso, não é uma declaração de autossuficiência. Um programa é um mapa de encontros possíveis e necessários para fazer a política mudar de bases. Por isso, o debate sobre alianças não pode ser reduzido a uma questão de tudo ou nada, nem limitado à discussão da sua forma governamental.

7.2. **Juntar forças não deve ser reduzido a uma arma eleitoral,** não se pode esgotar apenas nos apelos mediáticos ou declarações de intenções, deve ser um esforço permanente e multiforme para nos encontrarmos em pontos diferentes, com pessoas diferentes, por períodos diferentes.

7.3. Assim, **o BE trabalhará para estabelecer alianças de geografia variável e de temporalidades diversas.** Torna-se urgente hoje a criação de uma frente social anti-austeridade e contra a destruição de serviços públicos.

7.4. Nesta discussão, **o BE precisa de se afastar do fetiche silencioso do PS,** consciente que uma aliança de governo exige condições programáticas que nenhum dos dois partidos pode resolver: o PS realmente existente tem um projeto social-liberal que não se enquadra com o do Bloco. O que não quer dizer que não se devam desdenhar convergências pontuais ou mobilizações conjuntas.

8. PARTIDO DAS SOLIDARIEDADES

8.1. O debate sobre alianças não é um debate sobre arranjos ou o encaixe de organizações. **A aliança fundamental do Bloco é a aliança da solidariedade ativa e transformadora** que faz a diferença concreta na vida de cada um e cada uma, a aliança com quem promove a transformação da subjetividade humana, com as dos setores e estratos sociais mais afastados pela política.

8.2. **O BE necessita de recuperar os espaços políticos** dxs jovens sem futuro, dxs que emigram e dxs que, por cá, vão sobrevivendo, desempregadx, precárix, reformadx, e de todxs que, pelas dificuldades do quotidiano e falta de esperança, deixaram de se poder empenhar na construção de projetos coletivos.

8.3. Perante a dificuldade de alcançar os sectores desfavorecidos da sociedade, devemos **avançar no esforço da construção da auto-organização,** através da criação de coletivos capazes de organizar respostas às mais básicas necessidades. Este é o coração do Bloco como partido das solidariedades.

8.4. **Estes coletivos devem focar-se nas áreas mais atingidas** pelos ataques. Onde centros médicos fecharam, dar atenção médica a todxs, independentemente do seu rendimento, género, etnicidade, sejam legais ou consideradas "ilegais"; organizar coletivos agrícolas, que estabeleçam mercados de comida sem intermediários; coletivos culturais, capazes de mostrar outras realidades e levantar debate sobre a sociedade; criar redes que permitam impedir despejos; estreitar a relação com associações e comissões de moradores.

8.5. Construir o Bloco como partido das solidariedades será um caminho demasiado ousado e inovador? Quer a estratégia de acumulação de forças do Syriza, quer a mobilização que tornou o Podemos um fenómeno político incomparável, têm como suporte um trabalho de base assente numa estratégia de apoio à auto-organização e de militância extremamente ativa e participativa nos movimentos sociais, sem controlo e manipulação.

8.6. É nessa **solidariedade e na militância numa relação horizontal e de confiança com os ativistas no campo social,** que se pode construir a unidade de lutas contra o sistema capitalista. Sem glorificar modelos, é preciso aprender como enraizar um projeto capaz de construir uma maioria social, tendo em conta as condições da situação portuguesa.

8.7. Construir o Bloco como partido das solidariedades

será um caminho de desistência face à destruição do Estado Social? Antes pelo contrário, é responder agora, sem ficar à espera do colapso do Estado Social. A auto-organização fortalece a luta, não a enfraquece. A prática da solidariedade é essencial para destruir a narrativa oficial da crise económica e do individualismo enquanto resposta: **não basta afirmar que os problemas coletivos não podem ser resolvidos individualmente, é preciso praticar esta ideia, construindo alternativas.**

8.8. **Daí que o partido das solidariedades seja o melhor antídoto contra o afastamento entre discurso político e vida concreta,** contra a institucionalização, a permanência redutora nas lógicas hegemónicas de (des)fazer política. Assim como contra a desconfiança e o sectarismo porque o socialismo só consegue viver imerso na pluralidade das lutas dos movimentos sociais.

8.9. **O partido das solidariedades é a melhor forma de ultrapassar o desligamento entre militâncias política e social** e entre diversas áreas de intervenção. Ele pretende, nada mais nada menos, transformar as nossas vidas, sair do ciclo vicioso da desmobilização a que a crise nos levou, organizar, fortalecer as lutas populares, passar à ofensiva.

8.10. Para isto acontecer **é necessário inverter a pirâmide.** O BE tem de ser um partido cujo esforço militante não se esgota na autoconstrução imediata, na propaganda do partido, nas campanhas eleitorais. O BE tem de ser, na sua representação pública, o espelho das suas múltiplas intervenções e lutas, inclusivamente – e sem medos ou ocultações táticas – as que são socialmente percecionadas como marginais. O BE tem de construir as políticas alternativas com base no ativismo, reforçando modelos de decisão sem hierarquias ou dirigismo, numa cultura coletiva de responsabilidade, solidariedade e redistribuição. **O partido das solidariedades tem de ser movimento.**

Por tudo isto, o Bloco assume-se como um movimento de múltiplos ativismos e que multiplica ativismos, sem hierarquia de lutas. Não descurando as estruturas da

democracia representativa e as tribunas mediáticas, é necessária a consciência de que é tão importante ter propostas e discurso radical, como é implementar práticas radicais.

9. REINVENTAR A DEMOCRACIA E A MILITÂNCIA

9.1. Para passar à ofensiva, **é preciso reinventar a democracia interna e a militância no Bloco.** A percepção de um partido vítima de várias cisões e enfraquecido pelas sucessivas derrotas eleitorais dificulta este caminho. O otimismo que levou o Bloco de vitória em vitória, foi substituído pelas derrotas eleitorais, a depressão organizativa, a saída de correntes e militantes individuais e uma tensão interna paralisante.

9.2. A quebra da “hegemonia partilhada” entre as correntes fundadoras não significou tanto clareza nas escolhas políticas como deu lugar a uma guerra entre tendências travada nos meios de comunicação social. E, mesmo antes dos acontecimentos mais recentes, já se tinha instalado uma cultura de acantonamentos internos em torno do fantasma do inimigo interno que sacrificou o debate.

9.3. Mas as dificuldades encontram-se, sobretudo, a montante. Em primeiro lugar, a crise do Bloco é a **crise de um partido anticapitalista num período de refluxo** face à destruição de direitos sociais básicos.

9.4. Em segundo lugar, **a crise do Bloco é uma crise de esperança.** O Bloco surgiu no mapa político português como a esperança de uma nova forma de fazer política, o partido-movimento radical – antissistema – que vocalizava as exigências dos movimentos sociais e as traduzia em proposta legislativa. Dentro e fora do parlamento, o Bloco era um partido diferente.

9.4.1. Hoje, a esperança está bloqueada, **o Bloco perdeu criatividade e arrojo, e é visto como um “partido igual aos outros”.**

9.4.2. **A insistência na estratégia eleitoralista** de disputa dos "sectores mais progressistas do PS" tem sido incapaz de atrair e convencer os sectores progressistas do eleitorado tradicional ao mesmo tempo que afasta aqueles que se identificavam com a radicalidade do Bloco. No dilema em que se colocou, o BE é visto como demasiado fora do sistema político para conseguir a confiança de quem está dentro e como demasiado dentro do sistema para atrair quem se sente de fora.

9.4.3. Esta escolha implicou **a procura constante de construir uma imagem de partido com capacidades governativas** que moldou o BE. A mediatização e institucionalização tornaram-se no centro da sua atuação política.

9.4.4. **Os sucessivos e pouco claros discursos sobre um "governo de esquerda"** tiveram também o efeito colateral de refrear a identidade e cultura radical do Bloco, deixando pelo caminho a irreverência e a criatividade que ficaram relegadas a pecados da juventude que não tinham espaço na política a sério.

9.5. Em terceiro lugar, **a crise do BE é resultado de um processo de centralização excessiva** das decisões políticas em que, por exemplo, Comissão Política e Secretariado funcionam como substitutos da Mesa Nacional. Esta centralização levou à alienação de forças militantes.

9.5.1. **O Bloco profissionalizou a sua direção**, o que influenciou negativamente os espaços de participação e militância, e ficou dependente do carisma de deputadxs e do mediatismo garantido através dos meios de comunicação da burguesia.

9.5.2. O problema não está na existência de elementos profissionalizados mas na **mistura da profissionalização com a centralização**, na pouca cultura de debate, na persistência da lógica da "hegemonia partilhada" entre correntes que implicou um acordo pelo controlo do aparelho e dependência organizativa relativamente ao pequeno grupo profissionalizado.

9.5.3. Desta forma, os processos de gestão e partilha de poderes começaram a transformar-se num dos mecanismos de controlo. A definição da agenda e a escolha dos quadros para os lugares de direção nacional, de direções intermédias ou responsabilidades sectoriais inscreveram-se nesta **lógica de acordo de cúpulas das correntes maioritárias**, à revelia da tomada coletiva de decisão. E muitos dxs que sonharam estar a construir um partido anticapitalista de massas passaram a sentir que vivem num partido de espectadorxs.

9.6. Estas escolhas implicaram uma **desvalorização do trabalho sectorial** que afastou do BE pessoas que continuam ativas no movimento social e afastou o BE de visões distintas e mais próximas da realidade diária das pessoas. Por outro lado, a confusão entre trabalho autárquico e intervenção local, tem limitado parte do trabalho local à intervenção autárquica quando não há implantação real e presença continuada.

Reinventar a democracia e a militância é fundamental para fortalecer o Bloco de dentro para fora e para conseguir abrir o diálogo com xs zangadxs da política para quem o Bloco não deve desistir de falar. Para mobilizar aqueles que votam protestando e os que protestam não votando, é necessário praticar uma democracia de alta intensidade, aprofundando os mecanismos de participação e agilizando a circulação da informação relevante. O BE precisa de se transformar numa ampla rede de participação, fazendo proliferar espaços de debate transversal e generalizado nas diversas escalas.

10. MOVIMENTAR O BLOCO

10.1. **As estruturas de base devem estabelecer áreas de porosidade com a sociedade**, abrir-se aos simpatizantes, criando mecanismos regulares de diálogo com não aderentes, enquanto ponto de partida para uma visão alargada da sociedade e para a construção de propostas políticas partilhadas e participadas.

10.2. **Os órgãos de base e intermédios devem ter**

autonomia política na definição da estratégia e capacidade de iniciativa política, sem prejuízo de uma articulação com a agenda nacional.

10.3. **Os grupos de trabalho devem ajudar o BE a recuperar o sentido da resposta política de médio prazo** envolvendo-se em campanhas políticas de longo fôlego.

10.4. Incentivar a **criação de núcleos locais e de empresa** de forma a fortalecer a militância e a dinamização de actividades em diferentes localidades.

10.5. O BE deve **criar um grupo internacionalista** capaz de aproveitar e partilhar as análises políticas e sociais de movimentos sociais e partidos ao nível global. Assim como estabelecer redes de contactos internacionais não ditadas por conjunturas eleitorais ou limitadas ao GUE e ao PEE.

10.6. **O Bloco deve encontrar mecanismos de participação para quem se viu obrigado a emigrar** mas quer manter laços. Ao êxodo causado pela crise, o BE terá de responder com formas de integração na sua vida interna que correspondam a essa realidade.

10.7. **Os critérios para contratação devem ser transparentes**, para além da confiança política, devem contemplar a capacidade política e não devem ser nunca subordinados a nenhuma condição de pertença a qualquer sensibilidade e/ou tendência.

10.8. **Os salários devem ser iguais e a sua tabela pública.** Funcionárixs que desempenham as mesmas tarefas devem ganhar o mesmo salário e todos os salários de funcionárixs devem ser públicos como o são as remunerações dxs nossxs eleitxs.

10.9. **É necessária uma reestruturação de quadros profissionais:** a decisão de investir mais na luta fora dos "Parlamentos" não acontecerá sem uma aposta da estrutura. Isto significa que os distritos e concelhias ganhem quadros capazes de dar apoio aos grupos de ativistas e de estabelecer uma ponte entre os problemas concretos e as instituições em

que estamos representados.

10.10. **O BE criará uma página de internet onde disponibilizará toda informação** sobre tabelas remuneratórias e número de funcionárixs, descontos de deputadxs para o BE ou outras instituições, contas de campanha e orçamentos detalhados.

10.11. **Eleitxs do Bloco deverão redobrar esforços para conciliar a sua atividade institucional com a constante presença na rua**, ao lado de quem sofre as consequências da crise.

10.12. **O programa eleitoral das próximas eleições legislativas deve resultar de um amplo processo de construção participativa** dentro e fora do BE.

10.13. **O Bloco deve voltar à prática da rotatividade** em cargos de representação e em cargos de contratações internas. A rotatividade de funcionárixs deve ser transversal e aquelxs que desempenham funções de assessoria devem exercê-las dentro dos limites fixados no quadro das limitações de mandatos.

10.14. O BE deve fortalecer o debate interno não antagonista criando um **boletim interno** editado regularmente.

10.15. Para fazer da diversidade força, o BE deve voltar a privilegiar o papel da Mesa Nacional e, tal como acontece em todos os órgãos de direção do partido (MN, Distritais e Concelhios), **a Comissão Política e o Secretariado devem ser eleitas segundo o princípio da proporcionalidade.** A composição dos órgãos deve refletir a diversidade das opções e orientações estratégicas em debate.

10.16. O Bloco deve não só **instituir estatutariamente a limitação de mandatos** para os cargos eletivos de direção política como para os cargos de representação.

10.17. Porque a questão da coordenação não se cinge a uma discussão sobre protagonistas e sua capacidade mediática, **o BE deve assumir um sistema coletivo de porta-vozes.** A comunicação

e a intervenção no dia-a-dia devem ser partilhadas pelos membros da CP dada a natureza coletiva da direção política que queremos.

Movimentar o BE será portanto: direcionar-se para os sectores mais afetados pela crise e excludxs da política; fomentar o arrojo e a criatividade que brotam da organização de base, num modelo organizativo aberto e participativo; combater as opressões, procurando contribuir para a organização desses sectores; dinamizar coletivos para a criação de uma cultura anticapitalista, ecologista, antirracista, anti-homofóbica e feminista; trabalhar no enraizamento nos locais de trabalho, em sindicatos, comissões de trabalhadorxs e movimentos sociais.

PROMOTORES

Vila Real - Carlos Ermida Santos, 7126

Viseu - Daniela Fernandes, 6770

Braga - Luís Ribeiro, 3457

Porto - Marta Calejo, 5274

Porto - Nuno Moniz, 4327

Aveiro - Pedro Rodrigues

Coimbra - Irina Castro, 6797

Leiria - Alex Gomes, 2803

Lisboa - Lídia Fernandes, 425

Lisboa - João Carlos Louçã, 240

Setúbal - Emília Gomes

Évora - José Viana

Alemanha - Catarina Príncipe, 3418

Brasil - Rodrigo Rivera, 3451

Açores - Néilson Fraga, 1168

SUBSCRITORES

Adão Isaque Moreira, 10162, Porto

Adriana Lemos 9768, Porto

Afonso Jantarada, 10708, Lisboa

Agostinho Moreira Ferreira, 10153, Porto

Albano Manuel Campos Sousa 10380 Porto

Albertina Pena, 263, Lisboa

Alexandra Marques Espiridião Oliveira, 957, Évora

Alexandra Sofia Freire, 4455, Aveiro

Alexandre Nunes Cunha, 9201, Leiria

Amália Maria Marques Espiridião de Oliveira, 956

Évora

Américo de Almeida Campos, 9572, Porto

Ana do Carmo, 687, Lisboa

Ana Gomes Branco, 9901, Lisboa

Ana Júlia Ganço Filipe, 9902, Brasil

Ana Martins, 6425, Lisboa

Ana Sofia Novais, 10130, Leiria

Ângela Fernandes, 925, Lisboa

António Alves Vieira, 10928, Porto

António de Jesus Ribeiro, 10903, Porto

António Fernando da Silva Rocha, 10904, Porto

António Rodrigues, 677, Lisboa

Arnaldo Pata, 1640, Setúbal

Carla Príncipe Santos Leal, 3459, Porto

Carlos Albano Brito Esteves Martins, 8427, Porto

Carlos Carujo, 101, Lisboa

Carlos Manuel Moreira Ribeiro, 10373, Porto

Cidália Maria Moreira da Rocha, 10909, Porto

Cidália Vanessa Santos Moreira, 10908, Porto

Clara Alexandre, 1980, Viseu

Clara Amaro, 9773, Lisboa

Dalila Teixeira, 9740, Porto

Diogo Parreira, 9748, Évora

Eduardo Grelo, 757, Setúbal

Elias Moreira Alves, 10899, Porto

Elisabete Figueiredo, 9036, Aveiro

Érica Almeida Postiço, 5155, Lisboa

Faustino Ferreira Campos, 10157, Porto

Fernando Felisberto Oliveira Ribeiro Leal, 10902, Porto

Fernando Moreira, 10146, Porto

Fernando Pedro Santos, 6900, Lisboa

Francisco Silva, 3489, Lisboa

Gabriela Oliveira, 3868, Açores

Henrique Gil, 1093, Lisboa

Hugo Ferreira, 6444, Aveiro

Hugo Miguel Oliveira Dias, 187, Brasil

Inês Grilo, 9776, Coimbra

Inês Ribeiro Santos, 5334, Lisboa

Isabel Cristina de Barros Ferreira, 10906, Porto

Isabel Louçã, 2780, Lisboa

Isabel M^a Pires Galego Simões Marques Atalaia, 9770, Lisboa

Ismael Varanda, 9725, Aveiro

Jaime Ferreira dos Santos, 10152, Porto

Joana Caspurro, 10648, Évora

Joana da Conceição Cruz Campos Júnior, 10381,

Porto

Joana Seabra, 10859, Porto
João Azevedo, 2778, Lisboa
João Manuel Oliveira, 7051, Lisboa
João Pedro Santos, 9393, Setúbal
Joaquim Moreira de Almeida, 10161, Porto
Joaquim Santos Leal, 10952, Porto
José Alfredo Carneiro Teixeira Viana, 1887, Évora
José António Guerra, 1032, Setúbal
José Augusto Ramos Pinto, 10951, Porto
José Belmiro Moreira Sousa, 10379, Porto
José Manuel Dias, 7667, Évora
José Maria Soares, 4641, Leiria
Laurindo da Silva, 10386, Porto
Leonardo Costa, 9739, Porto
Leonardo Silva, 3888, Setúbal
Luís Filipe Pires, 1026, Lisboa
Luís Gabriel Lopes de Almeida Campos, 10159, Porto
Mafalda Almeida, 10550, Leiria
Mamadou Ba, 2126, Lisboa
Marco Tito Gaspar, 3178, Viseu
Marcos Filipe Magalhães Teixeira, 10154, Porto
Maria Clara Ribeiro Amaro, 9773, Lisboa
Maria da Graça de Figueiredo Pacheco, 771, Lisboa
Maria de Fátima Ferreira dos Santos, 10167, Porto
Maria Emilia Gomes , 567, Setúbal
Maria Inês Moreira Bessa, 10155, Porto
Maria José Martins, 623, Lisboa
Maria José Samora, 502, Lisboa
Maria Justina, 1028, Lisboa
Maria Luísa Lopes, 6711, Porto
Maria Rosa Santos Moreira, 10900, Porto
Mariana Penha Ferreira Vieira, 9422, Lisboa
Mariana Santos, 8061, Lisboa
Mi Martinho Guerreiro, 8469, Lisboa
Miguel Batista, 4007, Porto
Miguel Peixoto, 2089, Viseu
Mónica Filipa Coelho Ferreira, 10384, Porto
Patrícia Pataco, 10278, Leiria
Patrícia Santos, 3170, Viseu
Paula Gil, 9189, Lisboa
Paulo Coimbra, 1449, Lisboa
Paulo de Sousa e Castro, 246, Porto
Paulo Fernando Ribeiro Santos, 10901, Porto
Paulo Fernando Teles Lemos e Silva, 170, Porto
Paulo Jorge Moreira da Rocha, 10905, Porto

Paulo Martins, 607, Lisboa

Pedro Feijó, 6438, Lisboa
Pedro Miguel Moreira Rodrigues, 2155, Aveiro
Pedro Santos Costa, 770, Lisboa
Ricardo Duarte, 7632, Açores
Ricardo Sá Ferreira, 6790, Bélgica
Roberto Robles, 6453, Setúbal
Ruben Rodrigues, 10522, Lisboa
Samuel Cardoso, 9828, Lisboa
Sandra Paiva, 10024, Lisboa
Sérgio Cerqueira, 6590, Lisboa
Sérgio Vitorino, 663, Lisboa
Sofia Gomes, 5421, Chile
Susana Cristina Lopes de Almeida Campos, 10166 ,
Porto
Tiago Braga, 10930, Porto
Tomás De Sá Fernandes Aleixo Nunes , 10764, Lisboa
Vítor Fonseca, 2356, Lisboa



moção U

**MOÇÃO
UNITÁRIA EM
CONSTRUÇÃO**

**Revolta cidadã para vencer a
austeridade**

MOÇÃO UNITÁRIA EM CONSTRUÇÃO

REVOLTA CIDADÃ PARA VENCER A AUSTERIDADE

A crise capitalista iniciada em 2007 persiste e o 1% mais rico impõe uma política austeritária e crescentemente conservadora, que agrava as desigualdades e alarga as áreas em guerra e os riscos para o planeta. A União Europeia (UE) é condenada pela liderança alemã a uma nova Grande Depressão, à estagnação e, a prazo, ao próprio desmembramento. Em Portugal, o capital corta salários e pensões, privatiza bens e serviços públicos, e procura reduzir a democracia à alternância de políticas semelhantes. O país precisa de uma revolta da maioria social contra a elite dominante e os seus políticos. Um pólo pelo fim da austeridade, pela democracia.

A IX Convenção é chamada a responder ao maior desafio que o Bloco enfrenta desde a sua fundação. A pressão austeritária sobre as pessoas reflete-se negativamente na atividade do partido. O Bloco tem debilidades próprias, acumulou derrotas eleitorais e perdeu apoio. Esta Convenção deve apontar um caminho alternativo para o país e isso só pode ser alcançado pelo debate mais profundo, capaz de recuperar a confiança e a iniciativa na construção da mais ampla alternativa social e política.

1. A SEGUNDA GRANDE DEPRESSÃO E O RISCO DE UM NOVO CRASH

1.1. A transformação da crise financeira em crise das dívidas soberanas, com o colapso da bolha imobiliária e o resgate público da banca, permitiu que a dívida fosse utilizada na chantagem para a imposição da austeridade. A transferência de rendimentos do trabalho para o capital assenta na diminuição do salário e das pensões, na precariedade e em altos níveis de desemprego, na privatização de serviços públicos e setores estratégicos, monopólios e bens naturais.

A atual depressão económica só é comparável à dos

anos trinta. O perigo de deflação marca a zona euro. O Banco Central Europeu persiste na injeção de liquidez no sistema financeiro enquanto recusa o financiamento dos Estados. A capacidade produtiva, o emprego e a procura continuam a cair, tornando possível um novo *crash* do sistema financeiro com riscos para a moeda única.

1.2. No Médio Oriente, a guerra generaliza-se a partir de tensões regionais antigas (a partição colonial, o longo genocídio na Palestina, o apoio das grandes potências às ditaduras locais) e mais recentes. Com a invasão do Iraque em 2003, o neoconservadorismo instalou o caos na região, alimentou o sectarismo religioso, a militarização e uma crise de refugiados permanente. O esmagamento das primaveras árabes reforçou regimes autoritários em vários países. Na Síria e no Iraque, a afirmação do chamado Estado Islâmico é a última expressão da barbárie. Não pode haver qualquer contemplação com esta força nem com os seus apoios externos, que devem ser objeto de sanções. A esquerda anti-imperialista recusa mais ações incendiárias na região e as formas de intervenção ilegítima que, como todas até agora, reforcem o extremismo religioso.

1.3. A guerra na Ucrânia serve a estratégia norte-americana de isolamento da Rússia. A escalada alimentada por Moscovo também reforça a NATO, facilitando a aproximação da Ucrânia à aliança belicista. A atuação da UE tem aumentado riscos e tensões. Só a escolha democrática do povo da Ucrânia e o respeito pela vontade expressa de todas as suas componentes, permitem uma saída pacífica e o respeito intercomunitário. O Bloco recusa uma leitura saudosista dos conflitos entre potências que se refere ao confronto entre dois "campos", um imperialista e outro anti-imperialista.

1.4. O aquecimento global é uma certeza científica sinalizada por fenómenos extremos. Uma vez mais, são os mais pobres que sofrem o maior impacto destas alterações. Mas o alerta desloca-se da mitigação das emissões para a adaptação às condições em mutação. A UE entrega recursos naturais à destruição privada, sob falsificações verdes como os créditos de

carbono, o abuso das hidroelétricas ou os agrocombustíveis.

O mundo é um local cada vez mais perigoso para os povos. Apesar da urgência do reforço da cooperação internacional, da desmilitarização e da ação comum ecológica, todos os fatores de crise concorrem para degradar a situação mundial. A esquerda internacional mantém viva a possibilidade de novas respostas globais e liga entre si as experiências de resistência à barbárie. O Bloco é um elo dessa corrente.

2. A UNIÃO EUROPEIA CONTRA OS POVOS

2.1. A UE consumou o processo de constitucionalização da austeridade. O desenvolvimento desigual condena a periferia europeia à concentração da riqueza na elite, a mais recessão, desemprego, precariedade e pobreza. O Euro, desenhado para facilitar a acumulação financeira no centro da Europa, sangra as economias periféricas. O Tratado Orçamental extingue qualquer soberania orçamental e impõe constrangimentos draconianos e permanentes. Ainda em negociação, o Tratado Transatlântico (TTIP) quer impor a desregulação dos mercados e reforçar as multinacionais, inclusive contra os Estados. A Comissão Europeia impediu a iniciativa cidadã StopTTIP e é um dos principais protagonistas deste tratado, que Portugal deve denunciar.

2.2. Os resultados das eleições europeias de 2014, com a elevada abstenção e o crescimento de novas forças de sinal reacionário, xenófobo e neo-fascista, demonstram a descrença numa UE que esmaga as soberanias populares. De igual modo, esses resultados sublinham que a esperança reside hoje nas forças de esquerda que, como em Espanha, na Grécia ou na Irlanda, assumem o confronto com as instituições europeias, rompendo com o centro político e a austeridade.

A UE é hoje a força regressiva dos seus tratados, o inverso da promessa de progresso social e solidariedade. O nascimento de um novo projeto europeu depende de uma mudança de regime, só possível pela desobediência à UE, a partir da iniciativa de cada povo subjugado à austeri-

dade e à ditadura da dívida. O único europeísmo vivo é hoje o da solidariedade entre os que, em cada país e nas redes europeias de movimentos, sindicatos, partidos e também no Parlamento Europeu, enfrentam o poder da UE em nome de uma alternativa comum.

3. PORTUGAL ESTÁ PIOR: TRÊS ANOS DE REGRESSÃO CIVILIZACIONAL

3.1. O governo da austeridade transformou Portugal. O PIB recuou 15 anos, os salários mais de uma década, o emprego duas décadas. Foram destruídos mais de meio milhão de postos de trabalho. Mais de metade das pessoas sem emprego não têm qualquer apoio social. A precariedade é a regra. Os serviços públicos, mais caros e inacessíveis, dão sinais de esgotamento. Foram privatizados setores estratégicos, monopólios e bens naturais. A pobreza cresce e anula as perspetivas de emprego dos mais jovens. O sofrimento social é ainda maior nos setores mais atingidos pela pobreza: infância e terceira idade, mulheres. A emigração supera os valores da década de 60 e a taxa de natalidade é a mais baixa de sempre, por efeito do empobrecimento e êxodo de portugueses e imigrantes, bem como da desproteção da parentalidade, que penaliza especialmente as mulheres. A desestruturação social configura um quadro propício a retrocessos como é o aumento da violência de género, fenómeno epidémico em Portugal.

3.2. O discurso da recuperação económica, repetido pelo governo, está desmentido. As exportações não se transformaram em motor da economia, não chegam sequer a superar sustentadamente as importações, e não há investimento. A dívida pública atingiu os valores mais altos de sempre - 134% do PIB - e, como prova o caso BES, o sistema financeiro é um risco maior.

Portugal foi submetido à doutrina do choque, com resultados devastadores. Esta é uma guerra social permanente, prolongada e com centro ofensivo em Berlim e na Comissão Europeia. Ela implica mais miséria e a subversão da Constituição e da democracia. Estes efeitos profundos convocam um sentido de urgência.

4. NO PAÍS DE ABRIL, UM NOVO LEVANTAMENTO SOCIAL É POSSÍVEL.

4.1. Há dois anos, a moção aprovada pela VIII Convenção era clara na sua prioridade: "a maior urgência é a resposta social". No fim do ciclo da troika e na abertura do ciclo do Tratado Orçamental, vale a pena olhar para as exigências que enfrentámos. Em 2011, a chantagem da bancarrota deixou a sociedade portuguesa perplexa. Combatida em tentativas anteriores - 15 de Outubro 2011, Primavera Global - essa perplexidade só termina na grande manifestação Que Se Lixe a Troika (QSLT), a 15 de Setembro de 2012.

4.2. Essa manifestação inicia o ano de mais intensas manifestações populares em democracia. Ainda em setembro de 2012, a CGTP manifesta-se no Terreiro do Paço, abrindo caminho para a greve geral de 14 de novembro, com correspondência noutros países do Sul europeu. No dia 2 de Março de 2013, a segunda manifestação QSLT sobe a parada da mobilização, com participações setoriais importantes. Sem que fosse percebida como tal, a crise política de julho é sobretudo o resultado desta escalada da mobilização (vd. carta de demissão de Vitor Gaspar). Mas a pressão europeia e o agenciamento de Belém impuseram a continuação do governo e instalaram um profundo de desalento. Apesar de lutas setoriais importantes, sobretudo vindas dos trabalhadores dos serviços públicos, a mobilização estagnou. Em todos estes momentos, o empenhamento dos ativistas do Bloco esteve presente.

4.3. A experiência extraordinária das manifestações QSLT não bastou para a afirmação de espaços descentralizados, abertos e territoriais para a organização da mobilização. Entre setembro de 2012 e março de 2013, faltou a unidade para avançar nesse sentido e mudar a qualidade da expressão da rejeição popular do governo da troika. Em vez disso, assistiu-se à desagregação de plataformas e à ausência de novos sujeitos. Da emigração forçada não resultou ainda uma expressão política do "exílio económico".

4.4. Este ciclo político foi marcado também por mobilizações setoriais importantes: a greve dos professores em 2013, um dos fatores de precipitação da crise política; as lutas na saúde, em particular dos enfermeiros e médicos; dos estudantes, com seis manifestações que obrigaram o governo a repor bolsas aos estudantes de famílias com dívidas; dos bolsiros e investigadores, que resistem à precarização do setor; dos estivadores, que ganharam o novo contrato coletivo e a reintegração de 47 trabalhadores; dos trabalhadores precários, que conseguiram mudanças na lei a partir da segunda iniciativa legislativa cidadã realizada em Portugal; das mulheres, contra a violência de género; das pessoas LGBT contra a discriminação; das populações em luta contra a extinção forçada de freguesias e contra o encerramento de tribunais, centros de saúde, correios e outros serviços essenciais. Dar continuidade a estas experiências é o nosso compromisso.

4.5. Para além da resistência e da luta social, o caminho também se fez de iniciativas centradas no diálogo e convergência da oposição. Se, nos encontros da Aula Magna, foi possível juntar vozes contra a austeridade e os ataques à Constituição, já antes, no Congresso Democrático das Alternativas, tal como na Iniciativa por uma Auditoria Cidadã, o debate em torno da necessidade da renegociação da dívida e da rotura com o Tratado Orçamental deu passos clarificadores. Estas iniciativas juntaram milhares de pessoas de todos os quadrantes da esquerda, incluindo militantes do PS, cuja direção se manteve, no entanto, distante. Esse alheamento tem uma base política profunda: a contradição entre o discurso e as escolhas reais do Partido Socialista.

Construindo a unidade contra a ofensiva austeritária, o Bloco participará, com renovado compromisso, em todos os esforços coletivos de imaginação e ação, elaboração de alternativas e mobilização para a luta. Sem um novo protagonismo popular ativo, não haverá a força para uma inversão de rumo.

5. UM BLOCO QUE RENOVE A IRREVERÊNCIA

5.1. O Bloco atravessa dificuldades que importa ultrapassar. É relevante analisar as que têm raiz nas próprias escolhas das direções políticas ao longo do tempo. A reabsorção da crítica alegrista pelo PS, depois de cinco anos de dissidência, diminuiu o Bloco, que investiu nessa fratura para uma nova relação de forças política. Num curto intervalo de tempo, em 2011, o apoio à candidatura de Manuel Alegre e a apresentação da moção de censura ao governo Sócrates surgiram, aos olhos de muitos, como decisões contraditórias e erráticas. Cremos, porém, que não se recupera a confiança de muita gente que acompanhou o Bloco criando hoje divergências internas num passado onde afinal houve consensos maioritários. O rumo estratégico do Bloco continua a passar pela conquista da maioria social: expressar o protesto, quebrar a base de apoio da alternância, polarizar à esquerda.

5.2. Outra dificuldade que enfrentamos é o peso esmagador da ação institucional na imagem do partido. Apesar do seu papel na resistência social à austeridade e contra o conservadorismo, o Bloco não conseguiu até agora crescer com a revolta dos que se manifestam, nem expressar o protesto de muitos que preferem abster-se. Pelo contrário, o partido surge cada vez mais adaptado aos cânones da comunicação política dominante. O domínio absoluto do parlamento na nossa visibilidade mediática é, só por si, um factor de institucionalização e normalização da imagem. Torna-se assim ainda mais premente a necessidade de uma maior diferenciação do discurso, de mais irreverência e de uma renovação do grupo parlamentar. O Bloco deve interpretar o sentimento contra a política dominante, o sistema e a sua elite.

5.3. A nossa representação pública sofreu profundas transformações no último período, na sequência da substituição da coordenação anterior, momento que se sabia difícil. O Bloco propôs uma rotura com os modos da representação tradicionais e adoptou um modelo de coordenação paritário. Como era previ-

sível, nestes dois anos, muitas das dificuldades do partido foram analisadas à luz desta mudança, mesmo que não se tenham confirmado os prognósticos de divergências e contradições na nossa afirmação pública e apesar das virtualidades reveladas pelo modelo. O Bloco pagou o preço de ser o primeiro partido português a estabelecer a paridade de género na sua representação. Nesta Convenção, fazemos um novo avanço no sentido da consagração da paridade como regra democrática e política da esquerda, estabelecendo-a em 50/50 na MN e na CP. Na coordenação, mantemos a coerência dessa escolha.

5.4. O Bloco continua a ter pouca implantação local e autárquica. Tem hoje centenas de eleitos locais, mas organizações com níveis desiguais de estruturação. Mesmo onde a intervenção autárquica é mais ativa e consistente, nem sempre é acompanhada pela intervenção que lhe pode dar impacto local, em campanhas e movimentos. Hoje já existem alguns bons exemplos que têm de ser aprofundados.

5.5. O Bloco tem estado preso a vícios centralistas e insuficiências na participação quotidiana dos seus aderentes. Para intensificar a democracia interna é fundamental uma aproximação entre os órgãos do Bloco e os aderentes, com debate em assembleia dos planos de trabalho, envolvendo militantes na iniciativa, na elaboração e na formação políticas. A Conferência Nacional dedicada às questões organizativas teve o mérito de levar o debate mais longe do que alguma vez tinha ido. Impõe-se agora concretizar, local e centralmente, as medidas ali decididas.

O Bloco renova-se na prioridade à mobilização social e na aprendizagem de novas formas de organização e intervenção. Reforça-se na descentralização do debate e da ação, na pluralidade de vozes em luta contra a austeridade.

6. UM PROGRAMA PARA ACABAR COM A AUSTERIDADE

6.1. O objetivo imediato do Bloco é o fim da austeridade. O investimento público para a criação de em-

prego sustentável e a recuperação dos rendimentos do trabalho e dos serviços públicos degradados requer um governo capaz de devolver à esfera pública os bens estratégicos privatizados. O controlo privado destes recursos - banca, energia, telecomunicações, transportes - não só diminui a capacidade de iniciativa do Estado, essencial a uma inversão de políticas, como desvia recursos e aumenta a vulnerabilidade do país.

6.2. Este objetivo depende de medidas concretas, de um caminho para acabar com a austeridade. A primeira medida deste programa é a renegociação da dívida pública e de toda a dívida externa, cujos valores são insustentáveis. Sem um forte abatimento no peso da dívida, manter-se-ão a drenagem de recursos para o exterior e a incapacidade de financiamento da economia. A par desta renegociação, deve iniciar-se a desvinculação do Tratado Orçamental. O núcleo do programa do Bloco completa-se com uma profunda reforma fiscal e com a nacionalização dos bens estratégicos. No caso da banca, o controlo público deve evitar a socialização das perdas e responsabilizar os acionistas e os potentados financeiros - os grandes credores da banca privada.

6.3. O Bloco empenha-se na resistência à revisão conservadora e antidemocrática da Constituição e da lei eleitoral. O PS acompanha o PSD na redução da representatividade do Parlamento, facilitando a bipolarização. Os círculos uninominais propostos por António Costa diminuem a representação, excluem a esquerda anti-austeridade e qualquer opinião minoritária. São um golpe contra a democracia e rompe as relações políticas estabelecidas pela Constituição desde 1976.

6.4. A recuperação do rendimento do trabalho depende de uma inversão de tendência no mundo laboral. Nos últimos anos, Portugal assistiu ao aumento da exploração, à destruição abrupta da contratação coletiva e à multiplicação de formas de precariedade (subemprego, trabalho temporário, programas ocupacionais) que permitiram, com a emigração, a ocultação da dimensão real do desemprego. O Bloco assume a centralidade do trabalho na resposta à crise: a redução do horário laboral para a criação de em-

prego implica o desenvolvimento da proteção legal dos trabalhadores e o fim da discriminação das mulheres, na lei e na prática.

6.5. Com a austeridade, avança também o conservadorismo. A resistência a essa agenda faz parte da identidade do Bloco, que deve investir na reanimação dos ativismos feministas, LGBT, anti-racistas e pelos direitos sexuais e reprodutivos. Deve mobilizar-se para o movimento social em torno destes temas e reforçar a sua intervenção no parlamento e nas ruas. Destacam-se neste capítulo, a adoção plena por casais do mesmo sexo, a procriação medicamente assistida, alteração da lei da violação e a aplicação da lei da mudança de sexo.

6.6. A austeridade é um mecanismo de saque do território. Entre a procura de novos recursos energéticos não-sustentáveis, expansão de extração mineira (corrida ao ouro), concessões marítimas, expropriação urbanística (despejos a favor de fundos especulativos e pressão sobre as populações dos centros turísticos), a crise vende barato os recursos do país e rebaixa os padrões ambientais. A resposta à recessão não pode ser um regresso a um modelo de predação ambiental, incapaz de reformular padrões de consumo e focado num crescimento sem critérios ecológicos e sociais. Pelo contrário, a qualidade de vida e a sustentabilidade ambiental são indicadores essenciais. A valorização das pequenas e médias empresas e a reindustrialização do país impõem uma estratégia ecossocialista que combine planeamento e participação popular.

6.7. A austeridade despoeva o interior e gentrifica as cidades. O Bloco recusa a desestruturação territorial e o desinvestimento no interior. Defendemos a devolução de serviços públicos, o investimento no sistema de transportes, nomeadamente em meio rural, em particular os ferroviários, e o reforço do investimento e da democracia local.

O Bloco será claro quanto ao seu objetivo imediato e quanto ao programa para o alcançar. Desafiamos para esta alternativa quem queira romper com a austeridade.

7. UM PÓLO UNIDO À ESQUERDA PARA DERROTAR A AUSTERIDADE

7.1. A aplicação do Tratado Orçamental coloca dois campos em confronto. O campo da alternância, formalizado em 2011 pelas direções do CDS, PSD e PS na assinatura do memorando, continua na submissão àquele Tratado e à dívida. Na oposição a qualquer governo deste campo, deve afirmar-se um pólo político de alternativa à austeridade. É nesse pólo à esquerda que o Bloco se situa.

7.2. Não há posição intermédia. A integração da esquerda no campo da alternância nunca permitiu qualquer avanço, como já demonstraram as alianças com partidos liberais e da austeridade - em Itália (Re-fundação Comunista no governo Prodi) ou na Grécia (Esquerda Democrática no governo da troika). Os socialistas governam a Alemanha com Merkel. Holanda e Renzi não enfrentam nem os mercados nem a Comissão Europeia. O Tratado Orçamental imporá cortes de 7000 milhões na despesa pública ao longo dos próximos três anos: não há recuperação de salários e serviços públicos. Os setores que se aproximam do Partido Socialista e com ele pretendem governar abdicam de responder ao principal desafio colocado ao país: desobedecer às imposições da UE como condição para cumprir qualquer objetivo da esquerda em Portugal. O Bloco não desiste.

7.3. O Bloco recusa novos sacrifícios em nome de um Euro que, como afirmámos na anterior Convenção, está na raiz da crise: "criou auto-estradas de capital de sentido único, da periferia para o centro". O Bloco reitera assim a posição assumida nas eleições europeias e que é a base das nossas alianças na Europa. Contra a austeridade, a esquerda deve assumir todas as possíveis consequências do confronto com as instituições da UE. Este caminho alternativo pode resultar num rompimento com a união monetária.

7.4. Nas eleições presidenciais, o Bloco estará disponível para apoiar uma candidatura independente que se coloque sem ambiguidade no campo anti-austeridade, pela desvinculação do Tratado Orça-

mental e pelo cumprimento da Constituição. O Bloco não exclui a possibilidade de apresentar uma candidatura própria.

É necessário um pólo político das forças que combatem a austeridade. Uma união das esquerdas que, sendo a voz da revolta cidadã, seja uma alternativa de governo ao bloco central. A esse pólo, é indispensável a cidadania independente, ativistas e movimentos sociais em oposição a qualquer governo submetido ao diktat europeu. Indispensáveis são também os partidos presentes nessa luta. Só essa unidade em bases programáticas claras pode conquistar força política, social e eleitoral, fraturar o campo da alternância e mobilizar atuais abstencionistas, para definir os desenvolvimentos futuros e a própria governação.

Onze desafios para a oposição e para a governação:

1. Romper com a austeridade, repondo salários, pensões e subsídios.
2. Referendo para desvinculação do Tratado Orçamental.
3. Reestruturação das dívidas pública e externa.
4. Aumento do salário mínimo nacional.
5. Reforma fiscal, baixando impostos sobre trabalho e bens essenciais e taxando as grandes fortunas.
6. Recuperação dos serviços públicos essenciais, saúde, educação, segurança social.
7. Nacionalização do sistema bancário e dos recursos privatizados ou concessionados.
8. Revisão do código do trabalho, com devolução dos direitos e da contratação coletiva.
9. Combate à corrupção, pelo fim da promiscuidade entre política e negócios e pela criminalização do enriquecimento ilícito.
10. Democracia paritária, com igualdade de oportunidades e combate à violência de género.
11. Recusa das guerras do império e saída da NATO.

8. UMA ORGANIZAÇÃO PARA A LUTA, COM UMA DEMOCRACIA VIVIDA

8.1. O Bloco deve ter a marca genética democrática

que anunciamos a toda a cidadania. Não pode existir apenas para si próprio, mas antes ser ágil e sensível ao conflito social. Deve assegurar a igualdade plena de todos os aderentes, quer pertençam ou não a tendências internas. As estruturas devem responsabilizar-se por planos de intervenção nas lutas. Em particular, no mundo do trabalho e nos seus movimentos, deve ser aprofundado o envolvimento nas lutas e a presença nos locais de trabalho.

8.2. Na juventude, o Bloco precisa de conjugar autonomia e enraizamento. Tem de ter condições de debate democrático e definição de prioridades, ao mesmo tempo que se relaciona com as organizações territoriais. O rejuvenescimento da militância e das estruturas dirigentes é crucial: alargamento ao secundário, onde se formam as primeiras identidades políticas e de onde saem os jovens trabalhadores e estudantes do ensino superior.

8.3. É necessário corrigir o desequilíbrio de género na base do Bloco, estudando formas de aumentar a filiação de mulheres, bem como modos de organização (horários das reuniões, guarda das crianças, etc) e integração de novas militantes.

8.4. O Bloco deve manter uma profunda articulação com as organizações autónomas da Madeira e dos Açores. Já em 2015, disputaremos o regresso ao parlamento madeirense de uma esquerda comprometida com a autonomia regional e com a luta da esquerda.

8.5. A concretização das propostas aprovadas na Conferência de Organização constitui uma exigência e um compromisso desta moção. Há outras mudanças urgentes a fazer, algumas das quais necessitam de alterações estatutárias que aprofundem a nossa democracia interna.

8.6. Todas/os os aderentes têm o direito de conhecer as deliberações coletivas. Do núcleo de base até à Comissão Política (CP), todos os órgãos devem estar obrigados à elaboração de minutas sobre as suas decisões. Todos os órgãos têm de ter um plano de intervenção, com objetivos claramente definidos, que estejam sujeitos a escrutínio e balanço regular. São

passos elementares, mas decisivos para que uma participação efetiva.

8.7. A MN deve propor um estatuto dos funcionários que garanta que as escolhas são feitas com critérios predefinidos, transparência entre opções e participação direta dos órgãos envolvidos.

8.8. Qualquer moção política submetida à MN com a subscrição de 100 aderentes será debatida e votada.

8.9. A MN pode convocar referendos internos sobre as seguintes matérias: apoio a uma candidatura presidencial, acordos ou coligações pré ou pós-eleitorais nacionais, orientação de voto do partido sobre matéria constitucional ou de tratados internacionais. A subscrição de 500 aderentes obriga à convocação do referendo. A subscrição de 150 aderentes obriga ao debate e deliberação da MN sobre uma proposta de referendo. Referendos locais sobre decisões do âmbito regional, distrital ou concelhio, obedecerão também ao regulamento do referendo que a MN aprovará. Decisões tomadas em Convenção não são referendáveis.

8.10. É dado conhecimento às coordenadoras distritais da ordem de trabalhos da MN. Após cada reunião, o Correio da Mesa passa a ser publicado em bloco.org.

8.11. Se a presente moção e a lista que vai apresentar para a MN forem as mais votadas, os seus eleitos procurarão, junto de todas as moções presentes na MN, acordos de confiança e trabalho comum que definam uma CP de representação plural.

8.12. A coordenação é um debate e uma escolha da Convenção. A coordenação integra-se na MN e na CP, às quais está vinculada. A coordenação é paritária e, à luz da experiência dos últimos dois anos, terá funções diferenciadas. Se a lista apresentada por esta moção à MN for a mais votada, a coordenação será desempenhada pelos seus dois primeiros membros. Em nome da unidade política da representação do Bloco, os eleitos na lista desta moção não participarão em qualquer coordenação que resulte de arranjos entre

moções políticas diferentes.

O Bloco precisa de uma estratégia de organização que sirva os combates políticos locais e nacionais, que vá muito além da presença institucional, que o enraíze socialmente e pratique uma democracia interna sem tutelas.

9. SOCIALISMO, ALTERNATIVA DE SOCIEDADE

9.1. O socialismo é a democracia toda, nas relações sociais, na vida pública, nos modos de vida, na economia. É o primado da política social contra a mercantilização da vida. É a alternativa que aprendeu com o desastre das experiências totalitárias do Leste e da Ásia e com a capitulação da social-democracia ao neoliberalismo. O socialismo é a alternativa à predação social, económica e ambiental intrínseca ao capitalismo. O Bloco age pela abertura dos caminhos, nacionais e internacionais, para este novo regime social.

9.2. Em Portugal, a burguesia rentista é responsável pelas fragilidades da economia, pelo atraso e desigualdade extrema. A austeridade é uma declaração de guerra da classe dominante. A sua derrota só pode ser imposta pela mobilização de milhões de pessoas. Da América Latina às primaveras árabes, a revolta cidadã é um fenómeno do nosso tempo.

9.3. Socialismo é o novo regime feito de todas as emancipações. Reestrutura a economia para acabar com a exploração do trabalho. Recusa os blocos militares, em nome de uma política de paz e prevenção de conflitos. Combate todas as relações de dominação, em todas as escalas. E faz-se proposta para hoje: justiça social, propriedade pública dos setores estratégicos, proteção dos recursos naturais, eficiência energética, acesso à água, energias renováveis, direitos dos animais. Enfrenta a ditadura do capital sobre o território, contra a segregação social nas cidades e pelo desenvolvimento rural e do interior.

9.4. Em contraste com o feminismo liberal e institucional, assumimos a herança feminista na luta de classes, o seu papel nas transformação da vida das

mulheres, em particular das mais desfavorecidas. Empenhamo-nos na procura de novas práticas sociais e de linguagem, ultrapassando discriminações.

9.5. Ampla mobilização e democracia plena são exigência das lutas desta década. A esquerda tem de saber participar nesses movimentos sociais, com respeito pelas suas dinâmicas e agendas, contribuindo para respostas concretas e afirmando uma alternativa de sociedade. A auto-organização e a solidariedade popular concorrem para a unidade, a cidadania e a emancipação do trabalho numa sociedade democrática e participada.

Em rotura com o sectarismo, o Bloco assume o legado histórico das revoluções populares, do pensamento e das lutas pela liberdade e do socialismo. No quotidiano, renova a esperança e a vontade de vencer o capitalismo.

PROMOTORES

Catarina Martins; Porto - Porto; 8425

João Semedo; Porto - Gondomar; 4638

Alda Sousa; Porto - Vila Nova de Gaia; 654

Ana Paula Canotilho; Porto - Gondomar; 3310

António Chora; Setúbal - Moita; 563

António Ricardo; Portalegre - Ponte de Sor; 209

Carlos Couto; Viseu - Viseu; 3141

Carlos Matias; Santarém - Entroncamento; 1355

Carlos Santos; Lisboa - Lisboa; 236

Cecília Honório; Faro - Lagos; 446

Constantino Piçarra; Beja - Castro Verde; 787

Fernando Rosas; Setúbal - Setúbal; 657

Francisco Louçã; Lisboa - Lisboa; 1684

Helena Carmo; Lisboa - Sintra; 2050

João Teixeira Lopes; Porto - Porto; 2168

Jorge Costa; Setúbal - Setúbal; 635

José Gusmão; Lisboa - Lisboa; 3283

José Manuel Pureza; Coimbra - Coimbra; 406

José Maria Cardoso; Braga - Barcelos; 1308

João Mineiro; Lisboa - Lisboa; 6566

Joaquim Piló; Setúbal - Seixal; 2930

José Soeiro; Porto - Porto; 948

Manuela Tavares; Setúbal - Almada; 845

Maria da Graça Pinto; Viseu - Viseu; 2786

Maria Helena Figueiredo; Évora - Évora; 10118
 Mariana Mortágua; Lisboa - Lisboa; 6687
 Mário Tomé; Lisboa - Lisboa; 3761
 Marisa Matias; Coimbra - Coimbra; 3764
 Pedro Soares; Braga - Braga; 108
 Renato Soeiro; Porto - Vila Nova de Gaia; 2620
 Rui Cortes; Vila Real - Vila Real; 251

SUBSCRITORES

Abel Augusto da Costa Dias; Lisboa - Cascais; 3748
 Abel Raposo; Setúbal - Setúbal; 837
 Ada Pereira da Silva; Porto - Porto; 9785
 Adelina Serra; Faro - Tavira; 5080
 Adelino Domingues; Coimbra - Soure; 8939
 Adelino Domingues; Coimbra - Soure; 8939
 Adelino Martins de Carvalho; Braga; 1305
 Adelino Semedo; Setúbal - Setúbal; 9681
 Adriana Brito; Guarda - Seia; 6914
 Adriana Lopera; Lisboa - Lisboa; 2447
 Adriano Campos; Porto - Porto; 3120
 Afonso Moreira; Lisboa - Lisboa; 10022
 Agostinha Andrade; Madeira - Funchal; 4384
 Agostinho Pedrosa; Braga - Guimarães; 5875
 Aires Correia Ventura; Coimbra - Lousã; 4404
 Albano Cavaleiro; Coimbra - Coimbra; 3766
 Alberta Cruz; Lisboa - Torres Vedras; 10642
 Alberto de Sousa e Silva; Porto - Vila N. de Gaia; 197
 Albino Rodrigues; Coimbra - Coimbra; 9979
 Alcindo Norte; Faro - Olhão; 8378
 Alda Macedo; Porto - Porto; 196
 Alda Sousa; Porto - Vila Nova de Gaia; 654
 Alexandra Ricardo; Lisboa - Oeiras; 9912
 Alexandre Café; Lisboa - Vila Franca de Xira; 10070
 Alexandre Matos; Lisboa - Sintra; 6891
 Alice Pinho; Lisboa - Lisboa; 724
 Álvaro Arranja; Setúbal - Setúbal; 569
 Álvaro Delgado; Faro - Loulé; 2685
 Álvaro Reis; Aveiro - Ovar; 7516
 Álvaro Sousa Azevedo; Porto - Porto; 10929
 Amarílis Felizes; Porto - Vila Nova de Gaia; 9877
 Américo Alves; Madeira - Santana; 5146
 Américo Santos; Santarém - Salvaterra de Magos; 8770
 Ana Alexandra Costa; Porto - Vale do Sousa; 9577

Ana Bárbara Pedrosa; Braga - Vizela; 6447
 Ana Boa-ventura; Leiria - Leiria; 3737
 Ana Campos; Lisboa - Lisboa; 650
 Ana Cansado; Lisboa - Lisboa; 1166
 Ana Couto; Évora - Évora; 10766
 Ana Cristina Nunes; Setúbal - Setúbal; 10756
 Ana Feijão; Lisboa - Lisboa; 5271
 Ana Fidalgo; Porto - Gondomar; 7505
 Ana Filomena Amaral; Coimbra - Lousã; 4406
 Ana Gonçalves; Porto - Porto; 5612
 Ana Isabel Bernardes; Leiria - Leiria; 5056
 Ana Marisela Silva; Madeira - Machico; 7956
 Ana Mota Silva; Porto - Amarante; 6141
 Ana Natacha; Faro - Lagos; 3703
 Ana Paula Almeida; Beja - Beja; 7290
 Ana Paula Leite; Braga - Braga; 5368
 Ana Paula Rodrigues; Madeira - Funchal; 3347
 Ana Rita Brito; Coimbra - Coimbra; 7897
 Ana Rita Costa; Lisboa - Lisboa; 858
 Ana Rute Marcelino; Braga - Vila N. de Famalicão; 3718
 Ana Sartóris; Setúbal - Palmela; 2027
 Ana Sofia Cortes; Lisboa - Lisboa; 9397
 Ana Sofia Roque; Lisboa - Lisboa; 3595
 Ana Vinagre; Portalegre - Ponte de Sor; 9662
 Anabela Alexandrino; Lisboa - Amadora; 9381
 Anabela Nunes; Setúbal - Setúbal; 10757
 Anaís Coelho Proença; Aveiro - Sta. Maria da Feira; 9952
 André Julião; Lisboa - Loures; 10632
 André Pires; Lisboa - Lisboa; 283
 André Portas; Lisboa - Lisboa; 8580
 André Santos; Santarém - Salvaterra de Magos; 9153
 André Soares; Lisboa - Lisboa; 4855
 Andrea Peniche; Porto - Porto; 193
 Andreia Fernandes; Faro - V. R. de Sto. António; 10107
 Andreia Meijinhos; Lisboa - Odivelas; 9820
 Andreia Sousa; Porto - Santo Tirso; 6737
 Anibal Ferra; Lisboa - Mafra; 9009
 António Brito Dias; Coimbra - Coimbra; 4811
 António Carlos Antunes; Lisboa - Oeiras; 9975
 António Chan; Lisboa - Lisboa; 9683
 António da Silva Gonçalves; Porto - Amarante; 1474
 António Faria; Lisboa - Mafra; 7012
 António Godinho; Santarém - Tomar; 1323
 António Gouveia; Madeira - Santa Cruz; 9488
 Antonio José André; Coimbra - Coimbra; 1165
 António José Dimas Soares; Lisboa - Oeiras; 9974

- António Lage; Lisboa - Lisboa; 2253
 António Lopes Canhoto; Leiria - Batalha; 2894
 António Maneira; Setúbal - Almada; 273
 António Manuel Rodrigues; Coimbra - Coimbra; 9427
 António Manuel Santos; Lisboa - Amadora; 1108
 António Martins Sousa; Braga - Vieira do Minho; 2700
 António Maurício; Lisboa - Lisboa; 9683
 António Melanda; Coimbra - Montemor-o-Velho; 9066
 António Moniz; Leiria - Peniche; 264
 António Olimpio Catatão; Viseu - S. Pedro do Sul; 5199
 António Pedro Sá; Braga - Barcelos; 10259
 António Pereira; Portalegre - Campo Maior; 1959
 António Pimenta Vieira; Setúbal - Setúbal; 3006
 António Pinto Gonçalves; Portalegre - Ponte de Sor; 6472
 António Pires Carvalho; Lisboa - Odivelas; 4126
 António Resende; Braga - Braga; 1302
 António Rodrigues Pinto; Aveiro - Santa Maria da Feira; 2625
 António Santos; Lisboa - Amadora; 1108
 António Santos; Setúbal - Seixal; 1392
 António Sarmiento; Setúbal - Almada; 6373
 Antonio Simões; Porto - Amarante; 1476
 António Soares Luz (Sá Luz); Porto - Porto; 342
 Armando Cardoso; Braga - Braga; 7535
 Armando Conceição; Lisboa - Amadora; 9950
 Armando Mesquita; Évora - Alandroal; 7360
 Armando Pateca; Madeira - Câmara de Lobos; 5150
 Artur Calado; Portalegre - Portalegre; 8084
 Artur Miguel Dias; Coimbra - Coimbra; 1159
 Artur Sanina; Faro - Tavira; 10653
 Artur Semide; Setúbal - Almada; 848
 Augusto Simões; Coimbra - Lousã; 2844
 Aurelindo Ceia; Lisboa - Torres Vedras; 867
 Aurora Pereira; Porto - Amarante; 10832
 Bárbara Soares; Lisboa - Lisboa; 630
 Belandina Vaz; Lisboa - Lisboa; 5454
 Bernardino Monteiro; Santarém - Salvaterra de Magos; 9184
 Berta Alves; Lisboa - Cascais; 666
 Bruno Cabral; Lisboa - Lisboa; 297
 Bruno Carvalho; Coimbra - Miranda do Corvo; 10429
 Bruno da Ponte; Açores - São Miguel; 2510
 Bruno Maia; Lisboa - Lisboa; 2774
 Bruno Maia; Porto - Vila do Conde - Póvoa; 5413
 Bruno Martins; Évora - Évora; 4645
 Carla Menezes Abreu; Madeira - Funchal; 9632
 Carla Alcaravela; Portalegre - Ponte de Sor; 10536
 Carla Carvalho; Braga - Guimarães; 8021
 Carla Escarduça; Faro - Lagos; 7660
 Carla Marques; Coimbra - Figueira da Foz; 9130
 Carla Mendes; Viseu - Viseu; 2389
 Carla Oliveira; Santarém - Entroncamento; 8351
 Carlos Alberto Santos; Coimbra - Lousã; 5346
 Carlos Borges de Sousa; Lisboa - Lisboa; 3943
 Carlos Borrego; Portalegre - Ponte de Sor; 9663
 Carlos Costa Vieira; Santarém - Alcanena; 8488
 Carlos Daniel Matos; Faro - Faro; 10831
 Carlos Flausino; Santarém - Coruche; 10830
 Carlos Galvão; Lisboa - Sintra; 4246
 Carlos Ginga; Portalegre - Campo Maior; 10197
 Carlos Gomes; Vila Real - Vila Real; 1518
 Carlos Gonçalves; Lisboa - Loures; 9661
 Carlos Gonçalves; Madeira - Funchal; 3585
 Carlos Honório; Coimbra - Lousã; 10430
 Carlos Machado; Porto - Amarante; 5187
 Carlos Marecos; Santarém - Santarém; 5017
 Carlos Pais; Lisboa - Amadora; 4712
 Carlos Patrão; Lisboa - Vila Franca de Xira; 1052
 Carlos Ribeiro; Porto - Felgueiras; 5312
 Carlos Silva; Santarém - Cartaxo; 6781
 Carlos Teles; Braga - Braga; 928
 Carmen Silva; Porto - Vila do Conde - Póvoa; 1213
 Carmo Bica; Viseu - Vouzela; 2784
 Carmo Marques; Aveiro - Aveiro; 3655
 Catarina Caldeira Martins; Coimbra - Coimbra; 2822
 Cátia Nascimento; Bragança - Bragança; 7067
 Cátia Oliveira; Porto - Maia; 10504
 Cecília Lopes; Portalegre - Ponte de Sor; 10797
 Cecília Moutinho da Silva; Porto - Matosinhos; 353
 Celestino Cró; Madeira - Funchal; 3365
 Celina Santos; Lisboa - Sintra; 3285
 César Oliveira; Santarém - Salvaterra de Magos; 8612
 Clara Queiroz; Açores - São Miguel; 2511
 Clarinda de Jesus Ramos Cardoso; Évora - Arraiolos; 10843
 Cláudia Campos Rodrigues; Viana do Castelo - Monção; 9468
 Cláudia Isabel Teixeira; Leiria - Marinha Grande; 8042
 Claudia Oliveira; Lisboa - Lisboa; 304
 Cláudio Gaspar; Coimbra - Coimbra; 6510
 Conceição Duarte; Coimbra - Coimbra; 4812

Conceição Nogueira; Porto - Porto; 941
Conceição Semedo; Setúbal - Setúbal; 9680
Cristina Andrade; Lisboa - Lisboa; 5074
Cristina Cerveira Pinto; Lisboa - Torres Vedras; 2164
Cristina Fortes; Santarém - Alcanena; 9034
Cristina Piçarra; Beja - Castro Verde; 2490
Cristina Vanessa; Coimbra - Figueira da Foz; 1668
Custódio Gomes; Braga - Vieira do Minho; 5779
Dália Rainho; Santarém - Entroncamento; 1346
Daniel Araújo; Porto - Vila Nova de Gaia; 10625
Daniel Fernandes; Braga - Amares; 8683
Daniel Pereira Teixeira; Madeira - Funchal; 9461
Daniela André Silva; Portalegre - Campo Maior; 10198
David Ansiães; Lisboa - Torres Vedras; 7774
David Berruoco; Faro - Olhão; 10617
David Bizarro; Portalegre - Nisa; 7703
David Reis; Lisboa - Lisboa; 1087
Deesy Pinto; Madeira - Funchal; 9665
Delmiro Ferreira; Madeira - Funchal; 5124
Deolinda Martin; Lisboa - Amadora; 3942
Diana Luis; Lisboa - Lisboa; 10662
Diana Neves; Lisboa - Lisboa; 4636
Dina Nunes; Lisboa - Lisboa; 692
Diniz Pinto; Braga - Braga; 915
Diogo Trigueiros; Braga - Barcelos; 10769
Duarte Alves; Madeira - Funchal; 8307
Duarte Leitão; Lisboa - Amadora; 8541
Eduardo Marques; Viseu - Lamego; 6446
Elisa Antunes; Porto - Amarante; 3812
Elisa Moreira; Setúbal - Setúbal; 10911
Elisabete Figueira; Madeira - Câmara de Lobos; 7691
Elsa Marques; Lisboa - Sintra; 4214
Elsa Santos; Coimbra - Coimbra; 5398
Ernesto Magalhães; Porto - Matosinhos; 4060
Esmeralda Mateus; Porto - Porto; 1252
Eulália Santos; Santarém - Salvaterra de Magos; 9183
Eva Coelho; Porto - Vale do Sousa; 10108
Ezequiel Ferreira; Lisboa - Lisboa; 670
Fabrice Schurmans; Coimbra - Coimbra; 5105
Fátima Gonçalves; Madeira - Funchal; 6923
Fátima Pedrosa; Porto - Matosinhos; 4059
Fátima Pires; Lisboa - Oeiras; 613
Fernando Beata Neves; Lisboa - Sintra; 3082
Fernando Fontinha; Lisboa - Odivelas; 8290
Fernando João Faria; Lisboa - Lisboa; 1448
Fernando Oliveira; Lisboa - Odivelas; 8291
Fernando Pinto dos Santos; Braga - Guimarães; 4555
Fernando Queiróz; Porto - Porto; 555
Fernando Sarmiento; Bragança - Mirandela; 8574
Ferreira dos Santos; Porto - Matosinhos; 646
Filipa Gonçalves; Lisboa - Sintra; 3541
Filipe Infante Silva; Setúbal - Setúbal; 8317
Filipe Rosas; Lisboa - Lisboa; 2560
Filipe Rosas; Lisboa - Lisboa; 661
Filipe Santos; Setúbal - Setúbal; 8421
Filipe Vintém; Santarém - Tomar; 8495
Francisca Bartilotti Matos; Porto - Porto; 10718
Francisco Belém; Coimbra - Miranda do Corvo; 8893
Francisco Bravo; Faro - Albufeira; 10311
Francisco Filipe; Portalegre - Ponte de Sor; 10494
Francisco José Cardoso; Portalegre - Campo Maior; 10464
Francisco Lobato; Portalegre - Ponte de Sor; 10117
Francisco Monteiro da Silva; Porto - Amarante; 1596
Francisco Soares Oliveira; Coimbra - Coimbra; 3987
Francisco Tomás; Setúbal - Seixal; 755
Gabriel Almeida; Faro - Loulé; 807
Gabriel Brochado; Bragança - Mirandela; 7243
Gaspar Silva; Braga - Braga; 3258
Gil Gonçalves; Bragança - Bragança; 10946
Gisela Martins; Coimbra - Condeixa-a-Nova; 8593
Glória Ribeiro; Braga - Vieira do Minho; 8715
Gonçalo Duarte; Coimbra - Coimbra; 10955
Gonçalo Monteiro; Lisboa - Odivelas; 10866
Gonçalo Pessa; Lisboa - Lisboa; 8545
Gonçalo Rafael; Santarém - Entroncamento; 4977
Graça Rocha; Évora - Évora; 10602
Gualter Fonseca; Porto - Trofa; 8988
Guida Martins; Castelo Branco - Covilhã; 399
Guilherme Monteiro; Porto - Porto; 188
Guilhermino Silva; Braga - Braga; 2308
Gustavo Behr; Lisboa - Lisboa; 4574
Heitor de Sousa; Leiria - Leiria; 664
Helder Birrento; Santarém - Benavente; 6553
Helder Cunha; Coimbra - Figueira da Foz; 9819
Helder Fortes; Santarém - Alcanena; 8493
Hélder Moreira; Porto - Maia; 10853
Helena Amaral; Lisboa - Lisboa; 611
Helena Neves; Lisboa - Lisboa; 1035
Helena Órfão; Braga - Braga; 924
Helena Patrícia Teixeira Borges; Porto - Vale do Sousa; 7364

Henrique Pires; Setúbal - Almada; 3820
 Hermógenes Ribeiro; Évora - Évora; 9332
 Hilário Martins; Braga - Vieira do Minho; 2703
 Hugo Evangelista; Lisboa - Lisboa; 3424
 Hugo Monteiro; Porto - Porto; 10717
 Hugo Sampaio; Braga - Vila Nova de Famalicão; 10470
 Humberto Andrade; Lisboa - Lisboa; 1034
 Idalécio Soares; Porto - Porto; 9528
 Igor Andrade; Bragança - Bragança; 10296
 Ilda Martins; Lisboa - Odivelas; 10123
 Ilídia Pinheiro; Lisboa - Sintra; 3633
 Inês Duarte Martins; Porto - Matosinhos; 2795
 Inês Ferreira; Lisboa - Odivelas; 6313
 Inês Hipólito; Santarém - Salvaterra de Magos; 5485
 Inês Ribeiro; Lisboa - Cascais; 9412
 Inês Tavares; Lisboa - Lisboa; 9721
 Irina Pampim Silva; Lisboa - Amadora; 8869
 Isabel Almeida; Santarém - Salvaterra de Magos; 5480
 Isabel Duarte; Lisboa - Sintra; 672
 Isabel Miranda; Porto - Amarante; 10832
 Isabel Rocha Almeida; Castelo Branco - Covilhã; 4493
 Isabel Vieira; Setúbal - Seixal; 1391
 Isaque Palmas; Porto - Porto; 6990
 Isilda Leite; Braga - Braga; 9717
 Israel Araujo; Porto - Maia; 10508
 Ivo Barros; Porto - Vale do Sousa; 9043
 Ivo Santos; Leiria - Leiria; 10208
 Izídia Silva; Madeira - Câmara de Lobos; 3373
 Jaime D' Abreu; Portalegre - Ponte de Sor; 10425
 Jaime Pinho; Setúbal - Setúbal; 671
 Jaqueline Vinagre; Aveiro - Oliveira de Azeméis; 10804
 Jefferson Oliveira; Lisboa - Lisboa; 10814
 Jessica Felgueiras; Viana do Castelo - Monção; 10667
 Joana Campos Louçã; Lisboa - Lisboa; 1374
 Joana Grilo; Lisboa - Lisboa; 5360
 Joana Macedo; Aveiro - Santa Maria da Feira; 9641
 Joana Sales; Setúbal - Almada; 1123
 Joana Travessas; Viseu - Mangualde; 10762
 João Abrantes; Santarém - Salvaterra de Magos; 9151
 João Bau; Lisboa - Lisboa; 4658
 João Beiramar; Lisboa - Oeiras; 6330
 João Bona; Santarém - Cartaxo; 8534
 João Brandão; Faro - Faro; 934
 João Camargo; Lisboa - Amadora; 9236
 João Carlos Soares; Castelo Branco - Covilhã; 9105
 João Corono; Castelo Branco - Covilhã; 4500
 João Curvêlo; Lisboa - Odivelas; 5267
 João Ferro; Évora - Estremoz; 1280
 João Gaspar; Coimbra - Condeixa-a-Nova; 10666
 João Hipólito; Santarém - Salvaterra de Magos; 6347
 João Maria Vendas; Évora - Estremoz; 6331
 João Martins; Aveiro - Aveiro; 10037
 João Martins Fernandes; Braga - Braga; 5743
 João Marzia; Portalegre - Ponte de Sor; 10427
 João Morgado; Setúbal - Setúbal; 8520
 João Neves; Lisboa - Oeiras; 7790
 João Oliveira; Braga - Vieira do Minho; 917
 João Pais; Coimbra - Cantanhede; 3438
 João Paulo Abrantes; Santarém - Alcanena; 8494
 João Paulo Assunção; Coimbra - Condeixa-a-Nova; 10666
 João Paulo Encarnação; Lisboa - Oeiras; 10817
 João Paulo Tomé; Coimbra - Figueira da Foz; 2451
 João Pedro Pereira; Porto - Valongo; 8318
 João Pinho; Lisboa - Lisboa; 2343
 João Piris; Portalegre - Portalegre; 9789
 João Realinho; Aveiro - Santa Maria da Feira; 7023
 João Rodrigues; Lisboa - Torres Vedras; 866
 João Semedo; Porto - Gondomar; 4638
 João Silva; Santarém - Cartaxo; 8537
 João Silva dos Santos; Castelo Branco - Covilhã; 408
 João Tovar; Viana do Castelo - Valença; 7084
 João Vasco; Coimbra - Coimbra; 10826
 João Vaz; Lisboa - Lisboa; 2743
 Joaquim Araújo; Porto - Maia; 10222
 Joaquim Cardoso Rodrigues; Coimbra - Coimbra; 9420
 Joaquim dos Santos Pinho; Porto - Felgueiras; 3269
 Joaquim Garcia Gordo; Portalegre - Campo Maior; 4523
 Joaquim Machado; Coimbra - Coimbra; 643
 Joaquim Oliveira Gomes; Porto - Vila Nova de Gaia; 9519
 Joaquim Pereira; Santarém - Torres Novas; 9479
 Joaquim Piló; Setúbal - Seixal; 2930
 Joaquim Teixeira; Braga - Guimarães; 4252
 Joel Marques; Santarém - Salvaterra de Magos; 8101
 Joni Ledo; Bragança - Vila Flôr; 6718
 Jorge Araújo Matos; Bragança - Mirandela; 7065
 Jorge Miguel dos Prazeres; Braga - Vieira do Minho; 5781
 Jorge Paiva; Porto - Porto; 7182
 Jorge Pereira; Porto - Matosinhos; 343
 Jorge Santos; Lisboa - Amadora; 10742

- Jorge Sousa; Faro - Tavira; 4242
Jorge Teixeira Carneiro; Viseu - Viseu; 983
Jorge Vilela; Braga - Braga; 9736
José Alexandre Pires; Lisboa - Loures; 10361
José António Carvalho; Braga - Barcelos; 9475
José António Moreira; Faro - Faro; 6643
José Augusto Figueiredo; Braga - Barcelos; 10823
José Carlos Cunha; Coimbra - Coimbra; 4399
José Carlos Lopes; Aveiro - Ovar; 697
José Carlos Rodrigues; Braga - Vieira do Minho; 1307
José Carlos Santos; Braga - Braga; 4525
José Carlos Soares; Portalegre - Campo Maior; 10357
José Carlos Vieira; Portalegre - Ponte de Sor; 10426
José Carvalho de Sousa; Porto - Marco de Canaveses; 6120
José Casimiro; Lisboa - Lisboa; 660
José Cerqueira; Braga - Braga; 6198
José Coelho; Portalegre - Ponte de Sor; 10493
José Diogo Fernandes; Braga - Barcelos; 10769
José do Patrocínio Santos; Lisboa - Lisboa; 113
José Eliseu Pinto; Évora - Évora; 10813
José Falcão; Lisboa - Odivelas; 653
José Fernando Bernardo; Braga - Braga; 8958
José Figueiredo; Braga - Barcelos; 10823
José Inácio; Setúbal - Moita; 5511
José João Lucas; Coimbra - Coimbra; 4808
José João Machado; Évora - Évora; 10596
José Leal; Porto - Porto; 334
José Luis Coimbra; Évora - Évora; 8350
José Luís Martins; Portalegre - Campo Maior; 10239
José Luís Pissarro; Lisboa - Cascais; 1053
José Luís Sousa; Porto - Marco de Canaveses; 6120
José Maia Santos; Faro - Lagos; 3400
José Maneira; Lisboa - Lisboa; 403
José Manuel Oliveira; Braga - Braga; 7231
José Manuel Reis; Coimbra - Coimbra; 3691
José Miranda; Porto - Matosinhos; 5076
José Moreira; Faro - Faro; 6643
José Nunes; Lisboa - Oeiras; 8588
José Oliveira; Açores - São Miguel; 3861
José Pacheco Alves; Setúbal - Setúbal; 4409
José Paiva Faria; Braga - Guimarães; 7234
José Peixoto Henriques; Leiria - Leiria; 414
José Silva; Santarém - Salvaterra de Magos; 5489
José Ventura; Coimbra - Condeixa-a-Nova; 6959
Josefina Melim; Madeira - Machico; 3567
Júlia Correia; Coimbra - Lousã; 4770
Julia Garraio; Coimbra - Coimbra; 5104
Júlio Afonso; Bragança - Miranda do Douro; 7205
Laura D'Abreu; Portalegre - Ponte de Sor; 10495
Leonel Castro; Braga - Fafe; 8322
Leonel Fonseca; Santarém - Salvaterra de Magos; 9185
Leonor Costa; Lisboa - Lisboa; 5673
Leonor Figueiredo; Porto - Porto; 7573
Leonor Martins; Santarém - Salvaterra de Magos; 9177
Liberato Ribeiro de Almeida; Aveiro - Ovar; 702
Lídia Pirralha; Santarém - Salvaterra de Magos; 7128
Lidia Semide; Setúbal - Almada; 849
Liliana Duarte; Setúbal - Seixal; 8584
Lino Marques; Aveiro - Santa Maria da Feira; 7209
Lúcia Cabrita; Coimbra - Coimbra; 5349
Lucinda Simões; Beja - Castro Verde; 1441
Luís Branco; Lisboa - Lisboa; 239
Luís Carlos Anes; Bragança - Bragança; 10753
Luís Casinhas; Faro - Lagos; 10300
Luís Castro; Lisboa - Cascais; 1713
Luis Costa; Lisboa - Amadora; 8295
Luis Figueiredo; Viseu - Viseu; 6831
Luís Filipe Castro; Lisboa - Cascais; 1713
Luis Filipe Silva; Coimbra - Coimbra; 5349
Luís Gomes; Santarém - Salvaterra de Magos; 1501
Luis Jerónimo; Lisboa - Torres Vedras; 8161
Luís Leiria; Lisboa - Lisboa; 993
Luís Lopes Ferreira; Viseu - Viseu; 3427
Luís Manuel Silva; Braga - Braga; 9919
Luís Miguel Coelho; Braga - Braga; 2704
Luís Miguel Xavier; Porto - Matosinhos; 9565
Luís Moleiro Santos; Faro - Portimão; 2500
Luís Moreira; Lisboa - Lisboa; 9846
Luís Pacheco; Lisboa - Lisboa; 428
Luís Peres; Porto - Porto; 366
Luís Pinto; Porto - Porto; 10858
Luis Ramalhete; Évora - Évora; 10811
Luís Salgado; Lisboa - Cascais; 9790
Luís Vale; Bragança - Vinhais; 3823
Luísa Bastos; Aveiro - Santa Maria da Feira; 5881
Luísa Cabral; Lisboa - Lisboa; 9516
Luna Rebelo; Lisboa - Lisboa; 10943
Lurdes Gomes; Coimbra - Coimbra; 4810
Madalena Evangelista Lima; Porto - Porto; 8257

- Mafalda Costa; Lisboa - Lisboa; 3963
Manuel Afonso; Faro - Faro; 8121
Manuel Azenha; Leiria - Leiria; 7643
Manuel Cardoso; Braga - Braga; 6427
Manuel Costa; Faro - Loulé; 515
Manuel Gomes; Braga - Vieira do Minho; 5782
Manuel Grilo; Lisboa - Lisboa; 649
Manuel patrocínio; Lisboa - Lisboa; 6356
Manuel Pinto; Évora - Mora; 6606
Manuela Fonseca; Lisboa - Oeiras; 1604
Manuela Goes; Faro - Lagos; 3437
Manuela Maria Silva; Coimbra - Coimbra; 4810
Manuela Paiva; Setúbal - Setúbal; 10910
Manuela Rodrigues; Coimbra - Coimbra; 1155
Márcia Bruna da Silva; Braga - Braga; 10609
Márcia Cruz; Portalegre - Campo Maior; 10204
Márcia Silva; Lisboa - Odivelas; 10865
Marco Almeida; Santarém - Entroncamento; 1344
Marco Aurélio Floro; Faro - V. R. de Santo António; 3444
Marco Loureiro; Guarda - Guarda; 1649
Marco Marques; Lisboa - Lisboa; 5160
Marco Mendonça; Bragança - Bragança; 122
Margarida Bento; Setúbal - Setúbal; 10754
Margarida Diogo; Lisboa - Lisboa; 2269
Margarida Ferreira; Lisboa - Lisboa; 8559
Margarida Janeiro; Faro - Faro; 9584
Margarida Morgado; Évora - Évora; 2042
Maria Antónia Frio; Portalegre - Ponte de Sor; 8066
Maria Bento Rafael; Santarém - Entroncamento; 1344
Maria Clara Andrade; Lisboa - Cascais; 1896
Maria Clara Costa; Lisboa - Lisboa; 1801
Maria da Conceição Anjos; Portalegre - Nisa; 6948
Maria da Conceição Pombinho; Faro - Albufeira; 7536
Maria de Fátima Ferreira Salgado; Lisboa - Oeiras; 9806
Maria de Lurdes Aleixo Gonçalves; Faro - Vila Real de Santo António; 4416
Maria Estela Vieira Rodrigues; Porto - Matosinhos; 595
Maria Francisca Ferreira; Lisboa - Lisboa; 10795
Maria Frazão; Évora - Évora; 9063
Maria Ganança; Madeira - Ponta do Sol; 2947
Maria Gertrudes Nunes; Lisboa - Amadora; 451
Maria Guedes; Lisboa - Sintra; 9750
Maria Helena Loureiro; Coimbra - Coimbra; 9426
Maria Hipólito; Santarém - Salvaterra de Magos; 6242
Maria Irene; Coimbra - Condeixa-a-Nova; 5400
Maria João Vaz; Lisboa - Sintra; 7766
Maria José (Zeza) Guedes; Porto - Porto; 10870
Maria Luísa Santos Anselmo; Faro - Silves; 1396
Maria Manuel Rola; Porto - Porto; 9880
Maria Mota; Braga - Braga; 8719
Maria Rodrigues; Setúbal - Barreiro; 589
Maria Teresa Cunha; Coimbra - Coimbra; 2820
Maria Teresa Silva; Porto - Porto; 6931
Mariana Carneiro; Lisboa - Lisboa; 1644
Mariana Gomes; Lisboa - Lisboa; 10023
Marília Canhoto; Leiria - Batalha; 2889
Mário Batista; Setúbal - Setúbal; 8855
Mario Carmo Pereira; Viseu - Oliveira de Frades; 10616
Mário Correia de Oliveira; Viseu - São Pedro do Sul; 10597
Mário Dinis; Coimbra - Coimbra; 1143
Mário Fonseca; Lisboa - Torres Vedras; 725
Mário Jorge Amorim; Porto - Vila Nova de Gaia; 1747
Mário Jorge Teixeira; Braga - Celorico de Basto; 5551
Mário Luís V. dos Santos Correia; Lisboa - Vila Franca de Xira; 7960
Mário Sérgio Bonito; Lisboa - Lisboa; 634
Marisa Batista; Lisboa - Oeiras; 9973
Marisa Raminhos; Santarém - Salvaterra de Magos; 9155
Marta Bessa; Porto - Porto; 10860
Marta Vilarinho; Castelo Branco - Covilhã; 10677
Melissa Lopes; Beja - Almodôvar; 7817
Miguel Cardina; Coimbra - Coimbra; 7151
Miguel Chã Almeida; Viseu - São Pedro do Sul; 10599
Miguel Heleno; Porto - Porto; 9353
Miguel Paula; Lisboa - Lisboa; 3776
Miguel Pinheiro; Coimbra - Coimbra; 10736
Miguel Reis; Lisboa - Lisboa; 485
Miguel Rodrigues; Coimbra - Soure; 8937
Miguel Semedo; Porto - Porto; 10088
Miguel Serôdio; Setúbal - Setúbal; 1119
Mizael Neto Esteves; Faro - Portimão; 9711
Mónica Daniela Pinto da Silva; Porto - Trofa; 9998
Mónica Neto; Faro - Olhão; 9697
Nádia Loureiro; Coimbra - Montemor-o-Velho; 9314
Natércia Coimbra; Coimbra - Coimbra; 644
Nuno Antonio Dias Monteiro; Porto - Valongo; 6969
Nuno Antunes; Lisboa - Amadora; 2562
Nuno Branco; Lisboa - Lisboa; 759
Nuno Brito; Lisboa - Lisboa; 4850
Nuno Canha; Portalegre - Ponte de Sor; 9675

Nuno Casimiro; Europa - França; 10867
Nuno Costa; Braga - Amares; 6755
Nuno Costa; Lisboa - Odivelas; 9260
Nuno Cruz; Coimbra - Coimbra; 10736
Nuno Dias; Coimbra - Coimbra; 6824
Nuno Graça Pereira; Braga - Braga; 5747
Nuno Martinho; Lisboa - Odivelas; 10761
Nuno Monteiro; Porto - Valongo; 6969
Nuno Nascimento; Bragança - Bragança; 3816
Nuno Patricio; Coimbra - Coimbra; 7916
Nuno Pinto; Faro - Lagos; 7671
Nuno Pita Onça; Lisboa - Vila Franca de Xira; 10319
Nuno Serrano; Lisboa - Lisboa; 5234
Nuno Viana; Faro - Faro; 5028
Olavo Araújo Almada; Madeira - Funchal; 10927
Olimpio Alves; Lisboa - Lisboa; 5345
Osvaldo Rojas; Lisboa - Odivelas; 10053
Patrícia Cardoso; Viseu - São Pedro do Sul; 3142
Patricia Kok; Coimbra - Coimbra; 7005
Patrícia Monteiro; Guarda - Guarda; 3342
Patrícia Prata; Lisboa - Lisboa; 9375
Paula Alexandra Cunha; Coimbra - Lousã; 8597
Paula Buracas; Santarém - Salvaterra de Magos; 9154
Paula Marcelino da Cunha; Coimbra - Lousã; 8597
Paula Nogueira; Braga - Braga; 2099
Paula Santos; Madeira - Funchal; 5119
Paula Sequeiros; Porto - Porto; 194
Paulete Matos; Lisboa - Lisboa; 605
Paulo Anjos; Coimbra - Coimbra; 1147
Paulo Caetano; Lisboa - Lisboa; 10953
Paulo Canada; Setúbal - Setúbal; 2522
Paulo César; Lisboa - Odivelas; 7289
Paulo Costa; Braga - Vila Nova de Famalicão; 2382
Paulo Freitas; Leiria - Caldas da Rainha; 9103
Paulo Gonçalves; Coimbra - Coimbra; 5396
Paulo Granjo; Lisboa - Lisboa; 5959
Paulo Jesus; Lisboa - Sintra; 1453
Paulo Jorge Afonso; Faro - Portimão; 9782
Paulo Madalena; Braga - Braga; 2718
Paulo Marques; Santarém - Almeirim; 8173
Paulo Mendes; Aveiro - Santa Maria da Feira; 4339
Paulo Moura Cruz; Coimbra - Lousã; 5347
Paulo Renato Ricardo; Porto - Porto; 2055
Paulo Seara; Coimbra - Coimbra; 4421
Paulo Soares; Coimbra - Cantanhede; 10847
Paulo Sousa; Lisboa - Odivelas; 5362
Paulo Vieira; Lisboa - Lisboa; 1163
Pedro Carreira; Porto - Porto; 9837
Pedro Choy; Santarém - Salvaterra de Magos; 3063
Pedro Craveiro; Porto - Matosinhos; 9891
Pedro Filipe Marques; Madeira - Funchal; 7952
Pedro Lourenço; Lisboa - Cascais; 4222
Pedro Miguel Moreira de Sousa; Porto - Porto; 174
Pedro Nuno Ramalhete Ferreira; Lisboa - Amadora; 9587
Pedro Pereira; Lisboa - Lisboa; 9664
Pedro Ramajal; Coimbra - Coimbra; 10651
Pedro Reis; Bragança - Mirandela; 10850
Pedro Rodrigues; Coimbra - Coimbra; 5396
Pedro Sales; Lisboa - Lisboa; 651
Pedro Santos; Santarém - Entroncamento; 6935
Pedro Teixeira; Lisboa - Amadora; 3050
Pedro Vicente; Coimbra - Coimbra; 4421
Petru Apostol; Portalegre - Campo Maior; 10465
Rafael Gomes; Santarém - Coruche; 8299
Raquel Bagulho; Lisboa - Lisboa; 5059
Raquel Maia; Aveiro - Santa Maria da Feira; 4558
Raul Medina; Porto - Vila Nova de Gaia; 3498
Renato Marinho Silva; Braga - Braga; 7122
Ricardo Cabral Fernandes; Lisboa - Lisboa; 10758
Ricardo Caçoila; Setúbal - Montijo; 4699
Ricardo Cardoso; Évora - Arraiolos; 10844
Ricardo Cerqueira; Braga - Braga; 9804
Ricardo Coelho; Aveiro - Mealhada; 177
Ricardo Delgado; Lisboa - Lisboa; 1131
Ricardo Duarte; Lisboa - Lisboa; 2516
Ricardo Ferreira; Coimbra - Coimbra; 10651
Ricardo Gouveia; Lisboa - Amadora; 9357
Ricardo Jorge Andrade; Madeira - Funchal; 9460
Ricardo Lafuente; Porto - Porto; 2011
Ricardo Moreira; Lisboa - Lisboa; 4622
Ricardo Nunes; Lisboa - Loures; 9125
Ricardo Robles; Lisboa - Lisboa; 2005
Ricardo Vicente; Lisboa - Lourinhã; 6574
Rita Calvário; Lisboa - Lisboa; 469
Rita dos Santos Silva; Viseu - São Pedro do Sul; 10598
Rita Duarte; ; 2231
Rita Gorgulho; Lisboa - Lisboa; 5361
Rita Silva; Lisboa - Lisboa; 2001
Rita Vaz Teixeira; Lisboa - Sintra; 7767
Roberto Almada; Madeira - Funchal; 3579
Roberto Silva e Sousa; Leiria - Leiria; 5057

- Rodrigo Trancoso; Madeira - Funchal; 3582
- Rogério Ferreira; Faro - Loulé; 10861
- Rogério Neto; Faro - Olhão; 9698
- Romão Ramos; Santarém - Salvaterra de Magos; 1351
- Rosa Domingos; Lisboa - Cascais; 3072
- Rosa Gordo; Portalegre - Campo Maior; 10244
- Rosa Maria Antunes; Coimbra - Montemor-o-Velho; 5455
- Rosa Maria Pereira; Lisboa - Sintra; 6972
- Rosa Maria Viana; Braga - Barcelos; 5774
- Rosa Teixeira da Cruz; Porto - Maia; 10272
- Rosália Correia; Évora - Alandroal; 8450
- Rosário Amaral; Setúbal - Setúbal; 9672
- Rúben Santos; Setúbal - Setúbal; 10755
- Rui Antunes; Braga - Guimarães; 8115
- Rui Beles; Lisboa - Oeiras; 4021
- Rui Freitas; Porto - Porto; 7873
- Rui Maia; Lisboa - Lisboa; 3967
- Rui Matoso; Lisboa - Torres Vedras; 206
- Rui Nunes; Lisboa - Odivelas; 2917
- Rui Pinela; Coimbra - Condeixa-a-Nova; 10661
- Salomé Bizarro; Coimbra - Condeixa-a-Nova; 10664
- Sandra Caçoila; Santarém - Salvaterra de Magos; 5487
- Sandra Dias; Évora - Arraiolos; 961
- Sandrina Espiridiao (mail); Santarém - Benavente; 774
- Sara Amieiro; Coimbra - Coimbra; 5355
- Sara Rocha; Lisboa - Lisboa; 4762
- Sara Simões; Lisboa - Odivelas; 9592
- Serafim Duarte; Coimbra - Coimbra; 1150
- Sérgio Miguel; Faro - Olhão; 7266
- Sidónio Jardim; Madeira - Câmara de Lobos; 3374
- Silvana Paulino; Setúbal - Setúbal; 8864
- Silvia Agra; Porto - Vila do Conde - Póvoa; 10716
- Silvia Carreira; Porto - Matosinhos; 9188
- Sofia Loureiro; Santarém - Entroncamento; 1343
- Sofia Luna; Évora - Estremoz; 6786
- Sofia Santos; Europa - Bélgica; 5342
- Sónia Araujo Almada; Madeira - Funchal; 2948
- Sónia Araújo Almada; Madeira - Funchal; 2948
- Susana Constante Pereira; Porto - Porto; 10590
- Susana Gutiérrez Jiménez; ; 7258
- Tatiana Caldeirinha; Faro - Faro; 10026
- Telma Ferreira; Leiria - Nazaré; 4506
- Teodósio Alcobia; Lisboa - Sintra; 2048
- Teresa Delgado; Lisboa - Oeiras; 5422
- Teresa Fidalgo Martins; Braga - Vila Nova de Famalicão; 3518
- Teresa Figueiredo; Setúbal - Setúbal; 1114
- Teresa Maria Silva; Coimbra - Coimbra; 5355
- Teresa Ribeiro; Lisboa - Amadora; 1109
- Teresa Sales; Setúbal - Almada; 3821
- Tiago Coelho dos Santos; Viana do Castelo - Monção; 10852
- Tiago Gillot; Lisboa - Loures; 636
- Tiago Pinheiro; Setúbal - Montijo; 7931
- Tiago Silva; Guarda - Seia; 4173
- Tiago Vicente; Lisboa - Cascais; 3035
- Valdemar Ferrão Costa; Portalegre - Ponte de Sor; 9778
- Vânia Pereira; Santarém - Salvaterra de Magos; 9646
- Vasco José Ferro de Nascimento; Porto - Matosinhos; 8554
- Vergílio do Rosário Rafael; Santarém - Entroncamento; 1343
- Vicente Figueira; Setúbal - Setúbal; 8521
- Victor Branco; Coimbra - Coimbra; 9781
- Victor Couto; Évora - Évora; 10180
- Victor Pinto; Coimbra - Condeixa-a-Nova; 6342
- Victor Pinto; Porto - Vila do Conde - Póvoa; 7333
- Victor Tojeira; Leiria - Leiria; 6908
- Vírginia Delgado; Viana do Castelo - Monção; 10652
- Vitor Antunes; Lisboa - Amadora; 8098
- Vitor Correia; Lisboa - Oeiras; 3917
- Vitor Correia da Silva; Lisboa - Loures; 10403
- Vitor Manuel da Silva Araújo; Porto - Porto; 10389
- Vitor Tavares; Lisboa - Odivelas; 9855
- Vitorino Vieira Pereira; Leiria - Leiria; 477
- Viviana Bernardete Rodrigues; Madeira - Funchal; 9221
- Zélia Afonso; Setúbal - Setúbal; 574

DEBATES #1

índice

3. Introdução

4. Regulamento do Processo Preparatório da IX Convenção Nacional do Bloco de Esquerda

7. Proposta de regimento à IX convenção

11. Relatório da Mesa Nacional Sobre o seu mandato (2012-2014)

31. Propostas de alteração aos estatutos

34. Moção A: **Uma resposta à esquerda. Por um Bloco que responda já aos problemas das pessoas**

42. Moção B: **Refundar o Bloco na luta contra a austeridades**

53. Moção E: **Bloco Plural, fator de viragem!**

72. Moção R: **Reinventar o Bloco**

83. Moção U: **Moção Unitária em Construção. Revolta cidadã para vencer a austeridade**

101. Calendário da IX convenção

FICHA TÉCNICA

Editor: Bloco de Esquerda

Morada: Rua da Palma, 268, 1100-394 Lisboa

Ano: 2014

Impressão A Triunfadora

Tiragem: 500 exemplares

Calendário da IX Convenção

OUTUBRO 2014

DOM	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SÁB
			1	2	3	4
5	6	7	8	9	10	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30	31	

2 DE OUTUBRO - COC publica no site do Bloco e envia, via email, para os/as aderentes os regulamentos das Assembleias Eleitorais

4 DE OUTUBRO - Reunião da MN aprova proposta de alteração aos Estatutos e proposta de Regimento da Convenção

7 DE OUTUBRO - Sai DeBatEs nº 1 (Relatório de atividades da Mesa Nacional cessante, Propostas de Regimento, Moções e alterações aos Estatutos)

14 DE OUTUBRO - Data limite para apresentação de propostas de alteração às Moções

21 DE OUTUBRO - Data limite para Moções comunicarem à COC as alterações que são aceites ou eventuais fusões e enviarem o texto final da respetiva Moção já com as devidas alterações

24 DE OUTUBRO - Data limite para envio de textos de debate/contributos e para apresentação de propostas de alteração à proposta da MN para Estatutos

Data limite para apresentação às coordenadoras distritais/regionais das listas de delegados. As coordenadoras distritais/regionais encaminham à COC as respetivas listas de candidatos/as imediatamente após a sua receção

28 DE OUTUBRO - Sai DeBatEs nº 2 (Propostas finais de Moções e textos de debate/contributos)

Data limite para envio das listas de delegados/as para os/as aderentes

NOVEMBRO 2014

DOM	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SÁB
						1
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25				

1 A 9 DE NOVEMBRO - Período de debate das Moções

14, 15 E 16 DE NOVEMBRO - Eleição de delegados/as

(...) Sai DeBatEs nº 3 para distribuição na Convenção (Regimento, Alterações aos Estatutos, Moções, Alterações às Moções e Ordem de Trabalhos)

22 E 23 NOVEMBRO - IX CONVENÇÃO DO BLOCO DE ESQUERDA

Para efeitos do processo da Convenção, o distrito/região/morada de referência de cada aderente é o que se verificava a 7 de setembro, mesmo que tenham ocorrido mudanças posteriores. Os cadernos eleitorais para a eleição de delegados serão organizados com base nos registos existentes na base de dados central a 7 de setembro.

ATENÇÃO:

SE AINDA NÃO REGULARIZASTE O PAGAMENTO DA QUOTA ANUAL DE 2014 DEVES FAZÊ-LO O QUANTO ANTES, DE FORMA A PODERES PARTICIPAR DE PLENO DIREITO NO PROCESSO PREPARATÓRIO DA CONVENÇÃO E NA ELEIÇÃO DE DELEGADOS/AS.

A PRÓXIMA EDIÇÃO DESTE BOLETIM SERÁ PUBLICADA A 28 DE OUTUBRO



**romper
com a
austeridade** PAZ
PÃO
HABITAÇÃO
SAÚDE
EDUCAÇÃO

IX CONVENÇÃO BLOCO DE ESQUERDA | LISBOA | 22 E 23 NOVEMBRO 2014